

André Viana Custódio

**O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DE SUA DIMENSÃO SÓCIO-JURÍDICA**

Florianópolis(SC), maio de 2002.

André Viana Custódio

**O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DE SUA DIMENSÃO SÓCIO-JURÍDICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Direito.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Josiane Rose Petry Veronese

Florianópolis(SC), maio de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ

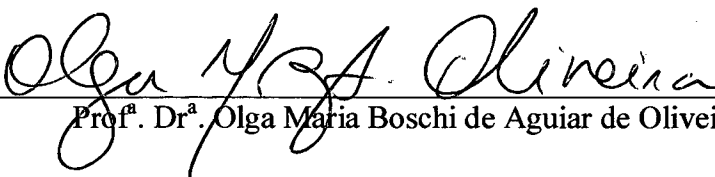
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – CPGD

PROGRAMA DE MESTRADO

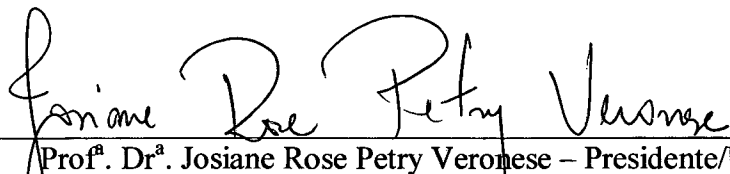
A dissertação O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DE SUA DIMENSÃO SÓCIO-JURÍDICA, elaborada por André Viana
Custódio, foi julgada adequada por todos os membros da Banca Examinadora e aprovada, em
sua forma final, para a obtenção do título de MESTRE EM DIREITO.

Florianópolis, maio de 2002.

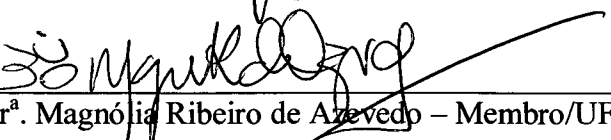
Coordenadora do Curso:


Prof.^a. Dr.^a. Olga Maria Boschi de Aguiar de Oliveira

Banca Examinadora:


Prof.^a. Dr.^a. Josiane Rose Petry Veronese – Presidente/UFSC


Prof.^a. Dr.^a. Maria da Graça dos Santos Dias – Membro/UNIVALI


Prof.^a. Dr.^a. Magnólia Ribeiro de Azevedo – Membro/UFSC

DEDICATÓRIA

À Doutora **JOSIANE**, pelo seu afeto capaz de transformar lágrimas em esperança.

Ao **ISMAEL**, pela confiança que me devolveu o entusiasmo pela vida.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Josiane Rose Petry Veronese, pelas suas convicções que embasaram minha vida pessoal e acadêmica em todos os momentos.

Ao Ismael Francisco de Souza, por caminhar junto sempre.

À amiga Danielle Annoni, pela força que evitou minha desistência.

Aos amigos José Yvan da Costa Júnior, Liliani Mery Tasca da Costa, Kelvin Rodrigo Tasca da Costa, Isadora de Ataíde Fonseca, Clóvis Mariano da Costa, Paulo Amante e Sabrina Speck, Renata Regina de Souza, Kelvin Rodrigo da Costa pela vivência de momentos potencialmente transformadores.

Aos meus pais, Adriano Custódio e Janete Viana Custódio, pela força nesta caminhada e aos meus irmãos, Marcelo Viana Custodio e Tatiana Alves pelo apoio permanente, também, aos meus afilhados Felipe Moreira Custódio e Lucas Speck Amante, pela nova experiência com a infância.

Aos professores do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente às Professoras Dr^a. Magnólia Ribeiro de Azevedo e Dr^a. Leilane Zavarisi da Rosa. À Prof^a MSc. Areti Gaidzinky, da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina e ao Prof. Moacir Pedro Rubini, pelo apoio permanente.

Aos colegas do Fórum Estadual e Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, pela caminhada comum em busca de um mundo melhor e do Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aos professores e alunos do NECAD - Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente e da Família do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente às professoras Dr^a. Regina Célia Mioto e Dr^a. Marli Palma.

A Ashoka – Empreendedores Sociais, por acreditar nas minhas utopias.

“Erradicar o trabalho infantil no planeta é, antes de mais nada, uma forma de combate à pobreza, de desenvolvimento da educação e de garantia dos direitos humanos.”

Ari Cipola

RESUMO

A presente dissertação consiste em estudo sobre o trabalho da criança e do adolescente no Brasil, numa perspectiva de investigação que procura integrar a dimensão deste fenômeno com o ordenamento jurídico brasileiro, em relação ao tema fundamentado na doutrina da proteção integral.

Para sua realização foi necessária uma análise interdisciplinar, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, visando extrair elementos para uma compreensão multidimensional.

A dissertação está estruturada em três capítulos que representam âmbitos de saber distintos voltados à análise da dimensão do trabalho da criança e do adolescente, o disciplinamento da matéria no ordenamento jurídico brasileiro e as ações de prevenção e erradicação do trabalho precoce capazes de garantir a realização dos direitos da criança e do adolescente.

O primeiro capítulo contextualiza a dimensão do trabalho da criança e do adolescente no Brasil a partir de uma análise quantitativa e qualitativa deste fenômeno, seus fatores determinantes e as consequências do trabalho precoce.

O segundo capítulo está voltado à compreensão do atual disciplinamento do trabalho da criança e do adolescente no direito brasileiro, a partir dos limites de idade mínima para o trabalho, das condições para o seu exercício, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como, a influência das Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho, relativas ao tema.

O terceiro capítulo analisa a erradicação do trabalho precoce no Brasil, mediante a compreensão do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, as ações dos Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e as políticas públicas de combate ao trabalho precoce em implementação.

As considerações finais apresentam a síntese dos conteúdos trabalhados de forma a evidenciar o atual panorama de trabalho da criança e do adolescente no Brasil e o processo de erradicação e prevenção do trabalho precoce.

ABSTRACT

The present dissertation consists to study the child's and the adolescent's labor in Brazil. That investigation tries to integrate the dimension of this phenomenon with the brazilian juridical order, based in the *doctrine of the integral protection*.

To its accomplishment was necessary an interdisciplinary analysis, based on bibliographical and documental research, seeking to extract elements for an multidimensional understanding.

The dissertation is structured in three chapters that represent different extents of knowing. It returns the analysis to the dimension of the child's and of the adolescent's labor, the matter in the brazilian juridical order, and the prevention actions to eliminate of the precocious labor. Also it, the actions be able to guarantee the accomplishment of the child's and the adolescent's rights.

The first chapter analysis the dimension of the child's and the adolescent labor in Brazil. It parts to the quantitative and qualitative analysis of this phenomenon, studying their relevante factors and their consequences.

The second chapter studys is child's and adolescent's labor in the brazilian actual order, analysing the limits of the minimum age to labor and the conditions to its practice, according to the Federal Constitution of Brazil. It analysis the national Child's and Adolescent Convention (Estatuto da Criança e do Adolescente), as well as, the influence of the International Conventions from the International Labor Organization.

The third chapter analyses the elimination of the precocious labor in Brazil, through the guarantee system of the child's the adolescent's rights. It parts from the actions of the *Consil of the Prevention and Elimination of the Children's Labor* (Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil) and, also, the public politics to combat the precocious labor in course.

The final considerations demonstrate the actual evidences and ways about the real situation of the child's and adolescent's labor in Brazil, as well show the present process of the elimination and prevention of this precocious labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I - O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL.....	05
1.1 Dimensão e características.....	06
1.2 Fatores determinantes do trabalho da criança e do adolescente.....	21
1.3 Consequências do trabalho precoce.....	36
CAPÍTULO II - O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO DIREITO BRASILEIRO.....	50
2.1 Os limites de idade mínima para o trabalho.....	54
2.1.1 A questão da capacidade jurídica para o trabalho.....	58
2.2 Condições para o exercício do trabalho.....	72
2.2.1 A aprendizagem e o trabalho educativo.....	78
2.3 As convenções nº 138 e nº 182 da Organização Internacional do Trabalho	90
CAPÍTULO III – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO PRECOCE.....	112
3.1 Os Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.....	112
3.2 As Diretrizes para a Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil...	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

ANEXOS.....	135
ANEXO I – Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho.....	136
ANEXO II – Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho.....	144
ANEXO III – Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho.....	149
ANEXO IV – Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho.....	154
ANEXO V – Portaria GM/MTE nº 341, de 27 de maio de 1999.....	159
ANEXO VI – Portaria GM/MTE nº 749, de 19 de agosto de 1999.....	161
ANEXO VII – Portaria GM/MTE nº 143, de 14 de março de 2000.....	163
ANEXO VIII – Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.....	165
ANEXO IX – Fóruns e Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil....	166

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema o trabalho da criança e do adolescente no Brasil, especialmente, em sua perspectiva jurídico-social, fundamentada nos princípios e normas da Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas, escolhida como marco teórico deste trabalho.

O tema está voltado para a compreensão do complexo fenômeno denominado trabalho precoce, sua dimensão, fatores determinantes e conseqüências, bem como, as estratégias jurídicas e políticas para a sua eliminação.

A análise jurídica tem por fundamento a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição da República Federativa do Brasil e as Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho referentes à matéria em estudo.

A dimensão das políticas públicas privilegia as ações dos Fóruns Nacional e Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil, as Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, especialmente a partir de 1994.

O debate central a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente e das alterações advindas da Emenda Constitucional nº 20, acerca do conceito de trabalho precoce, estava voltado para a não coincidência dos limites de idade mínima para o trabalho e os limites estabelecidos pelo Estatuto, em se tratando dos períodos considerados como infância e

adolescência. Com a ratificação das Convenções nº 138 e nº 182, da Organização Internacional do Trabalho, houve uma ressignificação do conceito de trabalho precoce, em especial no reconhecimento das chamadas piores formas de trabalho infantil.

Diante de tal inovação, ainda não estão perfeitamente sedimentados os novos caminhos para a prevenção e erradicação do trabalho precoce. A ratificação dos instrumentos internacionais tem provocado outras profundas alterações legais, gerando uma nova dinâmica na formulação das políticas públicas de atenção à infância e à adolescência, especialmente direcionadas para o mundo do trabalho.

Considerando que a multiplicidade interpretativa do conceito de trabalho infantil tem provocado, em larga escala, a constituição de instrumentos de seletividade na execução das políticas públicas, o resgate do conceito de trabalho precoce pode elucidar algumas questões referentes ao tema.

A obra encontra importância no exato momento em que a ressignificação do conceito de trabalho precoce pode incorporar um número crescente de crianças e adolescentes explorados no mundo do trabalho, em razão do processo de exclusão social e política gerado pela utilização restrita do conceito de trabalho infantil na formulação e execução de políticas públicas, vinculadas à idéia de piores formas de trabalho, prevista na Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho.

O interesse pelo tema está centrado na preocupação com a realização dos direitos fundamentais de milhões de crianças e adolescentes, afastados da possibilidade de acesso a qualquer política social pública de prevenção e erradicação do trabalho precoce, decorrente da desarticulação teórica entre os diversos campos do saber que, mesmo em suas especialidades, não conseguem perceber a multidimensionalidade do problema.

Nesse sentido, o presente estudo pode contribuir no desvelamento da realidade do trabalho de crianças e adolescentes, superando mitos, mediante uma articulação teórica que

permita visualizar a integração das diversas concepções no entorno de um processo em construção voltado à proteção de crianças e adolescentes.

Então, a análise é necessariamente multidisciplinar, envolvendo diversos campos do saber, como forma de identificar e analisar as várias dimensões do fenômeno trabalho precoce.

O plano de trabalho está desenvolvido em três capítulos, que respondem aos problemas previamente formulados: 1) qual a dimensão do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil; 2) como o atual ordenamento jurídico brasileiro disciplina o trabalho da criança e do adolescente; 3) como foi realizado o processo de constituição das ações e políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Nesse contexto, a dissertação aborda, no primeiro capítulo, o trabalho da criança e do adolescente no Brasil, sua dimensão, características, fatores determinantes e conseqüências. O segundo capítulo está voltado para uma análise jurídica dos limites de idade mínima para o trabalho e suas condições para o exercício no direito brasileiro, bem como, o reflexo das Convenções nº 138 e 182, da Organização Internacional do Trabalho, respectivamente, sobre os limites de idade mínima para o trabalho e as piores formas de trabalho infantil. O terceiro capítulo analisa a construção de políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho precoce, as ações dos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil, e as principais linhas de ação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Como hipóteses foram colocadas: 1) não existem dados precisos e confiáveis para dimensionar o trabalho precoce no Brasil; 2) o arcabouço jurídico sobre trabalho precoce ainda não está completamente adequado, implementado e conhecido; 3) o Brasil não dispõe de uma política pública capaz de erradicar o trabalho precoce.

É importante dar destaque à diferenciação, realizada em torno da terminologia utilizada. Muito embora a expressão trabalho infantil seja genericamente utilizada para definir os trabalhos proibidos à criança e ao adolescente, optou-se pela expressão trabalho precoce, por se apresentar mais adequado ao ordenamento jurídico brasileiro.

Evidentemente que a expressão trabalho infantil foi mantida quando apresentada na forma original pelos autores citados, na denominação das organizações e quando se tornou necessário sinalizar um momento ou contexto histórico específico.

O método utilizado na pesquisa foi o dedutivo, a partir dos dados, normativas e documentos recolhidos, analisados e discutidos. Deve-se ressaltar que, em função do caráter inovador da pesquisa, em muitos momentos, foi possível apenas a utilização da legislação e de documentos, pois, como se trata da história recente do Brasil em torno do tema, a bibliografia é bastante escassa ou, muitas vezes, ainda inexistente. No entanto, a doutrina sobre o tema foi pesquisada e referenciada sempre que possível.

Por se tratar de dissertação necessária a atender às exigências do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, estabeleceu-se como objetivo geral a identificação do fenômeno trabalho precoce na atual realidade brasileira.

Como objetivos específicos foram estabelecidos: a identificação e análise da dimensão do trabalho precoce no Brasil; a compreensão dos trabalhos da criança e do adolescente no direito brasileiro; a identificação e o registro do processo de construção das políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho precoce.

As referências bibliográficas indicam apenas as obras citadas no decorrer do trabalho, incluindo a legislação pertinente ao tema.

CAPÍTULO I

O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

A compreensão do trabalho da criança e do adolescente envolve três aspectos, ainda pouco estudados: a dimensão quantitativa e as características desse fenômeno na realidade brasileira, seus fatores determinantes que condicionam a permanência e reprodução do uso do trabalho precoce e as conseqüências da sua realização.

A dimensão e características do trabalho precoce no Brasil exigem uma análise das dificuldades de apreensão do fenômeno, os números de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil e nos Estados da Federação, a relação com a faixa etária, gênero, raça e etnia, as principais atividades desenvolvidas, a renda proveniente deste trabalho e o impacto na escolarização de crianças e adolescentes.

A percepção dos fatores determinantes do trabalho da criança e do adolescente requer a análise qualitativa dos determinantes econômicos como a pobreza, reprodução da força de trabalho e ocupação. São importantes, ainda, a compreensão da dinâmica, valores e organização familiar, bem como, aspectos culturais, educacionais e o fortalecimento de uma cultura que reproduz o trabalho precoce.

As conseqüências do trabalho precoce envolvem um aprofundamento dos efeitos sobre o desenvolvimento físico e psíquico das crianças e adolescentes e, ainda, de efeitos mais

amplos, como a reprodução do ciclo intergeracional de pobreza, a evasão escolar e o aprofundamento do processo de exclusão social.

O trabalho de crianças e adolescente tem recebido atenção especial no Brasil como um problema de profundas raízes históricas, sobretudo a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, que ao configurar a Doutrina da Proteção Integral, trouxe novos elementos para a compreensão dos direitos e necessidades da criança e do adolescente.

Se no processo histórico brasileiro, a doutrina da situação irregular estimulava a exploração do trabalho precoce como instrumento de controle e reprodução das classes populares, atualmente, tal conduta já não encontra mais fundamentos teóricos para sua realização. A adoção dos princípios protetivos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe uma nova visão, garantindo direitos ao livre e pleno desenvolvimento físico e psíquico, exercitando em toda a sua plenitude a convivência familiar e comunitária livre da mais absoluta exploração.

1.1 Dimensão e características

Embora exista um conjunto de pesquisas e estudos referentes ao quadro geral do trabalho da criança e do adolescente no Brasil, não estão disponíveis dados capazes de revelar com precisão a dimensão desse fenômeno. Especialmente em relação aos municípios, a identificação real do número de crianças e adolescentes trabalhadores, os setores de atividade econômica nos quais são realizadas as atividades e a localização geográfica precisa da realidade no Brasil, ainda carecem de um grande número de informações.

No entanto, alguns dados que levam à aproximação significativa da realidade do trabalho precoce no Brasil podem ser identificados nas pesquisas realizadas por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e a Organização Internacional

do Trabalho – OIT, bem como em alguns materiais que apresentam dados parciais, como os Diagnósticos realizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pelos Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, pelas Comissões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Conselhos de Direitos e Tutelares da Criança e do Adolescente e, finalmente, pesquisas das universidades.

Outro problema freqüentemente destacado é a dificuldade de apreensão do fenômeno em razão da diversidade dos conceitos adotados para a definição do trabalho precoce, que variam muito de acordo com a instituição responsável pela pesquisa. De acordo com *CERVINI & BURGER*, isso ocorre também porque

“Um mesmo tipo de atividade, quando realizado por um adulto, pode ser considerado como trabalho, enquanto no caso de uma criança, existe uma predisposição a considerá-lo como ‘ajuda’. A existência de leis que proíbem o trabalho infantil – bem como o seu conhecimento mais ou menos difuso – e o caráter intermitente desse trabalho reforçam essa inclinação, inibindo os declarantes a considerar as atividades das crianças como ‘trabalho’.”¹

Como o objetivo deste capítulo concentra-se em formar um panorama do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, de acordo com os dados mais sólidos e precisos disponíveis atualmente, não será utilizado, neste momento, o conceito de trabalho precoce, optando-se pela análise de todo o universo de crianças e adolescentes trabalhadores brasileiros.

CERVINI & BURGER destacam que “...algumas situações não consideradas normalmente nas taxas de atividade dos adultos deveriam ser incluídas na medição do trabalho infantil. Entre elas, a de ‘trabalho doméstico exclusivo’- sem freqüência a escola – talvez seja a mais relevante.”² Sendo que “a inclusão do ‘trabalho doméstico exclusivo’ tem

¹ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. O menino trabalhador no Brasil Urbano dos Anos 80. In: *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 24.

² *Idem, Ibidem*.

um impacto relevante sobre as estimativas de atividade em cada contexto urbano...”³ e, também, nos contextos rurais.

A pesquisa realizada por SCHAWARTZMAN⁴, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), baseia-se nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em período compreendido entre 1992 e 1998, constituindo o referencial quantitativo mais seguro e preciso disponível atualmente no Brasil. Em razão da sua consistência e representatividade em relação à distribuição do trabalho da criança e do adolescente e suas características, optou-se por privilegiar esta análise, pois “sua amostra consiste em cerca de cem mil domicílios, compreendendo um total de 350 mil pessoas. Representativa de todos os estados brasileiros e das regiões metropolitanas, esta amostra não inclui, no entanto, as populações rurais dos estados da Região Norte...”⁵ Estão excluídos do universo, também, crianças com idades inferiores a cinco anos.

Embora esta pesquisa represente o referencial mais completo sobre o trabalho da criança e do adolescente no Brasil, ainda assim o autor adverte, que

“Além dos erros de natureza estatística, pesquisas complexas como esta estão sujeitas a erros de preenchimentos dos questionários e de processamento das informações, que podem subsistir mesmo depois de cuidadosa verificação feita pelo IBGE. Por isso, a boa prática sugere não usar estimativas inferiores a 100 mil, que estão sujeitas a um coeficiente de variação na ordem de 10%.”⁶

Em que pese as dificuldades de aferição numa pesquisa de tal dimensão, “...a estimativa do número total de crianças e adolescentes trabalhando no Brasil em 1998 (7,7 milhões) tem uma variação possível de cerca de 1%, o que é bastante satisfatório...”⁷

³ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 24.

⁴ SCHAWARTZMAN, Simon. *Trabalho infantil no Brasil*. Brasília: OIT, 2001.

⁵ SCHAWARTZMAN, Simon. *Idem.* p. 05.

⁶ SCHAWARTZMAN, Simon. *Idem.* p. 06.

⁷ SCHAWARTZMAN, Simon. *Idem.* p. 05

Segundo o pesquisador citado, “a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), anualmente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que é a principal pesquisa socioeconômica do país, mostrava em 1998 a existência de cerca de 7,7 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade trabalhando.”⁸

Já PASTORE anotava, em 1999, que

“Ainda temos muitas crianças trabalhando de forma ilegal e indevida, é vergonhoso constatar que 500 mil brasileirinhos, entre 5 e 9 anos, trabalham na roça ou nos serviços domésticos e 3 milhões entre 10 e 14 anos, gastam seu precioso tempo no trabalho quando deveriam estar estudando. Na faixa de 15 a 17 anos há 5 milhões de trabalhadores.”⁹

A pesquisa de SCHAWARTZMAN apresenta dados sobre o trabalho da criança e do adolescente no Brasil, distribuídos de acordo com grupos etários, conforme demonstra o quadro a seguir:

TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO BRASIL, 1998 (5 A 17 ANOS)¹⁰

	5 A 9 ANOS	10 A 13	14 A 15	16 E 17	TOTAL
I – NA SEMANA DE REFERÊNCIA:					
TRABALHO	395.263	1.547.640	1.678.379	2.650.570	6.271.852
TRABALHO NA PROD. DE ALIMENTOS P/ CONSUMO PRÓPRIO		168.853	76.199	62.024	307.076
TRABALHO EM CONSTRUÇÃO PARA USO PRÓPRIO		11.077	10.626	16.909	38.612
ESTÁ AFASTADO TEMP. DE TRABALHO REMUNERADO	7.753	7.467	4.995	11.514	30.729
II – NO ANO DE REFERÊNCIA:					0
TRABALHO	33.402	227.963	322.028	507.696	1.091.089
TRABALHO PARA CONSUMO PRÓPRIO	85.259	8.139	5.022	2.155	100.575
TRABALHO EM CONSTRUÇÃO PARA USO PRÓPRIO	5.015	4.086	3.647	4.280	17.028
TOTAL QUE TRABALHO	445.711	1.975.225	2.100.896	3.255.148	7.776.980
TOTAL NA FAIXA ETÁRIA (5 A 17 ANOS)	15.515.558	13.564.161	6.986.172	6.960.618	43.026.509

FONTE: IBGE, PNAD, 1998

⁸ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 05.

⁹ PASTORE, José. A convenção da OIT sobre o trabalho infantil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 de jun., 1999.

¹⁰ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 05.

De acordo com os dados apresentados pela pesquisa, em 1998 existia, no Brasil, 43.026.509 crianças e adolescentes com idades entre 05 e 17 anos, sendo que no ano de referência, 18,07% deste universo realizou algum tipo de trabalho. Embora o percentual aparente um índice reduzido, em termos absolutos esses números são muito significativos, ou seja, mais de 7,7 milhões de crianças e adolescentes trabalharam neste período.

Sendo considerada a faixa etária entre 05 e 15 anos, tem-se um universo de 4.521.832 crianças e adolescentes trabalhadores. Mesmo na faixa etária inferior, que compreende crianças com idades de 05 a 09 anos, encontram-se 445.711 crianças trabalhadoras.

A pesquisa aponta, também, o crescimento da incidência de realização de trabalho conforme se elevam as faixas etárias. A distribuição do total de crianças e adolescentes, de acordo com as faixas etárias, que indicaram a realização de trabalho em 1998, ocorre nos seguintes termos: crianças de 05 a 09 anos: 2,87 %; crianças e adolescentes de 10 a 13 anos: 14,56%, adolescentes de 14 a 15 anos: 30,7% e adolescentes de 16 a 17 anos: 46,77%.

A distribuição de acordo com o gênero apresenta, de igual modo, uma variação significativa. Do universo total de crianças e adolescentes trabalhadores, do ano de 1998, 4.979.243 eram do sexo masculino o que representa 64 % do universo total. Por sua vez, 3.515.940 eram do sexo feminino, representando 36% do universo total.¹¹

CERVINI & BURGER, em pesquisa realizada na década de 80, em regiões urbanas, já constataavam esta predominância do trabalho masculino: “...os níveis de incorporação ao mercado de trabalho são bastante diferentes quando analisados por gênero. Observa-se que em geral os meninos trabalham mais do que as meninas. Para o conjunto das áreas urbanas, as mulheres, tanto crianças como adolescentes, trabalham cerca de 40% menos que os homens.”¹²

¹¹ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 21

¹² CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 23.

Este dado irá refletir a distribuição das responsabilidades e atividades no seio da família. Uma vez que os meninos são encaminhados com mais frequência ao mercado de trabalho e as meninas tendem a ter o seu trabalho ocultado pela forma do trabalho doméstico.

Em relação ao número de crianças e adolescentes trabalhadores, na década de 80, constatarem *CERVINI & BURGER* que “...as taxas de atividade segundo a cor da pele evidencia também outra ordem de desigualdade. No conjunto do Brasil urbano, as crianças e os adolescentes pretos trabalham proporcionalmente mais que o restante das crianças e adolescentes.”¹³

BARROS, SANTOS & MENDONÇA afirmam que as diferenças apresentam-se, também, em torno dos rendimentos auferidos, uma vez que

“os rendimentos dos menores de cor parda e preta são cerca de 30% inferiores àqueles de cor branca. Esse diferencial de rendimento por cor é substancialmente inferior àquele observado entre adultos; adultos de cor preta ou parda possuem rendimentos mais de 54% inferiores aos de cor branca.”¹⁴

Os autores referendados denunciavam, na pesquisa da década de oitenta, que “comparando-se aos menores de cor branca, os menores de cor preta ou parda trabalham mais, ocupam os piores postos de trabalho (...) e percebem menores rendimentos.”¹⁵

A pesquisa da Organização Internacional do Trabalho indica a distribuição das crianças e adolescentes trabalhadores de acordo com a cor ou raça, classificando-as em indígena, branca, preta, amarela e parda, conforme pode ser observado na tabela a seguir referente ao ano de 1998:

¹³ CERVINI, Rubem. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 26.

¹⁴ BARROS, Ricardo Paes de, SANTOS, Eleonora Cruz, MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. *Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil. In: O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.* 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 63.

¹⁵ *Idem, ibidem.*

CARACTERÍSTICAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TRABALHAM, 1998¹⁶

		1988	
		TOTAL	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL QUE TRABALHA
COR OU RAÇA	INDÍGENA	36.614	0,5 %
	BRANCA	3.307.493	42,5 %
	PRETA	414.871	5,3 %
	AMARELA	21.025	0,3 %
	PARDA	3.995.413	51,4 %
	TOTAL	7.775.416	100 %

FONTE: IBGE, PNAD 1998

Embora um número significativo do universo seja composto por brancos, pretos e pardos predominam, representando uma parcela considerável de crianças e adolescentes trabalhadores. Dos 7,7 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil, cerca de 4,4 milhões são pretos ou pardos, denunciando mais um componente forte da exclusão e exploração: a discriminação racial.

A pesquisa, ainda, apresenta a distribuição regional do trabalho de crianças e adolescentes, segundo demonstra a tabela:

CARACTERÍSTICAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TRABALHAM, 1998¹⁷

		1988	
		TOTAL	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL QUE TRABALHA
REGIÃO	NORTE	409.688	5,3 %
	NORDESTE	3.292.879	42,5 %
	SUDESTE	2.293.434	29,5 %
	SUL	1.246.010	16,0 %
	CENTRO-OESTE	534.969	6,9%
	TOTAL	7.776.980	100 %

FONTE: IBGE, PNAD 1998

Os dados da pesquisa evidenciam um predomínio do trabalho de crianças e adolescentes nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, respectivamente. No entanto, é importante destacar que o trabalho de crianças e adolescentes na região Norte está subestimado. A pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho tem como fonte a Pesquisa

¹⁶ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 21.

¹⁷ *Idem, Ibidem.*

Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que não inclui dados das localidades rurais da Região Norte.

Quanto à localização das crianças e adolescentes trabalhadores, SCHAWARTZMAN destaca que

“o trabalho infantil concentra, sobretudo, pessoas de 16 e 17 anos de idade, ocorre mais para homens do que para mulheres, e mais, proporcionalmente, entre pessoas de cor preta ou parda do que de cor branca. Ocorre sobretudo nas áreas rurais e menos nas grandes regiões metropolitanas. É proporcionalmente mais presente nas regiões Nordeste e Sul do que nas demais regiões do país.”¹⁸

O cruzamento dos dados referentes às crianças e adolescentes que trabalham, de acordo com a ocupação e região de residência dos chefes de família, apresenta os seguintes percentuais:

PERCENTUAL DE FILHOS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES) QUE TRABALHAM, PELA OCUPAÇÃO E REGIÃO DE RESIDÊNCIA DOS CHEFES DE FAMÍLIA (*)¹⁹

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
AGROPECUÁRIA	22,99	38,05	28,26	32,37	32,37	35,62
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	19,17	16,59	17,27	20,36	20,36	17,37
COMÉRCIO	19,59	18,97	12,52	15,45	15,45	15,71
OUTRAS OCUPAÇÕES	14,20	17,24	10,60	13,35	13,35	13,81
INDÚSTRIA	15,52	14,62	11,60	14,64	14,64	13,47
ADMINISTRAÇÃO	12,50	14,89	9,06	12,87	12,87	11,66
TRANSPORTES	9,7	9,55	11,09	13,40	13,40	10,96
ATIVIDADES TÉCNICAS	8,59	8,89	6,80	9,31	9,31	7,76

* AS PERCENTAGENS REPRESENTAM A PROPORÇÃO DOS FILHOS QUE TRABALHAM EM CADA GRUPO OCUPAÇÃO/REGIÃO

Nesse sentido pode-se deduzir que em todas as regiões predominam os trabalhos de crianças e adolescentes na agropecuária, sendo que a Região Nordeste, no contexto geral, predomina nesse tipo de atividade.

No entanto, na análise do trabalho exclusivamente agrícola, o quadro apresentado é outro, pois

“...na Região Sul quase metade da população de crianças e adolescentes cujos pais trabalham em atividade agrícola também

¹⁸ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 07.
¹⁹ SCHAWARTZMAN, Simon. *Idem.* p. 21.

trabalha nessa atividade, percentagem muito superior à da Região Nordeste. Como a renda familiar na área rural do Sul corresponde ao dobro da renda no Nordeste, fica claro que existem diferenças sociais e culturais importantes que explicam esse padrão de trabalho de crianças e adolescentes...”²⁰

Um dos aspectos mais importantes, destacados pela pesquisa elaborada pela Organização Internacional do Trabalho, foi a análise do trabalho de crianças e adolescentes de acordo com os estados da federação.

Esses dados têm sido utilizados como referenciais para a formulação de uma série de políticas públicas de combate ao trabalho precoce. Embora a pesquisa tenha refletido as dificuldades da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, que não envolve as áreas rurais da Região Norte; subestimando os dados dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; o resultado apresenta um quadro muito claro da dimensão e distribuição do trabalho da criança e do adolescente no Brasil.

Importa salientar a contribuição significativa da pesquisa na identificação das mudanças no panorama quantitativo do trabalho de crianças e adolescentes no período compreendido entre 1992, 1995 e 1998.

Observa-se uma ligeira redução no índice global de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil, especialmente no período compreendido entre 1995 e 1998. É possível que esta diminuição seja decorrente da implementação de políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Vale lembrar que, a partir de 1994, com a constituição do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e a articulação de diversas organizações governamentais, não-governamentais, sindicatos de trabalhadores e de empregadores em torno do tema, há uma maior atenção e preocupação com a eliminação desta mazela social, presente em todos os estados da federação.

²⁰ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 07.

Considerando o universo de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil na área urbana e rural, a distribuição regional nos anos de 1992, 1995 e 1998 apresentou variação significativa. Segundo a tabela a seguir, o número de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil vem apresentando sucessivas diminuições. No entanto, a redução é pouco significativa no período 1992/1995 e mais intensa no período 1995/1998, conforme pode ser observado:

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 5 A 17 ANOS QUE TRABALHAM,
POR ESTADO DA FEDERAÇÃO E ÁREA URBANA OU RURAL²¹**

	1992		1995		1998	
	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL
RONDÔNIA	43.258		43.486		29.582	
ACRE	14.727		17.794		13.588	
AMAZONAS	77.977		90.475		48.475	
RORAIMA	5.595		5.620		2.730	
PARÁ	169.072		186.575		211.802	
AMAPÁ	8.950		11.938		10.948	
TOCANTINS	49.376	41.453	45.901	46.921	57.733	34.830
MARANHÃO	161.532	396.957	183.449	411.363	157.522	466.814
PIAUÍ	86.412	169.392	100.028	177.138	79.783	141.444
CEARÁ	216.558	354.290	277.930	365.411	234.398	300.629
RIO GRANDE DO NORTE	98.283	92.641	81.623	98.247	59.163	61.164
PARAÍBA	99.165	188.203	92.005	160.462	75.418	132.612
PERNAMBUCO	283.554	307.133	256.528	260.463	214.868	253.291
ALAGOAS	62.910	107.073	86.126	84.404	53.156	72.719
SERGIPE	41.604	44.532	49.770	55.437	42.291	49.120
BAHIA	389.594	619.203	414.623	644.462	345.652	552.835
MINAS GERAIS	652.311	473.779	655.100	431.722	494.918	355.142
ESPÍRITO SANTO	133.028	77.809	103.691	81.683	97.141	78.213
RIO DE JANEIRO	305.072	48.033	283.159	43.263	181.550	20.186
SÃO PAULO		186.816	1.260.140	174.146	952.293	113.991
PARANÁ	353.458	329.030	391.299	284.977	291.637	199.662
SANTA CATARINA	141.880	196.933	177.227	173.818	154.398	150.368
RIO GRANDE DO SUL	326.308	305.715	322.013	231.408	251.719	198.226
MATO GROSSO DO SUL	100.058	38.952	95.673	38.020	76.192	30.613
MATO GROSSO	96.201	79.081	84.423	84.770	84.555	65.927
GOIÁS	226.197	115.803	222.363	96.691	168.949	70.393
DISTRITO FEDERAL	60.183	6.829	38.516	6.104	31.430	6.910
TOTAL	5.459.598	4.179.657	5.577.475	3.950.910	4.421.891	3.355.089
	9.639.255		9.528.385		7.776.980	

* ESTIMATIVAS INFERIORES A 1.000

FONTE: PNAD 1992, 1995 E 1998, TABULAÇÕES ESPECIAIS.

²¹ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 22-3.

Um exame mais detalhado do trabalho de crianças e adolescentes, em áreas urbanas, no período compreendido entre 1992 e 1995, evidenciará que quatorze estados da federação²² aumentaram o número de pessoas, com idades inferiores aos dezessete anos, trabalhando; sendo que os estados de Rondônia e Roraima mantiveram-se praticamente estáveis e no Estado de São Paulo não havia dados para realizar o comparativo. Na análise do período entre 1995 e 1998, há uma mudança no quadro geral, uma vez que apenas quatro estados²³ apresentaram aumento no número de crianças e adolescentes trabalhadores urbanos.

Em relação ao meio rural, nove estados²⁴ aumentaram o número de crianças e adolescentes trabalhadores no período 1992/1995, sendo que o Estado do Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal mantiveram-se estáveis. No período subsequente, ou seja, 1995/1998, apenas o Estado do Maranhão indicou aumento no número de trabalhadores infanto-juvenis e o Distrito Federal manteve os números praticamente estáveis. Demonstra-se, desse modo, que há uma tendência de forte redução no número de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil.

No que se refere ao tipo de trabalho realizado pelas crianças e adolescentes nas áreas urbanas, no ano de 1998, a referida pesquisa apresenta os seguintes dados distribuídos por tipo de trabalho e região:

**PERCENTUAL DE ADOLESCENTES DE 10 A 17 ANOS QUE TRABALHAM,
POR REGIÃO E TIPO DE TRABALHO²⁵**

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
EMPREGO FORMAL	4,0 %	2,2 %	22,3 %	22,3 %	13,6 %	14,2 %
EMPREGO INFORMAL	37,5 %	3,7 %	43,4 %	36,3 %	46,6 %	39,3 %
EMPREGO DOMÉSTICO	14,7 %	12,9 %	11,7 %	11,2 %	16,4 %	12,6 %
CONTA PRÓPRIA	10,1 %	11,8 %	5,3 %	6,4 %	5,3 %	7,8 %
AUTOCONSUMO	6,7 %	3,7 %	2,4 %	5,4 %	3,8 %	3,7 %
DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO	19,5 %	22,2 %	11,9 %	13,7 %	11,3 %	15,8 %
SEM REMUNERAÇÃO	7,5 %	13,4 %	3,0 %	4,7 %	3,0 %	6,7 %

²² Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina.

²³ Pará, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

²⁴ Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso.

²⁵ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 25.

Nos dados gerais destaca-se o emprego informal, com maior incidência no conjunto da população infanto-juvenil, evidenciando-se um baixo nível de atividades formais. Outro aspecto que merece atenção diz respeito ao trabalho doméstico não remunerado e aos trabalhos sem remuneração. Especialmente nas regiões Norte e Nordeste destacam-se índices elevados em tais atividades; também, a Região Centro-Oeste apresenta um índice significativo de trabalho informal.

No que se refere às áreas rurais, no ano de 1998, tem-se o seguinte quadro:

**PERCENTUAL DE ADOLESCENTES DE 10 A 17 ANOS QUE TRABALHAM,
POR REGIÃO E TIPO DE TRABALHO²⁶**

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
EMPREGO FORMAL	0,5 %	0,5 %	6,2 %	4,5 %	2,9 %	2,3 %
EMPREGO INFORMAL	30,9 %	11,6 %	22,1 %	9,4 %	18,3 %	13,5 %
EMPREGO DOMÉSTICO	9,0 %	3,0 %	6,9 %	4,8 %	6,6 %	4,2 %
CONTA PRÓPRIA	0,5 %	4,4 %	2,0 %	1,7 %	2,0 %	3,4 %
AUTOCONSUMO	11,3 %	11,2 %	14,0 %	10,2 %	16,6 %	11,8 %
DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO	9,0 %	3,6 %	4,2 %	1,6 %	4,3 %	3,5 %
SEM REMUNERAÇÃO	38,9 %	65,6 %	44,6 %	67,9 %	49,3 %	61,3 %

O trabalho da criança e do adolescente no meio rural, segundo os dados, é predominantemente sem remuneração, sendo que a Região Sul é aquela em que se encontra uma maior incidência desse tipo de trabalho. Fica evidenciado, também, um significativo número de trabalhos informais, especialmente nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente.

A pesquisa da Organização Internacional do Trabalho apresenta as principais ocupações desempenhadas por crianças e adolescentes, com idades entre 10 e 17 anos. O quadro a seguir apresenta as dez principais atividades realizadas.

²⁶ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 25.

**OCUPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DE 10 A 17 ANOS DE IDADE,
NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO²⁷**

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
TRABALHADOR RURAL	1.909.013	687.122	2.596.135
BALCONISTAS, ATENDENTES	287.796	201.779	489.575
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	21.473	403.208	424.681
DIVERSOS	154.136	53.000	207.136
AJUDANTE DIVERSOS	180.082	10.906	190.988
AJUDANTE PEDREIRO	164.187	4.717	168.904
CONTÍNUO	108.692	13.191	121.883
COPEIRO, BALCONISTA	72.596	43.454	116.050
AMBULANTES – OUTROS	60.618	37.765	98.383
BABÁ	1.196	91.743	92.939
TOTAL	2.959.789	1.546.885	4.506.674

Definitivamente, é o trabalho na atividade rural que mais se destaca nesse universo, embora outros, como balconistas, atendentes e serviços domésticos apresentem um número muito significativo de crianças e adolescentes trabalhadores.

OLIVEIRA, em 1996, explicava que “...de cada seis crianças da população mundial infantil, uma trabalha. Seriam cerca de 100 milhões, mas há quem estime o dobro, 95% dessas crianças vivem em países subdesenvolvidos.”²⁸

Ressaltava o autor: “no Brasil, a taxa de atividade (18%) de crianças na faixa etária 10 a 14 anos só perde para o Paraguai (19%) e o Haiti (24,4%) e supera a de outros países subdesenvolvidos como a Indonésia (11,1%), Marrocos (14,3%), Honduras (14,7%), República Dominicana (15,5%), entre outros.”²⁹

Considerando que o trabalho de crianças e adolescentes indica intrínseca relação com a situação de miséria e pobreza, cumpre salientar alguns dados da pesquisa realizada em 1998, pela OIT, referentes à renda.

²⁷ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 47

²⁸ OLIVEIRA, João Ferreira de. *O trabalho da criança e do adolescente em condições de risco*. Curitiba: mimeo, 1996. p. 05

²⁹ *Idem Ibidem*.

**RENDA MENSAL MÉDIA DO TRABALHO PRINCIPAL DAS CRIANÇAS E
DOS ADOLESCENTES, POR SEXO E IDADE, 1998³⁰**

Grupos de idade	Masculino	Feminino	Total
10 a 13 anos	62,73	50,99	59,07
14 e 15 anos	108,22	101,37	105,72
16 e 17 anos	154,01	138,59	148,10
Total	129,21	119,51	125,63

Merece destaque, nesta questão, o reduzido valor médio pago às crianças e adolescentes com idade entre 10 e 13 anos. Segundo *SCHAWARTZMAN*, “na média o rendimento obtido é de aproximadamente o de um salário mínimo.”³¹ “A relação entre idade e rendimento é extremamente forte (...). Em 1998, 88% das crianças de 10 anos que trabalhavam não recebiam qualquer remuneração e a média dos ganhos de quem recebeu é de aproximadamente R\$ 40,00.”³²

Os anos de estudo também consistem em fator que, combinado com a idade das crianças e adolescentes, determinarão uma variação de aproximadamente 20% nos rendimentos.³³ De qualquer forma, as remunerações são muito reduzidas, o que vem a reforçar a idéia de que o trabalho precoce é considerado complementar ao do adulto.

São bastante evidentes, também, os impactos do trabalho precoce na escolaridade. Na análise dos dados comparativos entre crianças e adolescentes que trabalham e os que não trabalham, de acordo com a defasagem entre série e idade, a frequência à escola e alfabetização são muito marcantes em suas desigualdades, como pode ser observado:

**CARACTERÍSTICAS DE ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
QUE TRABALHAM E NÃO TRABALHAM³⁴**

Idade	Defasagem idade (*)			Percentual que frequenta a escola			Percentual que sabe ler e escrever		
	Trabalham	Não trabalham	Total	Trabalham	Não trabalham	Total	Trabalham	Não trabalham	Total
07	- 0,21	- 0,17	0,17	89,85	92,68	92,61	43,97	62,96	62,46
08	0,38	0,24	0,25	91,04	95,87	95,67	54,71	78,84	77,85
09	0,98	0,47	0,50	94,20	97,06	96,90	63,67	87,10	85,82
10	1,55	0,75	0,81	92,35	97,52	97,05	67,85	91,71	89,51
11	1,83	1,00	1,10	94,24	97,20	96,85	81,78	93,28	91,91
12	2,34	1,33	1,48	90,88	96,11	95,26	86,16	95,58	94,06

³⁰ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 25.

³¹ SCHAWARTZMAN, Simon. *Idem.* p. 10-1.

³² SCHAWARTZMAN, Simon. *Idem.* p. 11.

³³ SCHAWARTZMAN, Simon. *Idem.* p. 12.

³⁴ SCHAWARTZMAN, Simon. *Idem.* p. 66.

**CARACTERÍSTICAS DE ESCOLARIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
QUE TRABALHAM E NÃO TRABALHAM³⁵**

Idade	Defasagem idade (*)			Percentual que freqüenta a escola			Percentual que sabe ler e escrever		
	Trabalham	Não trabalham	Total	Trabalham	Não trabalham	Total	Trabalham	Não trabalham	Total
13	2,63	1,53	1,74	86,59	94,05	93,20	86,87	96,43	94,43
14	2,78	1,72	1,97	81,70	93,31	90,34	91,56	97,06	95,65
15	2,77	1,96	2,20	71,96	89,57	83,51	92,49	97,20	95,58
16	2,84	2,13	2,39	67,77	84,44	77,27	94,00	96,67	95,52
17	3,17	2,31	2,69	59,59	77,22	68,28	93,52	96,88	95,17

* a defasagem é zero quando a criança de sete anos está na primeira série do primeiro grau, com oito anos na segunda série, e assim sucessivamente.

Fonte: PNAD 1998, tabulação especial

Em relação à defasagem entre série e idade, a pesquisa aponta um diferencial significativo entre as crianças e adolescentes que trabalham e os que não trabalham. Enquanto os que não trabalham apresentam aos dez anos de idade uma defasagem de 0,75; as crianças trabalhadoras já apresentam o dobro deste índice.

Aos dezessete anos, os adolescentes que não trabalham apresentam uma defasagem de 2,31 anos de escolaridade em relação à série que deveriam estar freqüentando, ao passo que os adolescentes trabalhadores apresentam uma diferença, inclusive superior à média de 2,69 para esta faixa, estando 3,17 anos defasados em relação à série que deveriam estar freqüentando.

No comparativo dos dados relativos à freqüência escolar, verifica-se também um padrão de desigualdade, no qual as crianças e adolescentes que trabalham apresentam índices percentuais superiores de infreqüência escolar. Reforçando a perspectiva de que as crianças e os adolescentes que trabalham tendem a freqüentar menos a escola e a abandoná-la em idade mais precoce.

As mesmas características podem ser percebidas na análise do percentual de crianças e adolescentes que sabem ler e escrever. O universo desses trabalhadores, em todas as faixas etárias, apresenta índices menores de pessoas que sabem ler e escrever, ressaltando mais uma vez o impacto do trabalho na escolarização.

³⁵ SCHAWARTZMAN, Simon. *Op. Cit.* p. 66.

A partir dos dados analisados, pode-se afirmar que o trabalho da criança e do adolescente, no Brasil, apresenta uma dimensão expressiva, seja pela representatividade do universo, seja pelas condições como se realiza. A baixa remuneração, o elevado número de atividades, que se ocultam sob o manto da informalidade ou do trabalho doméstico, merecem atenção.

As repercussões na escolarização, representadas pela infrequência e defasagem escolar, devem ser motivos de preocupação daqueles diretamente responsáveis pela realização dos direitos da criança e do adolescente: a família, a sociedade e o Estado.

1.2 Fatores determinantes do trabalho da criança e do adolescente

O trabalho precoce, ou seja, aquele realizado abaixo dos limites de idade mínima para o trabalho, constitui fenômeno social multifacetário, sua compreensão envolve uma generalidade de aspectos que conjugados resultam no ingresso de significativo contingente de crianças e adolescentes em idade inadequada no mundo do trabalho.

Embora um certo número de fatores ainda não tenham sido pesquisados e estudados, em toda a sua complexidade, há um conjunto bastante evidente dos principais fatores determinantes desse fenômeno que atinge crianças e adolescentes em todo o mundo.

Para a composição de um quadro analítico a respeito do tema foram selecionados os principais aspectos qualitativos, comumente destacados na bibliografia brasileira, acerca do trabalho precoce, envolvendo especialmente características econômicas, familiares, culturais e educacionais.

Evidentemente, no modelo econômico capitalista, serão os fatores econômicos os principais determinantes da utilização da mão-de-obra de crianças e adolescentes. *CERVINI & BURGER* afirmam que

“É bastante aceita a idéia de que as dimensões, as condições e o conteúdo do trabalho infantil dependem de duas ordens de macrofatores (...): a pobreza, que obriga as famílias a adotar formas de comportamento que incluem a oferta de mão-de-obra de seus filhos menores de idade; a estrutura do mercado de trabalho, que oferece espaços apropriados à incorporação desse contingente específico de mão-de-obra. Esses dois conjuntos de fatores operam através das preferências e dos comportamentos de duas unidades de decisão: a família e a empresa.”³⁶

Em países emergentes como o Brasil, a causa fundamental de todo o trabalho de crianças e adolescentes reside, com certeza, na condição de pobreza de parcela significativa da população, combinada com um conjunto de outros motivos de ordem cultural e política.³⁷

CERVINI & BURGER estabelecem um conceito de pobreza que pode ser “entendida como dificuldade ou impossibilidade de acesso aos bens e serviços considerados como básicos por uma sociedade em um determinado tempo.”³⁸ Ainda, a pobreza pode ser compreendida como reflexo e resultado de políticas econômicas e sociais que geram e reproduzem as condições de desigualdade social, concentrando a riqueza nos estratos mais elevados e elitizados da população.

O trabalho precoce está intrinsecamente ligado a esse processo, sendo ao mesmo tempo causa e resultado, provocando um quadro social em que as crianças e adolescentes são impulsionados a trabalhar desde muito cedo, porquanto o motivo mais poderoso para o ingresso na vida laborativa é a possibilidade de alívio da miséria e a satisfação das necessidades essenciais. Qualquer remuneração, por mais ínfima que seja, é recebida com muita satisfação, pois significa a possibilidade imediata de superar a fome.³⁹ Nesse sentido, *CERVINI & BURGER* constata que “...quanto maior a pobreza mais provável se torna que a família veja-se obrigada a recorrer aos seus membros mais novos”⁴⁰ uma vez que torna-se

³⁶ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 19.

³⁷ MENDELIEVICH, Elias. *El trabajo de los niños*. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1980. p. 9.

³⁸ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 20.

³⁹ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 8.

⁴⁰ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 27.

necessária a mobilização de todos os recursos disponíveis para a garantia da sobrevivência familiar.

Na conjugação de valores entre o ingresso das crianças e adolescentes na escola ou no trabalho, este último tende a prevalecer, pois responde a uma necessidade inadiável para o contexto familiar em questão. No entanto, *ARRUDA* salienta que “A noção de país em desenvolvimento implica, necessariamente, melhorias de condições de vida para a maioria da população, o que não condiz com a realidade de crianças que precisam abandonar a escola por força de premente necessidade de luta pelo alimento.”⁴¹

Em pesquisa realizada na década de oitenta, *BARROS, SANTOS & MENDONÇA* constataram que “...a taxa de participação na força de trabalho como a taxa de não-frequência à escola dos menores encontram-se inversamente relacionadas com os recursos das unidades domésticas em que vivem.”⁴² Isto significa que, quanto mais carentes de recursos essenciais básicos nas unidades domésticas urbanas, maior será a probabilidade de crianças e adolescentes abandonarem a escola e ingressarem precocemente no mercado de trabalho.

O trabalho precoce encontra aliados importantes na sua manutenção, legitimação e reprodução, ou seja, como uma mão-de-obra barata, justificada pelo baixo nível de especialização que se apresenta e por seu tratamento como renda complementar ao trabalho adulto⁴³, o que consiste num atrativo importante para empresas, sobretudo em épocas de crise, quando estas recorrem a todas as formas possíveis de precarização do trabalho com o intuito de subsistir e manter-se integradas à competitividade do mercado globalizado.

Segundo *CERVINI & BURGER*,

“a ‘construção social de uma hierarquia etária’, onde são legitimadas as relações desiguais entre adultos e crianças, se expressa na forma de discriminação salarial imposta às crianças

⁴¹ *ARRUDA, Kátia Magalhães. O trabalho de crianças no Brasil e o direito fundamental à infância. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (Coord.) Dos direitos humanos aos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 100.*

⁴² *BARROS, Ricardo Paes de. SANTOS, Eleonora Cruz. MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Op. Cit. p. 50.*

⁴³ *CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. Op. Cit. p. 19.*

e adolescentes. Isto ocorre porque, entre outros fatos, no nível das empresas é generalizada a idéia de que o trabalho infantil é complementar ao do adulto e, conseqüentemente, sua remuneração também. Uma segunda razão é a de encarar esse trabalho como sendo menos eficiente que o realizado pelos adultos.”⁴⁴

O fato de parcela significativa de crianças e adolescentes aceitarem trabalho por uma remuneração muito menor do que seria pago a um adulto, para a realização da mesma atividade, estimula muitos empregadores a preferirem este tipo de mão-de-obra, em que pese a sua ilegalidade.

Num contexto mais amplo, o reflexo desse processo é a ocupação dos espaços produtivos por trabalhadores precoces reforçando os elevados índices de desemprego adulto, bem como, reduzindo os patamares mínimos de salários oferecidos.⁴⁵

Como as crianças são chamadas a assumirem papéis de adultos, sem possuírem capacidades físicas e psíquicas para o desenvolvimento das atividades requeridas, seu trabalho é avaliado como pouco eficiente em relação ao trabalho adulto resultando numa remuneração inferior até mesmo à eficiência demonstrada, representando um rendimento suplementar para o empregador.⁴⁶

Além do nível salarial, a extensão da incorporação da criança e do adolescente no mercado de trabalho está vinculada a outro fator de atração, a informalidade.⁴⁷ A ampliação significativa dos espaços da informalidade no Brasil tem provocado incorporação expressiva de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, uma vez que esse campo escapa, em grande parte, dos sistemas de controle e fiscalização do Estado.

As crianças e adolescentes apresentam-se como atrativas para o mercado uma vez que consistem numa mão-de-obra submissa e indefesa, sem qualquer poder de negociação para

⁴⁴ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 41.

⁴⁵ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 6.

⁴⁶ MENDELIEVICH, Elias. *Idem.* p. 7.

⁴⁷ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 38.

exigir melhores condições de trabalho, impostas unilateralmente pelos empregadores. Não tendo condições de participar efetivamente dos sindicatos, tendem a não estar representadas.⁴⁸

No que se refere ao trabalho de crianças e adolescentes, *CERVINI & BURGER* estabelecem que “...as possibilidades de incorporação efetiva ao trabalho estão vinculadas, por um lado, ao baixo custo e à docilidade reivindicativa e política desta mão-de-obra peculiar e, por outro, às suas características biológicas, que a tornam mais apropriada para determinadas tarefas em contextos tecnológicos específicos.”⁴⁹

Não se pode desconsiderar que para a família carente de recursos, a exigência mais urgente é ganhar o indispensável para poder sobreviver. As demais necessidades que não sejam estritamente essenciais à sobrevivência, são satisfeitas somente na medida do possível.

No entanto, não se pode esquecer que mesmo as famílias mais pauperizadas não estão imunes à atração por mercadorias e serviços oferecidos, senão impostos pela mídia, como símbolos de bem-estar. Em determinados casos, as necessidades induzidas pelo meio tornam-se mais importantes que as exigências reais. O desejo de satisfação dessas necessidades pode-se apresentar como uma reação a um sentimento de privação ou frustração.⁵⁰

O desejo de consumo do núcleo familiar, construído socialmente como necessidade, pode ser um fator de estímulo para a inserção precoce dos filhos no mundo do trabalho, embora não seja o fator primordial ou determinante, mas apenas um componente de reforço do processo, num contexto social mais amplo.

Embora os fatores econômicos apresentem-se como os principais determinantes do ingresso precoce no mercado de trabalho, não se pode desconsiderar o significado cultural e tradicional do trabalho no imaginário familiar, seja com o aspecto educativo ou moralizador.

⁴⁸ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 7.

⁴⁹ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 19.

⁵⁰ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 10.

PINTO registra que

“Um outro fator que tem contribuído muito para o aumento da existência do trabalho infanto-juvenil é também a cultura, que valoriza o trabalho e “quanto mais cedo melhor”. Tanto os pais quanto os empregadores e gestores da rede pública, ainda possuem a visão antiga, mas que predomina ainda hoje, que o trabalho é importante para as crianças e jovens. Não percebem, com isso, da agressão que é submeter a criança ao trabalho precoce, pois a preocupação final, escamoteada por um discurso assistencialista, é o lucro...”⁵¹

O trabalho de crianças e adolescentes é algo que está arraigado nas tradições, nos comportamentos de diversos locais, como um vestígio do passado, com uma forte resistência à mudança.⁵² *CERVINI & BURGER* esclarecem:

“Assim como existe um sistema de legitimação para a manutenção e a reprodução da estrutura social mais geral, da qual a pobreza e a estrutura ocupacional fazem parte, existe também um sistema simbólico que legitima e regula as relações entre as crianças e a ordem mais geral. As ideologias do trabalho, da educação e do lazer, bem como o modo como a criança é vista em relação a estas atividades, devem ser destacadas como exemplos relevantes de valores próprios desse sistema.”⁵³

Especialmente nos países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil, considera-se, ainda, muito normal a tradição de as crianças, especialmente no meio rural, não ingressarem na escola e começarem a trabalhar em idade muito precoce, independente do grau relativo de pobreza das famílias.⁵⁴ *CERVINI & BURGER* observam que “em países como o Brasil é

⁵¹ PINTO, Fábio Machado. *A universidade e o trabalho infantil: a produção docente sobre o trabalho infantil na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Técnica de Lisboa*. Lisboa, 1997. Dissertação (Mestrado). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. p. 53.

⁵² MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 4.

⁵³ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 19.

⁵⁴ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 8.

bastante recorrente a verificação de que não apenas o nível de rendimentos, mas também o nível educacional dos pais são fatores determinantes do bem-estar futuro da criança.”⁵⁵

Informa que “o nível educacional dos pais tem uma influência sobre a educação dos filhos até maior que seus rendimentos.”⁵⁶ Nesse contexto, nas famílias cujos pais possuem baixa escolaridade, seus filhos iniciam atividades laborais com idade precoce. Acrescentam que “diversos estudos de campo verificaram que o nível de participação das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho está inversamente correlacionado com o nível educacional dos pais.”⁵⁷ “A decisão dos pais de enviar a criança à escola, ou a do adolescente em freqüentá-la, está determinada por duas ordens de fatores: o esquema de preferências, que decide sobre as relações entre as necessidades presentes e o bem-estar futuro da criança, e as condições de oferta de serviços.”⁵⁸

Em muitos casos, a opção pelo ingresso precoce dos filhos no trabalho trata-se de uma deliberação realizada pelos próprios pais, determinada por um ou vários motivos, como a inexistência de escolas próximas ao local de residência, a necessidade de contar com os recursos financeiros decorrentes do trabalho da criança, a incapacidade de arcar com os custos de educação dos filhos ou, ainda, porque não percebem a utilidade ou o valor da escola.⁵⁹

O ingresso precoce no trabalho ainda pode ser agravado pelo insucesso escolar da crianças e adolescentes e pela ausência de alternativas ou mesmo pela própria incapacidade da instituição escolar pública em satisfazer as expectativas das famílias. Se grande parte das famílias somente tem condições de enviar seus filhos para a escola durante alguns poucos anos, logicamente estas crianças terão maior dificuldade de aprendizado e remota possibilidade de reintegração escolar futura.⁶⁰

⁵⁵ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 29.

⁵⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵⁷ *Idem, Ibidem.*

⁵⁸ *Idem.* p. 33-4.

⁵⁹ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 9.

⁶⁰ *Idem, Ibidem.*

Segundo *CERVINI & BURGER*, em pesquisas realizadas com crianças e adolescentes em áreas urbanas brasileiras, na década de oitenta, constatou-se que

“...o menino trabalhador encontra uma forte valorização e reconhecimento da escola, bem como o desejo de retornar a freqüência à mesma, junto com a percepção negativa do trabalho realizado quanto às possibilidades de desenvolver habilidades e competência socialmente valiosas. Por outro lado, verifica-se que a maioria dos adolescentes e uma grande parte das crianças trabalhadoras não freqüentam a escola.”⁶¹

As crianças e adolescentes brasileiros enfrentam dificuldades em freqüentar a escola, muitas crianças não podem assistir às aulas porque precisam trabalhar; outros alternam o trabalho com a escola, geralmente com resultados muito precários, outros não freqüentam a escola porque seus pais ou família não dispõem de meios econômicos para aquisição dos mínimos materiais necessários, tais como roupas e calçados, que lhes permitam assistir às aulas. Há, ainda, determinados segmentos de crianças e adolescentes que enfrentam a resistência da própria família em relação à freqüência escolar.⁶²

As crianças que estudam e trabalham simultaneamente, enfrentam muitos problemas. Nas áreas rurais, são comuns as ausências escolares, especialmente nos meses de plantio e colheita, período em que a mão-de-obra infanto-juvenil é mais solicitada, gerando ausências periódicas. Tais ausências geram dificuldades para a reinserção escolar e, muitas vezes, transformam-se em abandonos definitivos.⁶³

De acordo com *CERVINI & BURGER*, “a entrada tardia à escola, os freqüentes abandonos temporários, a repetência, o atraso etário com relação à série e, finalmente, a expulsão definitiva, constituem fases recorrentes do caminho escolar – estigmatizante e corroedor da auto-estima do menino carente e trabalhador.”⁶⁴

⁶¹ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 37.

⁶² MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 52.

⁶³ *Idem, ibidem.*

⁶⁴ CERVINI, Ruben. BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 37.

A desvalorização do papel da educação e da escola por parte dos pais, além de dificuldades no oferecimento de condições adequadas para o ingresso e frequência das crianças ao sistema escolar, em muitos casos, constitui-se num dos principais estímulos para a efetiva evasão escolar. Pode ser dito que as razões da evasão escolar acentuam-se na medida em que aumenta a idade e são mais ou menos as mesmas razões para que as crianças não sejam envidadas à escola desde o começo de sua vida estudantil.⁶⁵

No meio rural, há um traço cultural marcante que compreende a escola como puramente teórica e, portanto, inadequada às necessidades do campo. Nesse contexto, além de grande parte das famílias rurais não perceberem as vantagens evidentes da escolarização de seus filhos, estão despreparadas para lidarem com o atraso e o insucesso escolar, decorrentes da diferença entre as propostas curriculares e os interesses das crianças e adolescentes, e também, do cansaço provocado pelos trabalhos agrícolas que não favorece a assimilação de conhecimentos.

CERVINI & BURGER, conceituam a família como “...o espaço social concreto através do qual os diferentes setores sociais conseguem sua sobrevivência e reprodução.”⁶⁶ Salientam que “a extensão do trabalho infantil está condicionada pelas características da família à qual pertencem as crianças, as quais se referem não apenas ao nível de acesso a bens e serviços materiais (rendimentos) e culturais (educação), mas também, a suas formas de inserção no mercado de trabalho e à própria estrutura familiar.”⁶⁷

Uma forma específica de arranjo familiar, adotada em determinados setores sociais em busca da sobrevivência, condiciona a disponibilidade da oferta de trabalho de crianças e adolescentes em idade precoce. Esta será determinada pela posição ocupada pela criança ou adolescente na estrutura familiar e, também, a própria posição ocupada pela família na

⁶⁵ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 52.

⁶⁶ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 31.

⁶⁷ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Idem.* p. 27.

estrutura social mais ampla, sendo influenciada, ainda, pelas próprias condições oferecidas pelo mercado de trabalho.⁶⁸

Não deveria haver trabalho de crianças e adolescentes, antes poderiam ser apenas atividades criativas e lúdicas, indispensáveis ao ser humano em formação. No entanto, a estas atividades se impõem os trabalhos exercidos por uma necessidade de subsistência, em condições de exploração e com esforços que, muitas vezes, ultrapassam as possibilidades físicas e psíquicas daqueles que o executam, pois geralmente são pesadas, nocivas e muito prolongadas para a capacidade física e psíquica de pessoas em condições peculiares de desenvolvimento. O trabalho substitui as possibilidades de educação, descontração, lazer e bem-estar necessário para a infância e a adolescência.⁶⁹

Diante do direito ao pleno desenvolvimento impõe-se um dever “moral”, produzido pelo ambiente social, que exige o trabalho desde a mais tenra idade por solidariedade ao grupo familiar, seja para compensar, dentro do possível, o peso econômico de presença da criança e do adolescente na família, ou ainda, para ajudar a manter o resto do núcleo familiar que, em extratos mais pauperizados da população, é geralmente mais numeroso.⁷⁰

A incorporação das crianças e adolescentes no mundo do trabalho é variável de acordo com a idade.

“...a taxa de atividade é função crescente da idade, sendo que a partir de algumas faixas etárias verifica-se uma aceleração em seus níveis. Portanto, as crianças de 10 a 14 anos apresentam taxas bem menores do que as dos adolescentes, qualquer que seja o contexto urbano. É claro que essas taxas subestimam o trabalho real das crianças, devido a problemas de medição.”⁷¹

“O trabalho infantil é especialmente sensível à pobreza familiar, enquanto o do adolescente está sujeito também a outros fatores importantes.”⁷² O ingresso do adolescente no

⁶⁸ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 31.

⁶⁹ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 3.

⁷⁰ MENDELIEVICH, Elias. *Idem.* p. 8.

⁷¹ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 23.

⁷² CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Idem.* p. 28.

/mundo do trabalho é reforçado pela liberdade de escolha e outras necessidades de consumo pessoal que passam a ter um maior peso quando são atingidos níveis mais elevados de idade, que requerem uma maior autonomia e independência.

Segundo *CERVINI & BURGER*, diferente dos processos de fatores que condicionam a entrada do adolescente no mercado do trabalho,

“...a saída de crianças rumo ao mercado de trabalho é produto de uma decisão ‘familiar’ na qual os adultos têm um peso maior. As distintas formas pelas quais as famílias, principalmente as pobres, enfrentam as condições objetivas de existência, definindo ‘quem e quando participa das atividades de produção de valores de uso e de produção no mercado’ (Montali, 1990), estão ligadas tanto à posição que estas ocupam na estrutura social quanto ao sistema simbólico e às condições de acesso aos serviços públicos.”⁷³

Em muitos casos, quando uma criança decide trabalhar, ela aceita tal condição, pois acredita que está fazendo algo para ganhar a vida a partir de uma decisão individual. Na realidade está sendo impulsionada para esta atitude pelo conjunto de condições e relações de sua família e de todo o tecido social em que está inserida. Aceita, deste modo, a realização de um papel no qual é vítima e ao mesmo tempo cúmplice involuntariamente de uma situação extremamente injusta.⁷⁴

Não se pode desconsiderar que as famílias têm proveito direto e indireto da exploração do trabalho das crianças e adolescentes, apesar de não reconhecerem, segundo seu conjunto de valores, que estão cometendo um ato de deliberada exploração. As famílias acreditam que existe um direito natural de aproveitar todos os recursos familiares para a garantia da sobrevivência e que o trabalho acarreta um efeito benéfico para a educação e o desenvolvimento das próprias crianças e adolescentes.⁷⁵

⁷³ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 19.

⁷⁴ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 5.

⁷⁵ *Idem, ibidem.*

Registram *CERVINI & BURGER*

“Este simbólico conforma as ‘estruturas de preferência’, penetrando nos processos de decisão tanto das famílias quanto das unidades de produção. Assim, por exemplo, do lado das famílias entre as necessidades presentes da família e o bem-estar futuro da criança, isto é a opção pelo trabalho (e não pela educação). Com base em uma avaliação “adulta” dos futuros retornos da educação; ou também a opção por determinadas ocupações em detrimento de outras.”⁷⁶

Grande parte das crianças que trabalham entregam totalmente os ganhos obtidos aos pais ou familiares com que vivem. Em muitos casos, estes recebem o dinheiro diretamente do empregador. Tais ganhos são considerados, no universo ideológico familiar, como uma renda complementar, necessária e indispensável à manutenção das despesas familiares totais. Em parte desses casos, a família destina pequena parcela do valor obtido para a própria criança como forma de estimular a continuidade da atividade ou para que compre algo para comer, um brinquedo, ou tenha acesso a algum tipo de lazer.⁷⁷

Em que pese as diversas formas de inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, permanece ainda o aspecto tradicional de reprodução das condições de ocupação dos pais em relação aos filhos.

Conforme constatado na década de oitenta por *CERVINI & BURGER*:

“Outras características dos membros da família, tais como o tipo de atividade produtiva, podem agir como condicionantes do trabalho infanto-juvenil. As diferentes formas de inserção no mercado de trabalho são acompanhadas por diferenças, não apenas no nível da prática, mas também nas síndromes de idéias e valores. Fazem parte dessas síndromes transmitidas no seio da família tanto os valores adequados à reprodução de posições ocupacionais similares, quanto as distintas formas de percepção e de valorização do trabalho infantil por parte dos membros adultos da família.”⁷⁸

⁷⁶ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 19.

⁷⁷ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 10.

⁷⁸ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 30-1.

Embora a composição e a organização das famílias populares apresentem arranjos diferenciados que, em um momento ou noutro, influenciarão na decisão de incorporação das crianças e adolescentes no mercado de trabalho, não se pode considerá-las desorganizadas ou desestruturadas. *RIZZINI* destaca que “os estudos mais recentes evitam tal qualificação das famílias, a partir das críticas que se tem feito, segundo as quais as categorias acima citadas seriam definidas tomando-se como parâmetro um padrão dominante de família que não corresponderia à realidade de vida das camadas mais pobres da população.”⁷⁹

Ainda que pese o fato de que tais famílias apresentem estrutura e organização próprias, as tensões e incertezas, acentuadas pela situação de pobreza e miséria, geram conflitos e dificuldades específicos. O abandono do núcleo familiar de um dos pais, a maior incidência de doenças nos membros do grupo familiar, invalidez ou falecimento de um dos membros, provocam situações em que se torna necessário socorrer-se da mão-de-obra de todos os filhos.⁸⁰

A discriminação da mulher no mercado de trabalho, os baixos salários e a instabilidade nas relações de trabalho agravam tal quadro. *LOPES & GOTTSSHALK*, afirmam que “...para níveis similares de renda, as taxas de inserção dos filhos menores de 17 anos no mercado de trabalho, nas famílias chefiadas por mulheres, são mais altas do que as de qualquer outro tipo de estrutura familiar.”⁸¹

O número de filhos também aparece como um fator importante na decisão de incorporação da mão-de-obra no mercado de trabalho. De acordo com *CERVINI & BURGER*, “os arranjos familiares que definem quem trabalha e estuda são afetados não apenas pela face

⁷⁹ RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. “Menores” institucionalizados e meninos de rua. In: *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2 ed. São Paulo; Cortez, 1996. p. 72.

⁸⁰ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 9.

⁸¹ LOPES, J., GOTTSSHALK, A. Recessão, pobreza e família – a década pior do que perdida. In: *São Paulo em Perspectiva*, 4 (1): 1000-109, jan./mar 90. São Paulo: SEADE. *Apud.* CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. O menino trabalhador no Brasil Urbano dos Anos 80. In: *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2 ed. São Paulo; Cortez, 1996. p. 32.

de ciclo vital dos membros da família, como também pelo tamanho da família e, especialmente, pelo número de filhos.”⁸²

Registram que “o padrão observado para o conjunto das áreas urbanas é que, a partir de um irmão, as taxas de atividade são ascendentes até quatro, e daí em diante as taxas tendem a estabilizar-se.”⁸³ Portanto, quanto maior o número de irmãos ou tamanho da família, as possibilidades de ingresso no mercado de trabalho aumentam. No entanto, essas possibilidades vão até determinado ponto, quando então o risco será o mesmo, indiferente do número de membros do grupo familiar.⁸⁴

A integração das mulheres ao mercado de trabalho também vem fortalecendo um componente importante no reforço e integração de crianças e adolescentes nas atividades domésticas, seja na realização das tarefas cotidianas do lar, seja no cuidado e educação dos irmãos mais novos. O trabalho precoce em atividades domésticas consiste em fenômeno ainda pouco pesquisado, mas que já tem obtido atenção das instituições atuantes na área.⁸⁵

A necessidade social de ocupação das crianças e adolescentes apresenta-se como argumento poderoso em favor do trabalho precoce. Em muitos momentos a criança e o adolescente são observados de maneira estigmatizada e discriminatória, o que leva a serem compreendidos como agentes de risco ou de perigo.

Assim, surgem reforços ideológicos à cultura do trabalho precoce como forma de ocupação e manutenção das crianças e adolescentes longe das ruas, das drogas e da ociosidade, ao mesmo tempo em que contingentes significativos trabalham nas próprias ruas, em condições perigosas, penosas e insalubres. Segundo *RIBEIRO FILHO*, “...estudos

⁸² CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 32.

⁸³ *Idem, ibidem.*

⁸⁴ *Idem, ibidem.*

⁸⁵ A Organização Internacional do Trabalho, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil têm promovido a partir de 1998 uma série de atividades voltadas para o trabalho infantil doméstico, especialmente seminários de capacitação, sensibilização e pesquisas.

comprovam que o trabalho precoce não previne o uso de drogas. Ao contrário, em muitas situações as atividades laborativas estimulam o acesso e o consumo.”⁸⁶

A falta de atividades recreativas, espaços apropriados para o lazer e diversão, de educação em período integral, reforça o trabalho das crianças e adolescentes num contexto social que impossibilita o usufruto das mínimas condições de lazer, diversão e educação. Sua origem humilde e a responsabilidade de manutenção econômica do grupo familiar fortalecem o caráter discriminatório do trabalho precoce, gerando situações de desigualdade e injustiça, motivadas pela própria origem social.

Muitas famílias não dedicam interesse especial pela educação de seus filhos. Apesar disso, encaminham as crianças para a escola durante determinada época, com o objetivo de adquirirem uma educação básica ou porque simplesmente a presença das crianças em casa é incômoda. Quando percebem uma certa maturidade, força ou disciplina, retiram os filhos da escola para os obrigarem a trabalhar, às vezes com a própria família, outras, fora dela.⁸⁷

Os processos migratórios freqüentes também se apresentam como condicionantes de reforço ao uso do trabalho precoce. A instabilidade e a insegurança motivadas por uma nova situação ambiental, social e laboral passam a exigir a incorporação de todos os membros do grupo familiar, independentemente da idade, visando à garantia de um mínimo de condições de subsistência.⁸⁸

A existência do trabalho precoce no processo histórico brasileiro, conforme *GUARESCHI*,

“... pode ser considerado, em seu todo, um exemplo típico da política social praticada por um governo que, numa formação social capitalista como a nossa, precisa se legitimar, respondendo, duma maneira extremamente inteligente e hábil, de um lado aos interesses sempre dominantes do capital e, de

⁸⁶ RIBEIRO FILHO, Antônio Carlos. Impacto das condições de vida na saúde de crianças e adolescentes. In: Ministério do Trabalho e Emprego. *Proteção integral para crianças e adolescentes, fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem*. Florianópolis: DRT/SC, 2000. p. 28.

⁸⁷ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 53.

⁸⁸ MENDELIEVICH, Elias. *Idem.* p. 9.

outro, às pressões sempre crescentes duma enorme massa de marginalizados e oprimidos”.⁸⁹

Por fim, resta considerar que o trabalho precoce é determinado principalmente pelo entrelaçamento de um conjunto de fatores complexos que envolvem múltiplos fatores: interesses do mercado, pobreza e miséria de um grande contingente de famílias, baixo custo da mão-de-obra infanto-juvenil, docilidade e disciplina infantil, reforços culturais e ideológicos, tradição, reprodução das posições ocupacionais, ausência de alternativas de lazer e recreação, migração, composição familiar, desvalorização da educação, ausência de escolaridade em período integral, bem como, a própria luta pela sobrevivência, quotidianamente, realizada por milhões de famílias brasileiras.

1.3 Conseqüências do trabalho precoce

Assim como seus fatores determinantes, o trabalho precoce acarreta conseqüências complexas que atuam sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente e sobre o núcleo familiar, proporcionando, inclusive, a reprodução do ciclo intergeracional de pobreza.

O trabalho precoce afeta diretamente o desenvolvimento físico e psicológico das crianças e dos adolescentes em razão de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, ao sujeitá-los a esforços perigosos ou que vão além de suas possibilidades estruturais, resultando num pseudo-amadurecimento, pois anula a infância.

Em geral, as condições de vida da criança que trabalha são muito deficientes. Em razão da carência e pobreza, as crianças e adolescentes são submetidos a trabalhos precários, sem instalações adequadas ou com estruturas inadequadas. Segundo *RIBEIRO FILHO*, “a desnutrição e os ambientes pouco estimulantes contribuem para o atraso significativo no desenvolvimento neuropsicomotor das crianças. O trabalho precoce vai agravar este atraso,

⁸⁹ GUARESCHI, Pedrinho A. O “Programa do Bom Menino” ou de como preparar mão-de-obra barata para o capital. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 27, out., 1988., p. 127.

considerando a inadequação dos ambientes de trabalho e as atividades desempenhadas para o desenvolvimento psicomotor das crianças.”⁹⁰

(O trabalho precoce tende a provocar um maior número de doenças infanto-juvenis e deficiências sérias no desenvolvimento e saúde da criança e do adolescente. Características como carência de vitaminas, deficiência de proteínas, anemia, bronquite e tuberculose são muito freqüentes. Embora não sejam enfermidades tipicamente profissionais, são resultantes das péssimas condições de vida e encontram um ambiente muito favorável, quando uma pessoa começa a trabalhar em idade precoce. A realização de longas jornadas de trabalho em espaços físicos nocivos contribui para agravar a situação.”⁹¹

OLIVEIRA registra que

“todo ambiente de trabalho, em maior ou menor grau, apresenta riscos específicos para a saúde e integridade física do trabalhador. Esses riscos são mais evidentes para a criança e o adolescente devido ao seu organismo ser mais vulnerável. Assim sendo, qualquer trabalho, mesmo realizado em condições não insalubres ou perigosas, poderá ser prejudicial à sua saúde, podendo comprometer seu crescimento e desenvolvimento.”⁹²

A fragilidade natural das crianças, quando exposta a riscos profissionais propriamente ditos, provoca dores de cabeça, resfriados, problemas de visão, febre e infecções pulmonares avançadas.

“Como consequência das condições de vida extremamente insatisfatórias, as crianças e adolescentes que trabalham têm como características o retardo no desenvolvimento pondero-estatural, desnutrição proteico-calórica, fadiga precoce, maior ocorrência de doenças infecciosas (gastrointestinais e respiratórias) e parasitárias. Estes prejuízos são agravados pelas condições de trabalho, que leva à formação de adultos de menor capacidade de trabalho e aumentando o contingente de

⁹⁰ RIBEIRO FILHO, Antônio Carlos. *Op. Cit.* p. 26.

⁹¹ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 44.

⁹² OLIVEIRA, Joelho Ferreira de. *Op. Cit.* p. 06

trabalhadores incapazes, parcial ou totalmente, para o trabalho.”⁹³

O trabalho precoce provoca muitos prejuízos ao desenvolvimento físico decorrentes dos efeitos do cansaço, do esforço, da falta de higiene e de todos os problemas laborais que são obrigados a suportar. Contatos com o calor excessivo e intempéries e o contato permanente com outras pessoas deixam seqüelas crônicas de difícil tratamento, como problemas cutâneos e pulmonares.⁹⁴

O *MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO*, em Nota Técnica do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador, constata que “em trabalhos em ambientes externos, como o trabalho rural, as crianças e adolescentes se expõem a árduas condições climáticas com aumento dos riscos de infecções como tétano, acidentes com animais peçonhentos, desidratação, doenças transmitidas por insetos, queimaduras solares, entre outras.”⁹⁵

PINTO destaca que “na maioria das vezes as atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes são repetitivas e cansativas, não possibilitam uma educação mais ampla, nem mesmo a profissionalização adequada. O acidente é um fato corriqueiro”.⁹⁶ Muitos trabalhos realizados durante a infância e adolescência produzem deformações, mutilações corporais e aprofundam os efeitos de diversas doenças, como infecções, insuficiência cardíaca e infecções de garganta. *LIMA* adverte que

“dada a importância do trabalho em nossas sociedades, a posição central que ocupa na vida da maioria dos seres humanos, costuma-se atribuir-lhe poderes curativos, formadores, ao mesmo tempo em que se tem grande dificuldade em observar os efeitos negativos. Mesmo diante de tragédias como acidentes e doenças causadas pelo trabalho, é comum buscar-se uma causa

⁹³ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção no Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. *Nota Técnica à Portaria MTE/SIT/DSST Nº 06 de 18/02/2000*. Brasília: MTE, 2000. p. 2.

⁹⁴ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 46-7.

⁹⁵ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. *Nota Técnica à Portaria MTE/SIT/DSST Nº 06 de 18/02/2000, Cit.*, p. 04.

⁹⁶ PINTO, Fábio Machado. *Op. Cit.* p. 55.

externa a ele, uma responsabilidade individual, da própria vítima na causação do problema.”⁹⁷

Em razão da pobreza que os afeta, os pequenos trabalhadores geralmente consomem calorias insuficientes e apresentam deficiências de proteínas, cálcio e vitaminas. Com uma alimentação muito pobre e desequilibrada, especialmente nas zonas urbanas, trabalhando em condições precárias, geralmente desnutridos e mal vestidos.⁹⁸

O trabalho precoce gera um nível elevado de cansaço, pois a capacidade de resistência da criança e do adolescente ainda é limitada, se comparada às exigências laborais adultas. Sua força muscular é menor que a de um adulto. Quando os mesmos esforço e ritmo do adulto são exigidos da criança ou do adolescente, sem oportunidades de descanso equivalente, há grande probabilidade de que venham a sofrer de fadiga intensa, muito mais cedo que um adulto.⁹⁹ Assim, muitas crianças e adolescentes em substituição a um momento em que deveriam estar voltados para a socialização e desenvolvimento com o mínimo de tensões, envelhecem prematuramente, sem haver amadurecido como pessoas humanas.¹⁰⁰

É de se destacar que o *MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO*, em sua experiência no controle e fiscalização, registra que

“...as empresas que empregam crianças e adolescentes colocam à disposição destes, equipamentos e produtos perigosos, condições insalubres de trabalho com grande quantidade de agentes físicos, químicos, biológicos, além de não disporem de condições de organização do trabalho adequadas à execução de tarefas de forma segura e saudável, tendo como consequência excessiva carga física e psíquica, expondo-os a doenças, acidentes de trabalho, deformidades físicas, envelhecimento precoce, retardo no crescimento e desenvolvimento psicológico, abandono da escola e baixa qualificação profissional.”¹⁰¹

⁹⁷ LIMA, Consuelo Generoso Coelho de. Trabalho precoce, saúde e desenvolvimento mental. In: Ministério do Trabalho e Emprego. Proteção integral para crianças e adolescentes, fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem. Florianópolis: DRT/SC, 2000. p. 17.

⁹⁸ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 44-4.

⁹⁹ MENDELIEVICH, Elias. *Idem.* p. 45.

¹⁰⁰ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 4.

¹⁰¹ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção no Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. *Op. Cit.* p. 4.

O transporte de pesos excessivos, as posições inadequadas afetam o crescimento, com efeitos na estrutura óssea ainda não consolidada. A permanência por longo tempo em posturas forçadas, provavelmente provocará deformações na coluna vertebral. Durante a adolescência, em ambos os sexos, a força, a resistência e as defesas naturais são muito mais reduzidas. Nessa etapa da vida, o organismo encontra-se em pleno desenvolvimento, sofrendo adaptações endócrinas que podem ser prejudicadas por certos tipos de esforços e trabalhos cansativos, realizados de maneira sistemática e excessiva ou em condições insalubres e perigosas.¹⁰²

Quanto mais tenra a idade, maior o risco de envolvimento em quase todos os problemas de desenvolvimento, pois um ser com menor força e resistência torna-se mais vulnerável e influenciável. É evidente que o trabalho precoce e as condições de sua realização, sem considerar os riscos freqüentes de acidentes e doenças, é nocivo para a criança, direta e indiretamente, podendo provocar seqüelas que poderão afetar até a vida adulta.¹⁰³

Outro aspecto importante a ser considerado como consequência do trabalho precoce são os efeitos psicológicos, pois “a introdução precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho implica no estabelecimento de um conflito: passam a ser obrigados a agir como um adulto não podendo fugir da realidade de ser criança/adolescente.”¹⁰⁴

Os prejuízos ao desenvolvimento psicológico e intelectual afetam as crianças e adolescentes trabalhadores, refletindo em todo o seu conjunto de relações pessoais e sociais.

De acordo com *LIMA*,

“Obrigado a atender às exigências do trabalho, exposto precocemente a um ambiente extremamente castrador, o indivíduo em desenvolvimento pode construir uma auto-imagem onde predomina seu desvalor. Passa a se ver como errado,

¹⁰² MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 47.

¹⁰³ MENDELIEVICH, Elias. *Idem, Ibidem.*

¹⁰⁴ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção no Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. *Op. Cit.* p. 01.

incapaz ou indigno. E suas vivências na família, escola e outras esferas podem confirmar essa imagem negativa.”¹⁰⁵

As necessidades normais da infância e da adolescência não sendo satisfeitas provocarão um amadurecimento precoce, determinando alterações no equilíbrio psicológico na fase adulta. As responsabilidades inerentes ao trabalho provocam, em suas raízes, a perda dos aspectos lúdicos, primordiais para o desenvolvimento de uma infância saudável e equilibrada. Nesse sentido, *LIMA* anota que

“...o fato de trabalhar e ter de submeter-se, inibe seus anseios naturais de brincar e expressar seus desejos e interesses. Como o brincar cumpre na infância um papel muito maior do que a busca do prazer e diversão, fornecendo a oportunidade de reviver, entender e assimilar os mais diversos modelos e conteúdos das relações afetivas e cognitivas, e como passa a temer ser punida por expressar-se livremente, ocorre um empobrecimento tanto no que se refere à sua capacidade de expressão quanto de compreensão.”¹⁰⁶

Uma das características mais visíveis da infância são as atividades lúdicas. A espontaneidade, a liberdade e a ausência de controle rígido estimulam o processo de desenvolvimento harmônico. A criança trabalhadora é compelida a bloquear esses impulsos naturais, que ao longo do tempo atenuam-se, até praticamente desaparecer. A criança passa a se auto-reconhecer como um trabalhador e, portanto, um adulto, prejudicando sua própria identidade infantil.¹⁰⁷ Segundo *RIZZINI*, “o processo de identidade da criança é prejudicado pelo fato de a instituição pretender ocupar o lugar da família, ocultando sua situação social e levando-a ao silêncio e à submissão.”¹⁰⁸

Outro aspecto importante da psicologia infantil é a fantasia. Como no mundo do trabalho não existe espaço para o seu exercício, a fantasia vai desaparecendo da vida mental

¹⁰⁵ LIMA, Consuelo Generoso Coelho de. *Op. Cit.* p. 19.

¹⁰⁶ LIMA, Consuelo Generoso Coelho de. *Idem.* p. 20.

¹⁰⁷ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 48.

¹⁰⁸ RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. *Op. Cit.* p. 73.

da criança trabalhadora. A prática de atividades repetitivas, o processo de produção e as atividades requeridas, acabam por sufocar a capacidade de criatividade e as possibilidades de superação da realidade, gerando, por consequência, o empobrecimento do mundo psíquico da criança.¹⁰⁹ Nesse sentido, *RIZZINI* diz que “não há lugar para diferenciação na instituição; o que existe é regularidade e ordem, uma ‘vivência da mesmice’, que dificultaria a formação de indivíduos autônomos.”¹¹⁰

A exigência de responsabilidades excessivas em relação ao grau de desenvolvimento da criança e do adolescente agravam este processo. A exigência de tarefas precisas e determinadas para a garantia da produtividade, da regularidade do sistema e dos lucros, gera dupla responsabilidade: a adequada submissão visando atender aos interesses dominantes do capital, bem como, a garantia e permanência na atividade visando garantir a manutenção econômica da família.

O exercício do trabalho precoce compromete profundamente o desenvolvimento físico, psíquico e biológico, das crianças e adolescentes, etapa que deveria ser tratada com especial atenção, uma vez que determina uma série de arranjos que futuramente serão necessários para o pleno exercício das potencialidades humanas na fase adulta.

A criança e, na maioria das vezes, o adolescente, não dispõe de condições próprias para avaliarem os efeitos e impactos de seu ingresso precoce no mercado de trabalho, sobretudo por desconhecerem as reais necessidades e condições relevantes para o seu desenvolvimento integral.

Além disso, o trabalho precoce tem efeitos que podem ser avaliados unicamente, a longo prazo, como as condições de reprodução da própria força de trabalho. *MORAES* anota uma referência histórica nesse sentido: “em 1828, o Rei da Prússia recebeu do General Von Horn um informe oficial em que declarava: ‘A utilização das crianças esgota prematuramente

¹⁰⁹ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 48.

¹¹⁰ RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. *Op. Cit.* p. 73.

o material humano e não está longe o dia em que a atual classe trabalhadora não tenha mais substitutivo do que uma massa fisicamente degenerada.”¹¹¹

Não se pode desconsiderar, também, os padrões de desigualdade estabelecidos pelo sistema capitalista de produção. Segundo *RIBEIRO FILHO*,

“a propriedade dos meios de produção e a exploração da mão-de-obra assalariada, determina um perfil de morbi-mortalidade diferente daqueles indivíduos que vendem sua força de trabalho. As diferenças continuam quando consideramos os indivíduos que estão à margem do processo de produção capitalista. As diferenças maiores entre os extremos, ou seja, entre os proprietários dos meios de produção e os marginalizados, ou seja, aqueles que não têm uma inserção formal no processo de produção capitalista. Estes últimos obtêm rendimentos abaixo do necessário para garantir a reprodução da força de trabalho.”¹¹²

Portanto, o modo de inserção dos indivíduos no processo de produção capitalista determina as condições de vida. Quanto mais precarizada a relação de trabalho estabelecida, piores serão as condições de vida, por parte do trabalhador.

Nesse sentido, a Nota Técnica do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador, do *MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO*, esclarece:

“As formas de adoecer e de morrer, ou seja, os perfis de morbidade e mortalidade, das comunidades humanas são determinados pelas condições de vida, nelas incluídas as condições de trabalho. Tratando-se de crianças e adolescentes, este aspecto ganha maior relevância, pois, nestas faixas etárias, a sensibilidade aos fatores ambientais, incluindo os do ambiente de trabalho, é maior.”¹¹³

¹¹¹ MORAES, Antônio Carlos Flores de. O direito à profissionalização e a proteção no trabalho. In: PEREIRA, Tânia da Silva. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado - Lei 8.069/90 - “Estudos sócio-jurídicos”*. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. p. 227.

¹¹² RIBEIRO FILHO, Antônio Carlos. *Op. Cit.* p. 22.

¹¹³ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção no Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. *Op. Cit.* p. 02.

Além disso, a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho tem um impacto significativo sobre os índices de emprego e ocupação no mercado de trabalho. Quando uma criança ingressa nesse mercado, é muito provável que irá realizar uma atividade que poderia ser garantida aos adultos, em muitos casos, seus próprios pais.

Esse processo gera um círculo vicioso, uma vez que o trabalho precoce aumenta os níveis de desemprego adulto, pressionando estes mesmos adultos a recorrerem à mão-de-obra de seus filhos para garantir a subsistência do núcleo familiar. Evidentemente, de maneira muito precária.

O trabalho precoce por ser, em regra, um trabalho realizado à margem da lei, constitui-se sem qualquer garantia trabalhista ou previdenciária e, ainda, comprime os salários a um patamar mínimo, que muitas vezes não garantem sequer condições mínimas para a reprodução da própria força de trabalho. Serve, também, como instrumento poderoso de precarização das relações de trabalho, especialmente nas regiões mais empobrecidas.

CERVINI & BURGER registram mais um fato desta desigualdade:

“Em áreas mais carentes, dobrar o número de horas trabalhadas para as crianças de 10 a 14 anos não as levará para níveis salariais muito superiores. Os pequenos trabalhadores, ao contrário dos adolescentes, possuem um patamar superior quase rígido em seus níveis de rendimento, que pouco se modifica, não apenas no decorrer do tempo, mas também em função de outras variáveis, tais como o aumento de trabalho. Portanto, ser trabalhador menor em regiões pobres é ser duplamente discriminado.”¹¹⁴

A realização do trabalho em condições precárias tende a elevar o custo social a patamares significativos. *CERVINI & BURGER* denunciam “...a agressão à saúde física e psicológica da criança e do adolescente que trabalha em condições insalubres, perigosas, físicas e psicologicamente penosas. Mais cedo do que se pensa, as pessoas irão, ainda

¹¹⁴ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 41.

adolescentes, muito cedo, como os jovens ou como adultos, engrossar as filas do órgãos públicos de atendimento à saúde e aos benefícios previdenciários.”¹¹⁵

Como se não fosse suficiente, o trabalho precoce ainda se apresenta como um condicionante importante na reprodução do ciclo intergeracional de pobreza, pois, como muito bem concluem *CERVINI E BURGER*, “...quanto mais cedo o indivíduo se incorpora ao mercado de trabalho, mais fortemente estará comprometido o seu futuro bem-estar.”¹¹⁶

SANTOS assevera que

“a criança que trabalha quase sempre o faz em detrimento da escola, o que gera um adulto com baixa qualificação e que encontrará maiores dificuldades de competir no mercado de trabalho. Com isso, o indivíduo adulto vê escassas suas chances de ascensão social, passa a viver sob a sombra do desemprego e, muitas vezes, termina por introduzir seus próprio filhos precocemente no trabalho com a finalidade de ajudar a garantir o sustento da família.”¹¹⁷

O evidente impacto do trabalho precoce na educação provoca uma desvantagem e uma significativa redução nas possibilidades de ascensão profissional futura, de maior remuneração, melhor emprego e promoção social. É muito provável que grande contingente de crianças e adolescentes submetidos ao trabalho precoce passe boa parte de sua vida nos extratos mais baixos da população, sempre submetidos a trabalho de níveis inferiores ou ao próprio desemprego.¹¹⁸

BARROS, SANTOS & MENDONÇA destacam que “...a relação importante para se caracterizar o trabalho precoce como um mecanismo de transmissão intergeracional da pobreza é relação válida para a família pobre, e não a relação válida para a família com

¹¹⁵ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op. Cit.* p. 81.

¹¹⁶ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Idem.* p. 24.

¹¹⁷ SANTOS, Glauber Maciel dos. Trabalho Infantil no Brasil. In: Ministério do Trabalho e Emprego. *Proteção Integral para Crianças e Adolescentes, Fiscalização do Trabalho, Saúde e Aprendizagem*. Florianópolis: DRT/SC, 2000. p. 07

¹¹⁸ MENDELIEVICH, Elias. *Op. Cit.* p. 46.

recursos médios ou medianos.”¹¹⁹ Enfatizam os autores que “o trabalho precoce tem efeitos deletérios sérios, de longo prazo, tanto sobre o nível dos rendimentos quanto sobre a escolaridade finalmente atingida em idade adulta.”¹²⁰

LIMA considera que “em épocas de crise como a que vivemos hoje, com aumento do desemprego, da informalidade nas relações de trabalho e aprofundamento das desigualdades sociais, o resultado é o recrudesimento da exposição ao trabalho precoce.”¹²¹

Na concepção de *PINTO*, em razão da “necessidade de um rendimento maior para as famílias empobrecidas (...) são oferecidas as posições mais inferiores, más condições de trabalho, má remuneração, tarefas desgastantes e longa jornada. A falta de opção é o primeiro fator a levar a criança e o adolescente ao mercado de trabalho.”¹²²

As conseqüências para o desenvolvimento educacional também são bastante evidentes. Para grande contingente de crianças e adolescentes, em razão da pobreza familiar, não há outra alternativa que não seja o ingresso precoce no mundo do trabalho. Tal determinação irá reduzir significativamente as possibilidades de educação e instrução, pois prevalece a necessidade de garantia da subsistência. Por sua vez, a falta de qualificações e de um nível educacional adequado irá provocar a reprodução da própria condição de miserabilidade e pobreza. *RIBEIRO FILHO* diz que “os baixos níveis de educação tendem a reproduzir o ciclo vicioso da pobreza, pois constituem fatores da maior relevância na determinação da inserção do processo de produção capitalista.”¹²³

A própria instituição escolar tende a reproduzir este processo de exclusão. A falta de preparo para lidar com a criança trabalhadora, suas condições de existência, valores e meio

¹¹⁹ BARROS, Ricardo Paes de, SANTOS, Eleonora C., MENDONÇA, Rosane S. Pinto de. *Op. Cit.* p. 56.

¹²⁰ BARROS, Ricardo Paes de, SANTOS, Eleonora C., MENDONÇA, Rosane S. Pinto de. *Idem.* p. 57.

¹²¹ LIMA, Consuelo Generoso Coelho de. *Op. Cit.* p. 17.

¹²² PINTO, Fábio Machado. *Op. Cit.* p. 52-03.

¹²³ RIBEIRO FILHO, Antônio Carlos. *Op. Cit.* p. 23.

ambiente, em que pesem os esforços para uma mudança, tendem a fortalecer o processo de exclusão.

PINTO explica que

“a escola contribui no aumento da utilização do trabalho infantil, ao não resolver problemas como a multirepetência e a evasão escolar da criança e do adolescente, bem como, a má qualidade da educação. Geralmente, aos pobres é reservado os sistemas nacionais de aprendizagem, os programas pobres de ONGs voltadas às classes empobrecidas e as ruas. Com uma educação deficiente, nada atraente, onde impera a prática da exclusão...”¹²⁴

Além da exclusão da criança e do adolescente trabalhador dos bancos escolares, há um contingente significativo com defasagem escolar, quando relacionadas série e idade, como foi observado anteriormente na análise da dimensão do trabalho precoce. O acirramento desse processo tende a conduzir um crescente abandono definitivo de adolescentes do sistema escolar, fortalecendo e incrementando a exclusão social.

Difícilmente as horas exigidas de trabalho são adequadas ao sistema escolar e às necessidades apresentadas para uma educação de qualidade. A dificuldade de frequência escolar somada à defasagem entre série e idade estimula decisivamente para o abandono escolar, antes da conclusão da escolaridade de nível fundamental.

ARRUDA concorda que “o trabalho precoce contribui para a evasão escolar, o que leva à conclusão de que o Brasil continua fabricando segregações, o que alguns justificam sob o ângulo de seu crescimento, mas deixa muito a desejar quando o que se pretende é o desenvolvimento.”¹²⁵

A transitoriedade das relações de trabalho e as constantes migrações também afetam o desempenho escolar, segundo *PINTO*.

¹²⁴ *PINTO*, Fábio Machado. *Op. Cit.* p. 53.

¹²⁵ *ARRUDA*, Kátia Magalhães. *Op. Cit.* p. 100.

“...no meio urbano a criança é empregada em diversos setores da economia. Onde predomina o trabalho doméstico e em setores da economia informal e clandestina. Já no meio rural, especialmente nas monoculturas, o trabalho é sazonal, isso significa que nas safras flui e nas entre-safras reflui, gerando o bóia fria e o fluxo de trabalhadores que levam consigo as crianças e os adolescentes. Com esse fluxo e refluxo das famílias, a criança tem dificuldade de acompanhar a escola, bem como o serviço médico, o que contribui para a evasão escolar.”¹²⁶

As exigências econômicas para a complementação de renda da família forçam a realização de trabalhos extenuantes e exaustivos, mesmo assim as crianças e os adolescentes “...não conseguem complementar a renda familiar uma vez que a remuneração recebida contribui apenas para a manutenção de seus gastos pessoais, são forçados a sair da escola ou continuam com baixo rendimento do aproveitamento escolar.”¹²⁷

No contexto brasileiro, a atividade laboral de crianças e adolescentes reduz-se, na visão de *GUARESCHI*,

“exclusivamente ao trabalho alienado, como se fosse o único tipo de trabalho, isto é: - onde a pessoa trabalha no que não é dela; - onde o fruto de seu trabalho não lhe pertence; onde ela não planeja, não possui visão do todo, apenas executa tarefas; onde ela não decide, apenas obedece; onde ela não se dá conta das relações de dominação e exploração a que está sujeita; e finalmente, trata-se dum trabalho que, por todas essas características, leva à alienação mental, pois destrói o específico do homem, que é a iniciativa, a espontaneidade, originalidade, criatividade, isto é, a *vida*, transformando a pessoa em mera peça autômata numa grande linha de montagem.”¹²⁸

Assim como a família constitui-se em instância decisória importante quanto ao ingresso dos filhos no mundo do trabalho, também sente seus efeitos. As crianças e adolescentes não têm a oportunidade de conviver adequadamente com seus pais, pois passam

¹²⁶ PINTO, Fábio Machado. *Op. Cit.* p. 52.

¹²⁷ PINTO, Fábio Machado. *Idem.* p. 54.

¹²⁸ GUARESCHI, Pedrinho A. *Op. Cit.* p. 131.

grande parte do dia fora de casa e, geralmente, voltam tarde. Elementos que contribuem para a desorganização da vida familiar.

Quando uma criança ou adolescente começa a ter um certo ganho monetário, mesmo que seja pouco, seu prestígio aumenta diante da família, uma vez que contribui para o seu próprio sustento e manutenção, passando a não ser considerada igual às outras crianças e adolescentes, provocando um certo sentido de importância e maior autonomia, que reforçam o interesse pela realização do trabalho.

O ingresso precoce numa dimensão que caracteriza a fase adulta, contrário às necessidades de desenvolvimento psicossociais próprios e necessários à idade, aliado às exigências laborais e sociais, irá sufocar características e interesses próprios da infância e da adolescência, subtraindo uma etapa essencial, ou seja, a do pleno desenvolvimento do ser humano, que deveria ser garantido a todas as crianças e adolescentes.

CAPÍTULO II

O TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO DIREITO BRASILEIRO

Analisar o trabalho da criança e do adolescente, nos atuais limites no direito brasileiro, requer um resgate do recente processo histórico. A partir de 1980, a situação da infância no Brasil passou a ser motivo de atenção maior não só do Estado mas também da sociedade que se organizava e exigia transformações de modo a atender às urgentes necessidades. Em face da organização e mobilização dos vários movimentos sociais, como o Movimento de Defesa do Menor, o Movimento Criança Constituinte, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Menor e diversos outros movimentos, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, incorporou uma série de garantias destinadas a crianças e adolescentes.

Com a nova Constituição e a aprovação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, crianças e adolescentes passaram a dispor de um conjunto de normas protetivas em função de sua condição especial de pessoa em desenvolvimento.

Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe, em seu art. 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

A garantia desse complexo conjunto de direitos foi regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que instituiu mecanismos eficazes para a implementação das políticas públicas necessárias à efetivação desses direitos. Nesse contexto, os direitos infanto-juvenis garantidos na Constituição recebem um tratamento diferenciado e especial, pois dispõem da primazia de absoluta prioridade, ou seja, para a efetivação desses direitos, as políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente devem ser priorizadas a todas as demais políticas.

Desse modo, com a promulgação da nova carta constitucional, restabeleceu-se o limite de idade mínima para o trabalho em quatorze anos, ressaltando a possibilidade de aprendizagem que poderia ser realizada já a partir dos doze anos. Determinava o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998: “proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.”

Além de manter a garantia de proibição de trabalho noturno e insalubre às crianças e adolescentes, inovou a Constituição, ao proibir o trabalho perigoso abaixo desta idade. Fixa a nova Constituição, no art. 227, § 3º, que a proteção especial destinada à criança e ao adolescente envolve, em conformidade com o art. 7º, inciso XXXIII, a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários e a garantia de acesso ao trabalhador adolescente à escola.

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente, construído mediante a atuação e debate de setores representativos da sociedade civil, que promoveram mobilizações e discussões por quase dez anos, trouxe uma nova visão para o universo infanto-juvenil, tendo por fundamento de que crianças são sujeitos de direitos e, também, propõe uma série de diretrizes que ensejam radicais mudanças em muitos campos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dedicou todo Capítulo V, Título II, Livro I, para o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, que segundo *SANTOS*, “(...) ao invés de consagrar o direito ao trabalho, universalizou o direito à profissionalização. Uma interpretação possível a partir de uma leitura mais completa dessa legislação é que a adolescência, mais que tudo, é um tempo dedicado à formação integral.”¹²⁹ A nova legislação estabelece dois princípios básicos: o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e o respeito a sua condição especial de pessoa em desenvolvimento.

Além da regulamentação das normas protetivas previstas constitucionalmente, que resultaram da construção histórico-legislativa das normas de proteção à infância e juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe a sistematização de normas importantes, como as previstas em seu artigo 67, incisos I, III e IV, que estabelecem a proibição: 1) do trabalho penoso, 2) do trabalho realizado em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do adolescente em horários e locais que não permitam a frequência à escola aos adolescentes menores de dezoito anos.

Ainda preocupou-se em assegurar - no art. 69, I e II, - que o direito à profissionalização e à proteção no trabalho do adolescente deve observar o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e à capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho, dentre outros aspectos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente incorporou, já na sua formulação, os princípios protetivos da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), indicando que o ingresso prematuro de crianças e adolescentes no mundo do trabalho provoca prejuízos escolares, além de comprometer o desenvolvimento e a construção da identidade social e política da criança.

¹²⁹ *SANTOS, Benedito Rodrigues dos. A Regulamentação do trabalho educativo. In: Cadernos ABONG - Subsídios à II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, São Paulo, n.º 18, 1997. p. 17.*

Diante de tal realidade, o Ministro do Trabalho e Emprego instituiu, por meio da Portaria GM/MTE nº 341, de 27 de maio de 1999, Comissão Tripartite para efetuar a análise da Convenção 138 e da Recomendação 146. A partir do parecer favorável estabelecido por consenso na referida Comissão quanto à ratificação, o Brasil avançou ao depositar o instrumento de ratificação junto à Organização Internacional do Trabalho. Essa Convenção é considerada como uma das mais importantes da Organização Internacional do Trabalho, pois é uma das sete normas que integram o rol das convenções de direitos fundamentais, conforme deliberação da Convenção Internacional do Trabalho, realizada em 1998.

Ainda no plano do direito internacional do trabalho, a Assembléia Geral da Organização Internacional do Trabalho, reunida no mês de junho de 1999, aprovou a Convenção nº 182, voltada às piores formas de trabalho infantil, como norma internacional complementar à Convenção 138, que também foi ratificada pelo Brasil.

Resta, ainda, registrar a promulgação, em 15 de dezembro de 1998, da Emenda Constitucional nº. 20, que modificou o sistema de previdência social, estabeleceu normas de transição e determinou outras providências, dentre as quais a alteração dos limites de idade mínima para a admissão em emprego ou trabalho e, portanto, o âmbito de abrangência da capacidade jurídica e das condições para o exercício do trabalho infanto-juvenil.

O objetivo deste capítulo será aprofundar a análise do atual sistema normativo referente ao trabalho da criança e do adolescente no Brasil, com base nas recentes alterações normativas, elaboradas e discutidas junto ao Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que têm representado um apoio significativo na discussão, análise e aprofundamento das questões referentes ao arcabouço jurídico relativo ao trabalho precoce.

2.1 Os limites de idade mínima para o trabalho

O conceito de trabalho precoce é o que melhor expressa a proibição do trabalho infanto-juvenil. Para uma compreensão do preciso conceito jurídico de trabalho precoce é indispensável uma análise dos limites de idade mínima para o trabalho estabelecidos no direito brasileiro. Embora estes limites estejam expressos, de maneira muito clara, na Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, há algumas questões de conteúdo relativas ao tema que merecem uma atenção especial. Para tanto torna-se necessária a compreensão do conceito de capacidade jurídica para o trabalho.

A compreensão da capacidade jurídica para o trabalho requer uma análise de seus pressupostos conceituais e que envolve a terminologia concernente aos sujeitos referidos, mediante a diferenciação histórica e conceitual entre as categorias menor, criança e adolescente. Do mesmo modo, faz-se necessária a definição do conceito de capacidade jurídica, suas modalidades e o seu âmbito de abrangência referente às relações de trabalho.

A primeira abordagem comporta a definição precisa das categorias integrantes do tema voltado ao trabalho precoce. Assim, é oportuno, primeiramente, definir individualmente estas categorias para, em seguida a sua inter-relação, ater-se a um estudo adequado do tema em questão.

O momento inicial consiste na identificação subjetiva dos titulares de direitos e obrigações para os quais se concentra este trabalho, a criança e o adolescente, diferenciando-se de outras terminologias normalmente utilizadas pelos operadores do direito.

A capacidade jurídica será abordada mediante uma análise de seu conceito e conteúdo, diferenciando-se gênero e espécie da categoria apresentada, bem como de seus critérios definidores.

Importa, de outro modo, distinguir as modalidades que envolvem os conceitos de trabalho e profissionalização, com o fim de analisar a capacidade jurídica para o trabalho e, por consequência, os seus limites determinantes do trabalho da criança e do adolescente no direito brasileiro, os quais têm por fundamento os princípios protetivos da doutrina da proteção integral.

Na definição da terminologia, o conceito tradicionalmente adotado pela legislação trabalhista e penal, até então em vigor, utilizava, e em alguns momentos ainda utiliza, o termo “menor” como aquela pessoa com idade inferior a dezoito anos, sob condições específicas. No entanto, as recentes transformações promovidas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente trouxeram inovações ao categorizar e distinguir as figuras da “criança” e do “adolescente”.

A expressão “menor” foi usada como categoria jurídica, desde as Ordenações do Reino, como caracterizadora da criança ou adolescente envolvido em prática de infrações penais. Já no Código de Menores de 1927, o termo foi utilizado para designar aqueles que se encontravam em situações de carência material ou moral, além das infratoras.

Em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, destinou-se um capítulo à proteção do trabalho do menor, com o intuito de centralizar em uma única legislação o disciplinamento do trabalho da criança e do adolescente. A referida consolidação veio ampliar o conceito de “menor”, que a partir daí passou a envolver todos os trabalhadores com idade entre doze e dezoito anos.

Os princípios protetivos estabelecidos na Consolidação trataram de sistematizar a regulamentação anteriormente realizada em relação ao trabalho de crianças e adolescentes, somando-se a esta a marcante influência das normas internacionais emitidas pela Organização Internacional do Trabalho que pressionava seus países signatários a um disciplinamento de cunho protetivo quanto à questão em análise.

Mesmo com o avanço da Consolidação das Leis do Trabalho, em que se ampliou o âmbito de abrangência da categoria “menor”, o Brasil, muitos anos mais tarde, ao adotar o Código de Menores, em 1979, cuidou de destinar novo conteúdo à categoria “menor”, colocando-o sob uma ótica estigmatizante, pois o classificou como pessoa em situação irregular. Segundo VERONESE, “com o surgimento do Código de Menores de 1979, surge uma nova categoria: “menor em situação irregular”, isto é, o menor de 18 anos abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta ou autor de infração penal.”¹³⁰

O diploma de 1979, regulador dos direitos da infância, ao invés de consagrar os princípios emancipadores previstos na Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, optou pela persecução de políticas públicas conservadoras, direcionando-as ao que se chamava de clientela específica, sob a qual crianças e adolescentes que nasciam num mesmo país e, portanto, deveriam dispor dos mesmos direitos, eram catalogadas como em situação irregular e, sendo “classificadas”, teriam um tratamento político particularizado e diferenciado das demais crianças e adolescentes.

Desse modo, ao invés de garantir uma atenção especial às suas condições pessoais e sociais, acabou por reproduzir a condição de exclusão social e de estigmatização, colocando aquele universo, já desde o nascimento, numa condição de inferioridade frente às demais crianças brasileiras, consideradas por esta visão como em situação irregular, pois em geral não dispunham de meios econômicos e sociais para prover o seu desenvolvimento.

Mas na formulação da Constituição Federal de 1988, a sociedade já havia se atentado para o tema, tratando de substituir o termo “menor”, carregado de forte estigma e marcado para o direcionamento das políticas públicas a uma parcela específica dos jovens,

¹³⁰ VERONESE, Josiane Rose Petry. *Temas de Direito da Criança e do Adolescente*. São Paulo: LTr, 1997. p. 12.

universalizando a atenção dada à infância e juventude através das expressões “criança” e “adolescente”, reconhecendo-as, a partir daí, como sujeitos de direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, em seu art. 15: “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.”

O reconhecimento desses novos direitos teve por fundamento a Convenção Internacional dos Direitos da Criança¹³¹, de 1989, que trouxe para o universo jurídico a *Doutrina da Proteção Integral*. Essa nova concepção situa a criança dentro de um quadro de garantia integral, evidencia que cada país deverá dirigir suas políticas e diretrizes tendo por objetivo priorizar os interesses das novas gerações; pois a infância passa a ser concebida não mais como um objeto de “medidas tuteladoras”, o que implica reconhecer a criança e o adolescente sob a perspectiva de sujeitos de direitos.

É oportuno ressaltar que a grande mobilização social, ocorrida em razão da promulgação da Constituição Federal de 1988, provocou a regulamentação dos direitos infanto-juvenis com a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, que passou a definir como criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade, de acordo com o art. 2º.

Desse modo, o art. 402 da Consolidação das Leis do Trabalho, que conceitua menor como o trabalhador entre doze e dezoito anos, merece atualização. Já em 1992, a doutrina indicava a revogação do dispositivo em função de sua inconstitucionalidade, decorrente da elevação da idade mínima para o trabalho, efetivada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.¹³²

¹³¹ ONU. Convenção Internacional dos Direitos da Criança - Artigo 18 - Item 1./Ratificado pelo Brasil pelo Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990.

¹³² MORAES, Antônio Carlos Flores de. *Op. Cit.* p. 231.

Apesar de sua revogação, o dispositivo ainda encontra amparo na visão de alguns juristas, saudosos da doutrina da situação irregular. Contudo, salienta-se a necessidade de sua atualização, pois o conceito de menor, em função do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser desmembrado e compreendido conforme o período etário a que se refere. Assim, sempre que houver a referência ao então “menor trabalhador”, conceituado pela Consolidação das Leis do Trabalho, deve-se substituir a expressão pela categoria criança ou adolescente trabalhadores, conforme o caso que se pretende indicar.

Desconsiderando-se, neste momento, as situações de legalidade ou ilegalidade do trabalho da criança e do adolescente, define-se como criança trabalhadora aquela pessoa submetida à relação de trabalho com até doze anos de idade incompletos e, do mesmo modo, adolescente trabalhador aquele que desenvolve atividade laboral com idade entre doze e dezoito anos incompletos.

No mesmo sentido deve ser utilizada a expressão “adolescente aprendiz” sempre que se fizer referência ao então chamado “menor aprendiz”. Por adolescente aprendiz, compreende-se a pessoa com idade entre quatorze e dezoito anos, que desenvolve atividades de formação metódica de ofício, em conformidade com legislação especial. Estabelecidos os conceitos referentes aos sujeitos, cabe agora uma análise da capacidade jurídica para o trabalho.

2.1.1 A questão da capacidade jurídica para o trabalho

A capacidade jurídica pode ser entendida em dois sentidos que expressam âmbitos de abrangência distintos. A capacidade jurídica em seu sentido amplo pode ser definida como a capacidade de uma pessoa para ser titular de direitos e obrigações ou, de acordo com *LARENZ*, como “a capacidade de uma pessoa para ser sujeito de relações jurídicas e, por isso,

titular de direitos e destinatário de deveres jurídicos.”¹³³. Decorre desses conceitos o entendimento de que criança e adolescente são considerados sujeitos de direitos e obrigações.

Por sua vez, a capacidade jurídica, em seu sentido estrito, consiste na chamada capacidade de exercício de direitos e obrigações daquele titular de uma relação jurídica.

Segundo PINTO,

“a *capacidade de exercício* ou *capacidade de agir* é a idoneidade para atuar juridicamente - é a aptidão para pôr em movimento a esfera jurídica própria, para por actividade própria produzir conseqüências jurídicas no conjunto de direitos e obrigações de que se é titular - exercendo direitos ou cumprindo deveres, adquirindo direitos ou assumindo obrigações, por *acto próprio e exclusivo* ou mediante um *representante voluntário ou procurador*...”¹³⁴

Importa acrescentar que a capacidade jurídica, em seu sentido amplo, está intrinsecamente ligada à figura da personalidade jurídica, que se adquire com o nascimento de modo a garantir a aquisição de direitos.

É conveniente ressaltar que o pressuposto legal de reconhecimento da condição de pessoa em situação peculiar de desenvolvimento não pode conduzir a uma diferenciação da situação jurídica da criança e do adolescente, colocando-os em patamares inferiores aos do adulto, em prejuízo aos seus direitos mais elementares.

Por isso, a capacidade jurídica, em seu sentido amplo, vem expressar a individualização subjetiva em relação aos direitos fundamentais. Este foi o modo de que se serviu o legislador para consagrar a efetividade dos direitos humanos fundamentais desde o nascimento, atribuindo, inclusive, responsabilidades à família, ao Estado e à sociedade para sua efetivação, de acordo com a Constituição Federal no seu art. 227.

¹³³ LARENZ, KARL. *Derecho Civil - Parte General*. Trad. Miguel Izquierd y Macias-Picavea. Madri: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978. p. 103: “Por *capacidad jurídica* entiende la ley la capacidad de una persona para ser sujeto de relaciones jurídicas y, por ello, titular de derechos y destinatario de deberes jurídicos.” (Tradução livre do autor).

¹³⁴ PINTO, Carlos Alberto da Mota. *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Coimbra, 3. ed., 1992. p. 193.

Quando se faz referência à capacidade jurídica da criança ou do adolescente, indicam-se duas possibilidades: a) a capacidade jurídica *lato sensu* para referir-se que os limites determinantes da capacidade jurídica fazem parte do rol dos direitos subjetivos concedidos pela Constituição e pelas leis das quais crianças e adolescentes são titulares e b) a capacidade jurídica *stricto sensu* que delimita os modos e as (im)possibilidades quanto ao exercício da gama de direitos e obrigações inerentes a sua condição.

Sendo a capacidade jurídica *lato sensu* pressuposto para a existência de direitos, o tema central desta análise reporta-se à capacidade jurídica em sentido estrito, pois é nesta que se manifesta a complexidade e importância do tema, já que é o fator determinante da possibilidade do exercício ou não de atividade laboral.

A determinação dos limites da capacidade jurídica em sentido estrito é fixada com base em critérios determinados, especialmente voltados para etapas próprias de desenvolvimento humano, além de serem considerados aspectos físico-biológicos, psíquicos, etários e o próprio arbítrio do legislador. E tais limites servem ao objetivo de determinar a capacidade da criança e do adolescente, quanto aos seus direitos e deveres jurídicos.

As normas que regulam a capacidade jurídica, em sua natureza, segundo RÁO,

“...são de ordem pública e insuscetíveis, pois, não podem ser alteradas pela vontade das partes. Dessa natureza participam não só as normas que indicam os casos de incapacidade, mas todas as que dispõem sobre a situação dos incapazes, seus direitos e deveres, os direitos e deveres de seus representantes, enfim, todas aquelas que direta ou indiretamente, à incapacidade e às suas consequências jurídicas se referem.”¹³⁵

A necessidade de tratamento das normas como de ordem pública decorre da atribuição de essência protetiva na constituição das normas que estabelecem a *incapacidade*. A incapacidade difere da proibição no preciso momento em que esta visa a coibir ou a vedar um

¹³⁵ RÁO, Vicente. *O Direito e a Vida dos Direitos* - 3ª edição, anotada e atualizada por Ovídeo Rocha Barros Sandoval. São Paulo: RT, v. 1 e 2, 1991, p. 605.

ato contrário ao ordenamento e, aquela apenas impede que determinadas pessoas em condições especiais possam exercer um ato jurídico, não obstante que, em determinados casos, este ato seja realizado por meio de representação. O que se visa garantir é a proteção ao incapaz e daí a impossibilidade de alteração dos limites de capacidade pela vontade das partes.

Contudo, torna-se prudente salientar que a capacidade jurídica relativa e a incapacidade jurídica não deixam seus titulares à própria sorte, pois trazem à tona um leque de normas protetivas de ordem pública e que objetivam tutelar aqueles que não dispõem de capacidade jurídica plena.

Por sua vez, a aquisição da capacidade jurídica tem, muitas vezes, tratamento diferenciado quanto aos limites de idade conforme o ramo da ciência jurídica em questão. Nesse sentido, a capacidade jurídica da pessoa, determinada através de limites etários, diferencia-se quando o exercício de direitos e obrigações diz respeito a questões civis, comerciais, políticas ou penais¹³⁶ e, do mesmo modo acontece no tocante a direitos e obrigações decorrentes de questões trabalhistas.

No que se refere ao âmbito das relações de trabalho, esta diversidade permanece ainda mais complexa, pois o tratamento da capacidade jurídica para o trabalho da criança e do adolescente tem sua natureza jurídica constituída por parâmetros determinados na Constituição Federal e em várias legislações, tais como, as Convenções Internacionais ratificadas pelo país, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Consolidação das Leis do Trabalho.

¹³⁶ A capacidade civil está prevista nos arts. 5º, 6º e 9º do Código Civil em vigor. A capacidade comercial está prevista no art. 1º do Código Comercial, 5º e 6º do Código Civil, além de legislação extravagante que regula a incapacidade momentânea de certos sujeitos quanto a prática de ato comercial como, por exemplo, funcionários públicos, policiais ou falidos. A capacidade política está prevista na Constituição Federal, art. 14, I, II e § 3º, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”. O Código Penal delimita a capacidade penal nos arts. 26 e 27.

A capacidade para o trabalho é determinada no mundo fático com base em critérios diversos. Podem ser elencados, inicialmente, os aspectos físicos, psíquicos, biológicos e culturais. Apesar de, numa sociedade capitalista, ser o critério da hipossuficiência econômica o que, via de regra, mais influi na decisão quanto ao ingresso das crianças e adolescentes no mercado de trabalho, este não é o critério jurídico adotado.

O critério que fundamenta essas normas no ordenamento jurídico é o da proteção das pessoas em processo de desenvolvimento, sendo esta proteção garantida mediante o estabelecimento de limites de idade em que se permite ou proíbe a realização de trabalho. Esses limites não são constituídos apenas arbitrariamente, mas com base no grau de desenvolvimento físico, psíquico, biológico e educacional das pessoas que se pretende atingir.

Registram *CERVINI & BURGER* que “... a capacidade reguladora (normas jurídicas sobre limitações e condições do trabalho infantil) e de controle (fiscalização da aplicação efetiva dessas normas) são fatores que ajudam a modelar o comportamento das empresas e do mercado em geral.”¹³⁷

Nunca é demais lembrar que a aquisição da capacidade jurídica para o trabalho está subordinada, no direito brasileiro, aos princípios e normas da doutrina da proteção integral, pois o princípio fundamental na atenção voltada à infância e adolescência, garantida na Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas e no Estatuto da Criança e do Adolescente, como já foi dito, é o da proteção integral daqueles que se encontram em processo de desenvolvimento, com o intuito de garantir o seu bem-estar físico, mental, moral, espiritual e social.

A doutrina da proteção integral funda-se no reconhecimento de direitos próprios e especiais de crianças e adolescentes que, em razão de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, faz-se necessário uma proteção especializada, diferenciada e integral. A

¹³⁷ CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. *Op.Cit.* p. 19.

infância e a adolescência passam a ser assumidas enquanto sujeito de direitos, devendo ter os mesmos direitos que têm os adultos e que sejam aplicáveis a sua idade, e ainda, contam com direitos especiais derivados da sua condição específica de pessoa em fase de desenvolvimento.

No mesmo sentido configura-se como imprescindível a proteção daqueles considerados como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento contra a exploração econômica ou a opressão cultural que submete os valores da educação e do livre desenvolvimento humano às necessidades econômicas imediatas provenientes de um sistema econômico que prioriza o “ter” ao “ser”.

Devido à relatividade de critérios como os biológicos, físicos, psíquicos, econômicos e culturais, o legislador optou, em função da segurança jurídica do sistema, pelo seu balizamento mediante a utilização do critério etário em função das etapas de desenvolvimento humano, com vistas a garantir um tratamento adequado à realidade das crianças e adolescentes.

No Brasil, como na maioria dos países, os legisladores têm determinado normas com limites de idade mínima, como forma de precisar adequadamente os parâmetros ideais da capacidade jurídica para o trabalho.

Apesar de a capacidade jurídica constituir-se num instituto normalmente estudado no âmbito do Direito do Trabalho, que regula principalmente as relações de emprego, é de fundamental importância salientar que os limites de idade determinantes da capacidade jurídica para o trabalho envolvem todas as relações diretamente ligadas ao mundo do trabalho e não apenas aquelas ditas como de emprego, pois a capacidade jurídica para o trabalho consiste na capacidade de uma pessoa em ser sujeito de relações jurídicas de trabalho e, portanto, titular de direitos e deveres oriundos do seu trabalho.¹³⁸

¹³⁸ Os limites determinantes da capacidade jurídica para o trabalho estão previstos no Direito Constitucional brasileiro, embora tenham reflexos diretos na legislação infra-constitucional, tais como a Consolidação das Leis do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A capacidade jurídica para o trabalho, de acordo com OLIVEIRA, "...estende-se a qualquer modalidade de trabalho em que o adolescente possa envolver-se: em regime familiar, como empregado comum na cidade ou no campo, como aprendiz-empregado, em regime associativo, inclusive o cooperativo, e na condição de autônomo."¹³⁹

Destas relações estão excluídas, apenas, as modalidades de profissionalização que estejam exclusivamente integradas no âmbito da educação ou aprendizagem e, por isso, não requerem capacidade jurídica para o seu exercício. Desse modo, pode-se concluir que a capacidade jurídica, ainda que relativa, é requisito e fator determinante para a validade de todas as relações de trabalho.

Além disso, o trabalho da criança e do adolescente submete-se a condições determinadas para o seu exercício que objetivam proteger aqueles que se encontram em processo de desenvolvimento.

No estudo mais aprofundado dos atuais limites determinantes da capacidade jurídica para o trabalho no direito brasileiro, alguns elementos devem ser considerados. Primeiramente, a elevação dos limites de idade mínima para o trabalho efetuado por força da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Ademais, se encontram no ponto central desta análise os novos limites que determinam a capacidade jurídica para o trabalho, limites historicamente constituídos sob fundamentos protetivos e que pretendem resguardar o desenvolvimento das futuras gerações, priorizando as políticas públicas básicas e direcionando-as para a educação, reservando-se apenas o trabalho estritamente necessário à formação profissional.

Segundo o *MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO*,

"...a opção feita pelo Estado Brasileiro, de postergar a entrada de adolescentes no mercado de trabalho foi acertada. A idade anteriormente preconizada pela Constituição Federal, 14 anos –

¹³⁹ OLIVEIRA, Oris. O trabalho infantil – O trabalho infanto-juvenil no Direito Brasileiro. Brasília: OIT, 1994. p. 182.

idade que, em tese, marcaria o fim do primeiro grau nas escolas, refletia uma utopia, pois ignorava alguns incidentes bastante frequentes, tais como a entrada tardia na escola e mesmo as eventuais reprovações. Ao aumentar a idade para 16 anos, a Emenda Constitucional nº 20/98 não só preveniu, em parte, esses percalços educacionais, como também estimulou o aluno bem sucedido a complementar o segundo grau, o que não só o qualifica melhor, como trata de abrir-lhe as portas do mundo universitário, no qual poderá dar um passo decisivo para tornar-se um profissional mais qualificado e ascendente profissionalmente.”¹⁴⁰

A nova determinação dos limites de idade mínima para a admissão em qualquer trabalho fixou novos parâmetros de capacidade jurídica para o trabalho, elevando os níveis de aquisição de quatorze para os dezesseis anos.

Como reflexo, o adolescente passa a adquirir capacidade jurídica para o trabalho a partir dos dezesseis anos, sendo que em função de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, nesse período tal capacidade será relativa, ou em alguns momentos, poderá até inexistir em face das condições impostas para o exercício de determinados tipos de trabalho ao adolescente.

A capacidade jurídica para o trabalho é determinada em função de limites de idade fixados na legislação. Inicialmente, faz-se necessário indicar que os limites de idade são determinados segundo três critérios: 1) limite de idade mínima inferior para o trabalho: estabelece uma proibição do desenvolvimento de qualquer atividade laboral, incluindo até aquelas voltadas para o aprendizado; 2) limite de idade mínima básica para o trabalho: proíbe o desenvolvimento de qualquer atividade laboral, salvo aquelas direcionadas para o aprendizado e, 3) limite de idade mínima superior para o trabalho: estabelece a proibição do exercício de atividade laboral em determinadas condições, sendo que a partir da superação deste limite realiza-se a aquisição da capacidade jurídica plena para o trabalho.

¹⁴⁰ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção no Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. Nota Técnica..., *Cit.*, p. 2.

Com base nesses critérios, a Emenda Constitucional nº. 20, de 15 de dezembro de 1998, alterou o art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, que passou a vigorar com a seguinte redação: “proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”

Houve, assim, uma profunda alteração nos limites de idade mínima inferior e básico para o trabalho, decorrendo daí a alteração dos limites determinantes da capacidade jurídica para o trabalho da criança e do adolescente.

Em face da referida Emenda Constitucional, o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente foi alterado, devendo ser lido conforme a seguinte redação: “é proibido qualquer trabalho abaixo dos dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos”.

Desse modo, ficou determinado o limite de idade mínima básico para admissão em trabalho ou emprego em dezesseis anos e a fixação desse limite implica uma proibição ao desenvolvimento de todo e qualquer tipo de atividade laboral abaixo dessa idade, ressalvada a aprendizagem que pode ser desenvolvida a partir dos quatorze anos, por encontrar-se estreitamente ligada à educação e formação técnico-profissional, de acordo com o art. 62 do Estatuto da Criança e do Adolescente que conceitua aprendizagem, nos seguintes termos: “Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor”.

Portanto, a determinação de proibição de trabalho abaixo dos limites de idade mínima é o que caracteriza normalmente na situação fática denominada trabalho infantil. Como esta terminologia pode representar apenas o trabalho da criança e existem trabalhos que são proibidos ao adolescente, há uma tendência no uso da expressão trabalho precoce, que teria um potencial representativo maior, em vista dos atuais limites de idade mínima para o trabalho.

Embora grande parte da bibliografia brasileira sobre o trabalho da criança e do adolescente ainda utilize o ultrapassado conceito de “trabalho do menor” ou ainda o conceito de trabalho infantil, recomenda-se, por prudência, o uso da expressão trabalho precoce que pode ser definido como todo trabalho realizado abaixo dos limites de idade mínima, básico, inferior e superior, para o trabalho.

Outro aspecto ainda impreciso, referente ao tema, diz respeito ao chamado trabalho em regime de economia familiar. Como o dispositivo constitucional não fez distinção em relação a qualquer tipo de trabalho, o intérprete não deve fazê-lo. Isso não implica que a criança e o adolescente estejam impedidos de realizarem quaisquer tipos de tarefas.

Em tal contexto, convém que se proceda à distinção entre trabalho e tarefa em sentido estrito. Tarefa (*stricto sensu*) é toda atividade que a criança desenvolve, voltada ao processo de aprendizado e socialização - podem ser citadas, como exemplo, as tarefas domésticas e as tarefas escolares.

Por outro lado, quando a atividade realizada pela criança tem como finalidade precípua o ganho econômico individual, de modo a garantir a sua subsistência ou da própria família, diz-se que há o uso do trabalho precoce da criança pela família.

Isso significa que, quando a família precisa buscar no trabalho da criança um ganho econômico com o intuito de garantir sua subsistência e tal família está inserida na cadeia produtivo-empresarial, ou seja, os pais estão, mesmo que periféricamente, integrados numa cadeia produtiva mais ampla, seja como empregados, produtores, fornecedores de matéria-prima, produtos para determinado setor produtivo agrícola, comercial ou industrial, há a caracterização do trabalho precoce através da família.

O trabalho, mesmo que em regime familiar, realizado mediante produção artesanal, agropecuário, comercial ou industrial, mesmo que destinado ao próprio consumo e

subsistência da família, deve ser reservado aos adultos, pois é responsabilidade, inclusive da família, a garantia do desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

Quando a lei proíbe o desenvolvimento de qualquer trabalho abaixo dos dezesesseis anos, não está vedando realização de qualquer atividade, pois exclui aquelas caracterizadas como tarefas (*stricto sensu*) em conformidade com o conceito indicado. O entendimento adequado diz que devem ser afastados as crianças e os adolescentes que abaixo do limite de idade mínima estejam laborando em condições que podem ser caracterizadas como trabalho precoce, seja pela família, através da família ou para o próprio consumo.

Feita a distinção, importa considerar que, a partir do limite de idade mínima constitui-se a permissão para o trabalho, limitada, evidentemente, por normas protetivas ao trabalho do adolescente. A decorrência natural desse limite proibitivo é a incapacidade jurídica absoluta para o trabalho daqueles que se encontram abaixo do limite de quatorze anos de idade. A medida justifica-se devido ao chamado direito de não trabalhar do qual dispõem as crianças e os adolescentes até essa idade.

Conforme OLIVEIRA,

“A idade mínima fixa um limite importante, porque, a partir dela, o adolescente, se quiser e não houver motivos razoáveis em contrário tem o *direito de trabalhar*. Antes da idade mínima o direito resguardado é o de *não trabalhar*. O *não trabalho* não é ócio pernicioso, mas deve ser preenchido com a educação, com a frequência à escola, com o brinquedo, com o exercício do *direito de ser criança*. O fato generalizado, sobretudo no Terceiro Mundo, do trabalho antes da idade mínima revela apenas uma das faces de uma violência institucionalizada.”¹⁴¹

O Estatuto da Criança e do Adolescente garante, em seu art. 16, inciso IV, às crianças e adolescente, o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se, fundamentado na Constituição Federal, art. 217, *caput* e § 3º, que estabelece como dever do Estado o fomento às práticas desportivas e o incentivo ao lazer como forma de promoção social.

¹⁴¹ OLIVEIRA, Oris de. *Op. Cit.* p. 182-3.

Cumpra registrar que a elevação do limite de idade mínima para o trabalho, vem ao encontro do dispositivo da Convenção nº 138, sobre idade mínima para o trabalho, da Organização Internacional do Trabalho e da Recomendação nº 146 que estabelece: “Os Países-membros devem ter como objetivo a elevação progressiva, para dezesseis anos, da idade mínima, para admissão a emprego ou trabalho...”¹⁴².

O Brasil adequou-se à diretriz internacional no momento em que a idade mínima para admissão em trabalho e emprego passou a ser fixada em dezesseis anos, demarcando o limite segundo o qual se encerra a incapacidade jurídica para o trabalho, o que configura a capacidade jurídica relativa para o trabalho.

Da aquisição da capacidade jurídica para o trabalho e do exercício dos direitos e deveres inerentes à atividade laboral, na condição de empregado ou aprendiz, o adolescente tem assegurados seus direitos trabalhistas e previdenciários, conforme estabelecem os artigos 227, II, § 3º, da Constituição Federal e 65 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pode-se concluir que, no ordenamento jurídico brasileiro em vigor, a idade mínima inferior para o trabalho está fixada em quatorze anos, a idade mínima básica é dezesseis anos, momento em que o adolescente adquire capacidade jurídica relativa para o trabalho e a idade mínima superior para o trabalho é de dezoito anos, idade a partir do qual se dá aquisição da capacidade jurídica plena para o trabalho.

No entanto, sempre que se tratou da capacidade jurídica no período compreendido entre quatorze e dezoito anos fez-se referência a esta como capacidade jurídica relativa, daí a importância de se fixarem os motivos da relatividade da capacidade jurídica para o trabalho.

Primeiramente, convém indicar que a aquisição da capacidade jurídica pelo adolescente é relativa em função de este ser reconhecido como pessoa em situação peculiar de

¹⁴² ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Recomendação 146*. Brasília: OIT, 1973, II - Idade Mínima, 6.

desenvolvimento. Desse modo, o ordenamento jurídico, ao mesmo tempo em que concede a capacidade jurídica para o trabalho, exige determinados requisitos para o seu exercício.

Em segundo, pode-se destacar que o exercício de atividade laboral do adolescente está condicionado aos deveres de cuidado e vigilância dos pais ou tutores, tendo estes a obrigação de afastá-lo de todo o tipo de atividade que o coloque em situações de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, em razão do artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por isso, a Consolidação das Leis do Trabalho, no art. 408, concede ao responsável legal pelo adolescente a faculdade de pleitear a extinção do contrato de trabalho, quando constatar que o serviço possa acarretar-lhe prejuízos de ordem física ou moral. Vale lembrar que o descumprimento dessa obrigação pode resultar na responsabilização dos pais, seja pela ação ou omissão, segundo o art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Do mesmo modo, a Consolidação das Leis do Trabalho, no art. 437, impõe multa e até a destituição do pátrio poder aos responsáveis legais que infringirem os dispositivos de proteção ao trabalho do adolescente ou de cumprimento da escolaridade obrigatória.

Aos responsáveis legais cabe ainda, conforme o art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, a obrigação de afastar o adolescente de empregos que diminuam consideravelmente o tempo de estudo ou reduzam o tempo de repouso necessário à saúde, à constituição física ou que prejudiquem a formação moral.

Outro referencial importante que relativiza a capacidade jurídica para o trabalho do adolescente é o art. 439 da Consolidação das Leis do Trabalho que, reconhecendo sua capacidade jurídica, permite que firme recibo pelo pagamento de salário, mas relativiza essa capacidade ao exigir a assistência dos responsáveis legais no caso de rescisão de contrato de trabalho, que requer a assistência para dar quitação ao empregador pela indenização devida.

Há que se recordar que, em função de sua capacidade relativa, o art. 440, da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelece que contra os menores de dezoito anos não corre nenhum prazo de prescrição.

A assistência nas relações de trabalho de adolescentes tem fundamento na responsabilidade primordial dos representantes legais pela educação e desenvolvimento de sua prole, que deve visar ao interesse maior de proteção do educando.¹⁴³

A capacidade jurídica para o trabalho do adolescente é, portanto, relativizada em função do princípio protetivo que deve vincular o exercício de atividade laboral nessa faixa etária, que compreende o período de dezesseis até dezoito anos. No entanto, poderá ser adquirida excepcionalmente, a partir dos quatorze anos, desde que vinculada a um contrato de aprendizagem, matéria a ser abordada quando do estudo das condições para o exercício do trabalho na modalidade de aprendizagem.

Resta por ultimo considerar que a aquisição da capacidade jurídica plena para o trabalho acontece aos dezoito anos de idade, a partir daí a pessoa passa a adquirir plenos direitos e obrigações no âmbito das relações de trabalho.

ARRUDA lembra que,

“O trabalhador adulto é livre para vender sua força de trabalho, mas a criança não o é, pois a rigor o que ela vende é sua infância, que não pode ser vendida por ser seu direito fundamental. É como vender a vida e a liberdade, nunca mais haverá retorno e não há preço individual, familiar ou social capaz de pagá-la.”¹⁴⁴

Diante do que foi exposto, há que se compreender que a infância e a adolescência são bens indisponíveis e em função de seu elevado caráter social devem, acima de tudo, ser protegidas mediante a abolição do trabalho precoce e a proteção do adolescente trabalhador em condições regulares previstas na legislação.

¹⁴³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Op. Cit.* Artigo 18 - Item 1.

¹⁴⁴ ARRUDA, Kátia Magalhães. *Op. Cit.* p. 107.

2.2 Condições para o exercício do trabalho

Além da capacidade jurídica para o trabalho, a atividade laboral da criança e do adolescente é delimitada, também, em função de condições específicas para o exercício de trabalho. Essas condições fixam-se a partir de dois referenciais básicos: o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho, segundo a Lei 8.069/90, art. 69.

O respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento fundamenta a proibição do trabalho noturno, perigoso, insalubre, de acordo com o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, bem como, aquele realizado em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, incluindo, também, aqueles realizados em horários e locais que não permitam a frequência à escola e os trabalhos penosos, conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.069/90.

Já o requisito da capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho vem balizar os limites de profissionalização e trabalho desenvolvidos pelo adolescente que devem, necessariamente, estar conectados à realidade social, econômica e tecnológica do país.

Desse modo, a execução de atividades de profissionalização como o trabalho educativo (Lei 8.069/90, art. 68) e a aprendizagem (Lei 10.097/00) devem estar intrinsecamente relacionados ao projeto de políticas de emprego e educação planejados para o país, não havendo sentido a realização de qualquer atividade laboral pelos adolescentes que não tenha por objetivo a formação adequada ao mercado e ao mundo do trabalho.

Tal formação, inclusive, não se pode resumir ao repasse de técnicas e conhecimentos específicos, mas deve abranger o estímulo ao desenvolvimento de raciocínio lógico, da análise crítica e do estudo dos conhecimentos acumulados historicamente pela sociedade.

Essas duas condições não se reduzem apenas a princípios, mas em elementos que obrigatoriamente devem ser observados na realização de qualquer política pública referente ao

trabalho do adolescente, bem como no estabelecimento de qualquer tipo de relação que envolva a participação de crianças ou adolescentes.

A inobservância de qualquer dessas condições gera responsabilidade entre os entes envolvidos, sejam eles a família, o Estado ou a sociedade, pois a violação de qualquer garantia que venha em prejuízo do desenvolvimento de crianças e adolescentes deve ter um tratamento responsável, com objetivo de garantir efetivamente os direitos historicamente conquistados.

A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe um novo paradigma ao universo infanto-juvenil, que consiste no reconhecimento da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos. Nesse sentido, estabelece o art. 3º,

“a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.”

Esse direito inovador tem conteúdo eminentemente protetivo e afirma não apenas o reconhecimento dos direitos, mas também a preocupação com a garantia do sadio desenvolvimento físico, psicológico, moral e social necessário à formação das presentes e futuras gerações.

Dessa concepção decorrem inúmeras normas protetivas baseadas na particularidade daqueles que se situam entre as pessoas em processo de desenvolvimento, pois estão a exigir uma atenção diferenciada e integral, de modo a permitir o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, buscando-se a superação das dificuldades e contradições ainda tão latentes na realidade social.

Além das normas protetivas já referenciadas, cabe analisar, pormenorizadamente, as condições restritivas estabelecidas na lei que vedam o trabalho abaixo dos dezoito anos de

idade, como mecanismo necessário à proteção contra o trabalho precoce, visando à preservação e garantindo o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes.

É importante, resgatar que, até então, foram analisados dois referenciais importantes concernentes aos limites de idade que determinam a capacidade jurídica para o trabalho: o limite de idade mínima inferior fixado em quatorze anos,- que delimita o período de início da aquisição da capacidade jurídica relativa, condicionada à aprendizagem, e o limite de idade mínima básico de dezesseis anos,- que possibilita ao adolescente a realização de qualquer trabalho, já que a partir desta idade adquire capacidade jurídica relativa para o trabalho, subordinando-se às normas gerais de proteção ao adolescente.

Contudo, merece destaque que a aquisição da capacidade jurídica para o trabalho em determinados casos acontece apenas a partir dos dezoito anos de idade, ou seja, a partir do limite de idade mínima superior. É nesse sentido que a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece a “proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de dezoito anos”, no art. 7º, XXXIII. E o Estatuto da Criança do Adolescente dispõe em seu art. 67:

“Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho: I – noturno, realizado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte; II – perigoso, insalubre ou penoso; III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.”

Em relação ao trabalho noturno, *OLIVEIRA* assevera que a previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente aplica-se exclusivamente nas atividades urbanas.

“Conforme a Lei 5.889/73, o horário noturno é das 20h de um dia às 5h do dia seguinte, na lavoura, e das 20 h de um dia às 4h do dia seguinte, na pecuária. Não paira dúvida de que estes horários foram fixados, tendo em conta as peculiaridades e os costumes da vida e da atividade rural. Daí nos inclinarmos a

julgar que esses limites não são atingidos pela norma do Estatuto, que teve em vista exclusivamente o trabalho urbano.”¹⁴⁵

Em relação aos trabalhos perigosos e insalubres, com a promulgação¹⁴⁶ e aprovação¹⁴⁷ da Convenção nº 182, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação, da Organização Internacional do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego constituiu Comissão Tripartite,¹⁴⁸ composta por representantes do governo, trabalhadores e empregadores, para determinarem os tipos de trabalho a serem chamados de piores formas de trabalho infantil.

Como resultado do trabalho da Comissão Tripartite, o Ministério do Trabalho e Emprego definiu uma lista com a relação das atividades proibidas aos menores de 18 anos, consideradas perigosas e insalubres.

Além dessas garantias, o Estatuto da Criança e do Adolescente inova ao estabelecer a proibição ao adolescente quanto à realização de trabalhos penosos. No entanto, assinala AZEVEDO:

“quanto à proibição do trabalho penoso (...) não existe, ainda, regulamentação, muito embora esses trabalhos sirvam para fins de concessão das aposentadorias especiais, isto é, as que são concedidas com 15 (quinze), 20 (vinte) 25 (vinte e cinco) anos de atividades, cujo ambiente de trabalho exponha o trabalhador aos agentes nocivos, capazes de causar danos à sua saúde ou à sua integridade física, e que são, especificamente, contempladas pelo Direito Previdenciário.”¹⁴⁹

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Oris de. *Op. Cit.* p. 198.

¹⁴⁶ BRASIL, *Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000*. Promulga a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999.

¹⁴⁷ BRASIL. *Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999*. Aprova os textos da Convenção 182 e da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua eliminação.

¹⁴⁸ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 143, de 14 de março de 2000*.

¹⁴⁹ AZEVEDO, Magnólia Ribeiro de. *O dano moral: uma investigação sobre a violação dos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho*. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. p. 234.

É importante destacar que a utilização de equipamentos de proteção individual não descaracteriza a insalubridade ou a periculosidade do trabalho desenvolvido, pois o que a lei proíbe é a realização de tais atividades, ou seja, aquelas caracterizadas conforme a legislação em vigor, tendo pouca relevância se efetivamente há a exposição potencial de modo a prejudicar a saúde ou colocar em perigo o adolescente, pois a proibição está voltada para as características da atividade. Acrescenta-se o fato de que os equipamentos de proteção individual não se prestam a qualquer garantia daqueles em processo de desenvolvimento, uma vez que tais equipamentos são produzidos para o uso de adultos.

Além da preocupação com a garantia de preservação do pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, não se pode esquecer que a inobservância das normas protetivas destinadas aos trabalhadores tem custo social elevado, pois onera os cofres públicos, exige uma gama enorme de políticas públicas assistenciais e compensatórias, além de prejudicar a própria produção industrial em função do reduzido nível de qualidade de vida do trabalhador.

Merece nota, ainda, o art. 67, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe os trabalhos realizados em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. Embora todo ambiente laboral represente riscos para aqueles que o freqüentem, estes tendem a provocar maior prejuízo às crianças e aos adolescentes em razão de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Outro tópico de interesse no que se refere à proibição do trabalho abaixo dos dezoito anos, são os trabalhos prejudiciais à moralidade. O art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho, § 3º, considera como trabalho prejudicial à moralidade do adolescente:

- “a) prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, *dancings* e estabelecimentos análogos;
- b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes;
- c) de produção de composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar

sua formação moral; d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.”

Neste sentido, o art. 80 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que “os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congênere ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.”

Pelo conteúdo das previsões, percebe-se a necessidade de atualização dos trabalhos prejudiciais à moralidade, pois sendo tal critério exclusivamente consubstanciado por valores, há que se considerar que hoje os tempos são outros e os trabalhos prejudiciais à moralidade também o são.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece, com base no art. 53, o direito à educação como garantia o pleno desenvolvimento. Para efetivamente garantir esse direito, estabeleceu, em seu art. 67, inciso IV, “a realização de qualquer trabalho realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.” Nesta opção valorativa, o legislador tratou de deixar claro que na opção entre o trabalho e a educação, a prioridade na formação do adolescente deve ser realizada pela educação.

Nesse sentido, a própria Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, no art. 227, § 3º, que o direito à proteção especial destinada ao adolescente trabalhador envolve a garantia de acesso à escola, significando, portanto, que todo adolescente trabalhador deve, necessariamente, estar matriculado na escola. Tal disposição não se resume apenas aos casos de cumprimento da escolaridade obrigatória, mas também é necessária a garantia de acesso ao ensino médio.

Com o mesmo objetivo, o art. 427 da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelece: “O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.” É importante ressaltar que, em

relação ao adolescente trabalhador, não basta apenas a garantia de frequência à escola, mas também a efetiva disponibilidade para o acompanhamento das atividades educacionais, mediante a viabilização de tempo necessário para a realização de tarefas, trabalhos e exames escolares.

Por isso, a atividade laboral do adolescente não pode ser realizada em locais que em função da distância ou dos horários em que são prestados possam inviabilizar a sua efetiva participação nas atividades escolares, assim objetiva-se, ao menos, sua formação educacional do nível fundamental.

Como recorda *ARRUDA*, “...o trabalho precoce contribui para a evasão escolar, o que leva à conclusão de que o Brasil continua fabricando segregações, o que alguns justificam sob o ângulo de seu crescimento, mas deixa muito a desejar quando o que se pretende é o desenvolvimento.”¹⁵⁰

A melhor política de desenvolvimento, sem dúvida, é aquela que investe na capacitação, protagonismo e desenvolvimento do potencial humano de um país. Quando esse princípio é abandonado, está se abandonando a própria possibilidade de emancipação humana. O trabalho durante a adolescência jamais deve ser reduzido à sua materialidade, mas deve ser o instrumento emancipador que proporcione o acesso ao pleno desenvolvimento educacional das novas gerações.

2.2.1 A aprendizagem e o trabalho educativo

Além das limitações já referidas, o trabalho do adolescente ainda pode ser realizado segundo dois institutos importantes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente: a aprendizagem e o trabalho educativo.

¹⁵⁰ *ARRUDA, Kátia Magalhães. Op. Cit. p. 100.*

Anteriormente à análise propriamente dita desta questão, são necessárias algumas considerações de ordem genérica que dizem respeito a esses dois institutos de origens suficientemente complexas.

O avanço tecnológico decorrente do processo de industrialização e concorrência passou a exigir dos trabalhadores uma melhor qualificação para o desempenho de suas funções. Mais do que cursos profissionalizantes específicos, o novo mundo do trabalho está a exigir trabalhadores com formação escolar ampla e diversificada, a capacitação voltada ao protagonismo juvenil, ao empreendedorismo, bem como, o acesso a estratégias educacionais articuladas com geração de renda e a garantia de condições de pleno desenvolvimento. Diretrizes necessárias para a formulação de políticas públicas de atenção à adolescência.

Apesar de o sistema educacional constituir-se muitas vezes como um instrumento de exclusão social, no momento em que não fornece condições adequadas para a formação escolar daqueles que mais necessitam, faz-se necessária a inversão no processo de definição das políticas públicas com vistas a ampliar o âmbito de atuação das políticas educacionais em relação ao adolescente trabalhador.

As políticas públicas endereçadas ao adolescente não podem se restringir ao mero conjunto de ações emergenciais e compensatórias que visam a integração do adolescente no mercado de trabalho. Devem, antes de tudo, ser instrumentos capazes de fornecer os subsídios indispensáveis à sua capacitação profissional.

A capacitação profissional deve proporcionar a aquisição de um conjunto de conhecimentos necessários para que alguém seja julgado apto à prática de alguma profissão pública ou privada¹⁵¹. Esses conhecimentos devem ser definidos segundo as condições e necessidades do novo mundo do trabalho, voltados, principalmente, àquelas atividades que requeiram uma formação mais diversificada.

¹⁵¹ CRETELLA JR., José. *Comentários à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Forense, v. 1, 1993. p. 281.

Portanto, qualquer atividade laboral em que o adolescente esteja envolvido deve priorizar a sua capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. A operacionalização desta capacitação profissional pode ser realizada mediante os institutos da aprendizagem e do trabalho educativo.

Para OLIVEIRA,

“A aprendizagem é, pois, a fase primeira de um processo educacional (formação técnico-profissional) alternada (conjugam-se ensino teórico e prático), metódica (operações ordenadas em conformidade com um programa em que se passa do menos para o mais complexo), sob orientação de um responsável (pessoa física ou jurídica) em ambiente adequado (condições objetivas: pessoal docente, aparelhagem, equipamento).”¹⁵²

A aprendizagem ganha relevância, no contexto estabelecido a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, no exato momento em que é a única modalidade de trabalho permitida ao adolescente com idade entre quatorze e dezesseis anos.

A nova redação do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, ao não permitir a realização de aprendizagem abaixo dos quatorze anos de idade, revogou o art. 64 do Estatuto da Criança e do Adolescente, eliminando do ordenamento a chamada “bolsa de aprendizagem”, em face da garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários para os aprendizes maiores de quatorze anos previsto no art. 65.¹⁵³

Do mesmo modo, está revogado o art. 80 da Consolidação das Leis do Trabalho, que possibilitava o pagamento de meio salário mínimo ao adolescente aprendiz¹⁵⁴, pois ao se assegurar os direitos trabalhistas e previdenciários, está se garantindo, também, o direito

¹⁵² OLIVEIRA, Oris. *Op. Cit.*, p. 89.

¹⁵³ Determinava o art. 64 da Lei 8.069/90: “Ao adolescente até 14 (quatorze) anos, de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.” Determina o art. 65 da Lei 8.069/90: “Ao adolescente aprendiz, maior de 14 (quatorze) anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários”.

¹⁵⁴ Estabelecia o art. 80 da CLT: “Ao menor aprendiz será pago salário nunca inferior a ½ (meio) salário mínimo regional durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendiz do respectivo ofício. Na segunda metade passará a perceber, pelo menos, 2/3 (dois terços) do salário mínimo”.

constitucional quanto à proibição de diferença de salários por motivos de idade, previsto no art. 7º, XXX. Se a lei maior não faz discriminações, não cabe a leis infra-constitucionais fazê-las.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 62, a aprendizagem consiste em “formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.” No entanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, não trouxe tratamento específico à modalidade da aprendizagem, optando pela adoção do amplo instituto da educação profissional.¹⁵⁵

No entanto, visando um novo disciplinamento da matéria, foi aprovada a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, referente à aprendizagem. De acordo a nova lei, o art. 428, da Consolidação das Leis do Trabalho passou a definir que

“contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.”

O contrato de aprendizagem caracteriza-se como contrato especial, realizado pelo adolescente com idade entre 14 e 18 anos e requer a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Caso o aprendiz não tenha concluído o ensino obrigatório, ou seja, o fundamental, deverá estar matriculado e freqüentando à escola. Faz-se necessário para o desenvolvimento da aprendizagem, inscrição em programa específico, sob orientação de entidade que detenha qualificação em formação metódica técnico-profissional, de acordo com a Lei 10.097/00 e a nova redação do art. 428, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho.

¹⁵⁵ BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Senado Federal: Brasília, 1996. Capítulo III, arts. 39-42.

Em razão da proibição constitucional, do art. 7º, XXX, referente à discriminação salarial por critério de idade, ao adolescente é garantido, ressalvadas as condições mais favoráveis, o salário mínimo hora, nos termos da nova redação do art. 428, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como, os direitos trabalhistas e previdenciários, garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 65. Como a aprendizagem destina-se à formação técnico-profissional não poderá ser realizada por período superior a dois anos, por disposição do art. 428, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho atualizado pela Lei 10.097/90.

A formação técnico-profissional exigida para caracterizar a aprendizagem realiza-se segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, no art. 428, § 4º, por “atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.”

Para tornar possível a realização da aprendizagem pelo significativo contingente de adolescentes brasileiros, a nova lei da aprendizagem estabeleceu na Consolidação das Leis do Trabalho, art. 428, § 4º, que “os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.”

A nova redação do art. 430, da Consolidação das Leis do Trabalho dispõe:

“Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber: I - Escolas Técnicas de Educação; II - entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

Como a nova lei passou a permitir a realização de aprendizagem por organizações da sociedade civil, exigindo a qualificação para tal, essas entidades deverão contar com estrutura própria para o desenvolvimento da aprendizagem, visando manter a qualidade do processo de ensino, acompanhando e avaliando os resultados. Tais entidades, quando contratarem adolescentes, estão dispensadas do cumprimento da quota de aprendizes, já que, em sua maioria, são entidades de caráter meramente assistencial. Ao concluir o curso de aprendizagem, o adolescente receberá um certificado, conforme dispõe o art. 429, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em referência a este tema, *SANTOS* destacava, em 1997, um problema resolvido hoje pela nova lei:

“Uma visão, mesmo que panorâmica, sobre o sistema de formação profissional no País pode nos deixar perplexos e reafirmar a necessidade de fazer mudanças substanciais neste quadro. Desde Getúlio Vargas, quando se criou, em 1942, o SENAI e SENAC, se tem delegado à classe patronal a tarefa de formação de mão-de-obra especializada e necessária às indústrias e ao comércio. Hoje, estes dois órgãos detêm a exclusividade da formação ou da supervisão dessa formação profissional, e isso significa que o regime de aprendizagem só pode ser instituído sob a sua chancela.”¹⁵⁶

Com as recentes alterações, o aprendiz poderá ser contratado por empresa ou qualquer das entidades das organizações qualificadas para o desenvolvimento de atividades técnico-profissionais, segundo o art. 431, da Lei 10.097/90. A duração do trabalho do aprendiz está limitada ao máximo de seis horas diárias, não sendo possível a prorrogação ou a compensação de jornada. Aos adolescentes que já concluíram o ensino fundamental a jornada poderá ser de até oito horas diárias, desde que computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

¹⁵⁶ *SANTOS, Benedicto Rodrigues dos. Op. Cit. p. 184-5.*

OLIVEIRA ressalta que “a condição de aprendiz deixa de existir quando terminado o curso em que esteja matriculado, quando esgotado o prazo de duração da aprendizagem ou quando o adolescente completa 18 anos de idade.”¹⁵⁷

Sem dúvida alguma, a alteração substancial que a Emenda Constitucional nº 20 trouxe ao regulamento do trabalho do adolescente foi o pleno reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários ao adolescente aprendiz, mediante o reconhecimento da capacidade jurídica a todos os adolescentes trabalhadores, pois além de valorizar a educação na faixa etária compreendida entre os quatorze e dezoito anos, mediante o instituto da aprendizagem, eliminou a discriminação em função da idade¹⁵⁸ ao extirpar do ordenamento a bolsa de aprendizagem, já potencialmente inconstitucional, que servia, muitas vezes, para o mascaramento da relação trabalhista e a exploração laboral dos adolescentes com idade entre doze e quatorze anos, período em que normalmente deveriam estar se dedicando ao cumprimento da escolaridade obrigatória.

Outra modalidade de profissionalização, freqüentemente debatida, é o trabalho educativo, previsto no art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que o situa predominantemente no âmbito da educação voltada especificamente para a pré-aprendizagem e capacitação profissional.

COSTA adverte que “o trabalho educativo, embora historicamente tenha sua raiz no trabalho social, com crianças e adolescentes encontrados em estado de necessidade, não pode e não deve, de maneira alguma, ser reduzido a este aspecto de sua evolução.”¹⁵⁹

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, no art. 68, os requisitos para o desenvolvimento de programa social que tenha por base o trabalho educativo: 1) que a

¹⁵⁷ *OLIVEIRA, Oris. Op. Cit. p. 193.*

¹⁵⁸ Estabelece o art. 7º, XXX da Constituição Federal a proibição da diferença de salário, de exercício de funções e critérios de admissão em função da idade.

¹⁵⁹ *COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Capítulo V - Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral e, MENDEZ, Emílio Garcia. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado - Comentários Jurídicos e Sociais. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996. p. 203.*

responsabilidade do programa deva ser de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos e 2) assegure ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

Quando a lei estabeleceu como uma das possibilidades o requisito da realização de programa de trabalho educativo por entidades não-governamentais sem fins lucrativos, tornou-se evidente que estão excluídas as possibilidades de execução de tais programas por entidades com fins lucrativos, ou seja, as empresas. Nesse sentido destaca *COLUCCI*:

“O trabalho educativo insere-se exatamente na modalidade escola, não admitindo, segundo a doutrina que se edificou em relação ao tema, a sua execução em empresas, exatamente porque o caráter produtivo não pode, a teor do dispositivo legal que o regula, sobrepor-se ao aspecto pedagógico. No âmbito da empresas, o que se almeja não é precipuamente formar profissionalmente o adolescente, mas produzir (...) Não vislumbra a lei, pois, outra hipótese de trabalho no espaço físico da empresa que não seja a do estágio (modalidade de profissionalização considerada escolar) ou a que se realiza através dos Serviços Sociais...”¹⁶⁰

Portanto, o dispositivo não pretende permitir o exercício de atividade regular remunerada sem o liame contratual de vínculo empregatício, mas dar condições - formação técnico-profissional - para futuramente o adolescente, mediante a aquisição de capacidade jurídica para o trabalho, desenvolver atividade laborativa nos termos da legislação.

Para evitar possíveis controvérsias, o próprio legislador tratou de conceituar o trabalho educativo, no art. 68 da Lei 8.069/90: “entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo”.

Desse modo, o trabalho educativo somente será caracterizado naqueles projetos de cunho pedagógico em que as atividades educacionais superem as atividades laborativas, sendo

¹⁶⁰ COLUCCI, Viviane. *Considerações sobre o Programa de Trabalho Educativo instituído pelo Município de Blumenau*. Florianópolis: mimeo, 1996.

incompatível sua realização no âmbito de qualquer empresa, pois esta somente existe em função da lucratividade oriunda do trabalho realizado. O que o artigo 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente veio regulamentar foi o trabalho das entidades que atuam como escolas-produção.

OLIVEIRA esclarece que “Os processos produtivos de uma empresa e de uma escola-produção são radicalmente diferentes, porque na empresa visa-se aos lucros em condições de concorrência, ao passo que na escola-produção a preocupação fundamental é a transmissão de uma qualificação profissional.”¹⁶¹

A realização de programa de trabalho educativo deve estar direcionada para a educação e encontra-se no âmbito da pré-aprendizagem, que não se confunde com trabalho, porquanto é etapa de preparação para este. Desse modo, a formação do adolescente em programa de trabalho educativo não requer a existência de um contrato de trabalho educativo, mas sim inscrição no respectivo programa de profissionalização que deve ser realizado numa escola ou entidade congênere.

O fato de o instituto situar-se no âmbito da profissionalização e não do trabalho não impede que o adolescente receba remuneração pelo trabalho efetuado ou tenha participação na venda dos produtos de seu trabalho, o que não desfigura o caráter educativo do programa, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 68, § 2º, devendo, em qualquer caso, prevalecer o aspecto educativo sobre o produtivo.

Segundo *COSTA*, para a determinação da preponderância do aspecto educativo sobre produtivo dois critérios há que se atentar para os seguintes aspectos:

“O primeiro diz respeito ao número de horas de atividades orientadas para a produção e aquelas voltadas para a formação do educando; O segundo, à natureza, ou seja, o caráter das atividades laborais realizadas em termos de ritmo e estruturação

¹⁶¹ *OLIVEIRA, Oris de. Op. Cit. p. 193.*

de modo a permitir uma real aprendizagem por parte do trabalhador educando, ou seja, as atividades laborais devem ajudar e não prejudicar o processo aprendizagem/ensino”.¹⁶²

COLUCCI adverte que, freqüentemente, “tais programas nominados ‘educativos’ prestam-se ao mascaramento do contrato de trabalho, porque presentes os requisitos configuradores do liame laboral...”¹⁶³. Sobre essa questão, ressalta-se o parecer do Ministério Público do Trabalho: “(...)a predominância do aspecto produtivo no desempenho do trabalho dito “educativo” acarreta os efeitos do vínculo empregatício, aos quais englobam o registro na CTPS, o recolhimento de encargos sociais, além do pagamento de verbas trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação complementar.”¹⁶⁴

Cabe, destacar, também, que determinada corrente doutrinária entende que o trabalho educativo deve ser destinado àqueles “adolescentes que não tiverem condições pessoais (por analfabetismo, despreparo mínimo na esfera disciplinar ou educativa ou de outra natureza)”¹⁶⁵ de se beneficiar da modalidade da aprendizagem.

No entanto, um dos méritos do Estatuto da Criança e do Adolescente foi o de resguardar, sem qualquer tipo de distinção, a todas as crianças e adolescentes, revogando-se a doutrina da situação irregular, segundo a qual as políticas sociais deveriam ser direcionadas apenas aos então chamados “menores em situação irregular”. Assim, não há por que diferenciar o público alvo do programa de trabalho educativo com base nas condições pessoais do adolescente, pois assim estar-se-ia utilizando princípios atualmente inaceitáveis.

Além disso, o programa de trabalho educativo deve ter uma função emancipadora, na qual o adolescente deve ser compreendido como o sujeito do processo de aprendizagem,

¹⁶² COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Op. cit.* p. 203.

¹⁶³ COLUCCI, Viviane. *Regulamentação ao art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Florianópolis: Ministério Público do Trabalho - 12ª Região/mimeo, 1996.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁶⁵ SEDA, Edson. *Trabalho Educativo do Adolescente no Brasil: sugestão de Edson Seda para sua correta aplicação*. Campinas: mimeo, 1996. p. 10.

evitando, como tem sido prática, “a utilização do trabalho como controle social e/ou como função disciplinadora na socialização da criança.”¹⁶⁶

Segundo *OLIVEIRA*, o regime de trabalho educativo diz respeito ao trabalho que

“o adolescente executa numa entidade governamental ou não governamental que o capacita para o exercício de uma atividade regular remunerada. Nessa circunstância, o adolescente não trabalha para a entidade como se essa fosse sua empresa empregadora; a relação jurídica que se estabelece entre ambos é a de aluno-escola, embora o Estatuto (...), não exija, sem excluir o desejável, que a entidade assuma formalmente a condição de escola regularmente inscrita como tal. Basta que efetivamente promova a capacitação. E para que a caracterização de escola apareça bem distinta, as exigências pedagógicas devem prevalecer sobre o aspecto produtivo”.¹⁶⁷

Não se configura, desta feita, como trabalho educativo, a atividade desenvolvida pelo adolescente em empresa, pois nesta o adolescente pode estar apenas em duas situações: como empregado a partir dos dezesseis anos ou como aprendiz a partir dos quatorze anos.

Programas de entidades, sejam elas governamentais ou não governamentais sem fins lucrativos, e que tenham por objetivo o encaminhamento de adolescentes para empresas com a finalidade de realizar atividade sob a denominação de trabalho educativo estão desenvolvendo ações flagrantemente ilegais, pois não se espera que o trabalho educativo se realize nas empresas e nem que estas entidades funcionem como “bancos de emprego”.

Ora, o dispositivo que prevê o trabalho educativo vem permitir que essas entidades desenvolvam programas e projetos de profissionalização e capacitação profissional, podendo inclusive comercializar os produtos ou serviços produzidos, mas a finalidade lucrativa não deve e nem pode ser seu objetivo principal, pois a prioridade é a formação do adolescente. *COLUCCI* ressalta que “englobam-se, ainda, na modalidade de trabalho educativo, as

¹⁶⁶ SANTOS, Benedicto Rodrigues dos. *Op. Cit.* p. 184-5.

¹⁶⁷ OLIVEIRA, Oris. *Op. Cit.* p. 140.

cooperativas escolas, reguladas pela Lei nº. 5.471/71, que tem por fim educar os alunos dentro dos princípios do cooperativismo.”¹⁶⁸

Segundo *COSTA*, a instituição do trabalho educativo no Estatuto da Criança e do Adolescente “nos dá a base legal para a organização de escolas-cooperativas, escolas-oficinas, escolas-empresas, dirigidas a qualquer tipo de educando e não apenas às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”.¹⁶⁹

Outro aspecto importante é que o regime de trabalho educativo superou os referenciais paradigmáticos da educação pelo trabalho e educação para o trabalho. A parte final do art. 68 indica que o programa “deve assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada”. O texto legal é bastante claro ao evidenciar que o programa deve priorizar a capacitação profissional, ou seja, um processo alternativo entre as atividades de educação e trabalho com a finalidade de garantir o exercício futuro de atividade regular remunerada.

Estabelecendo-se como finalidade o exercício de atividade regular remunerada, o programa de trabalho educativo não deve se restringir a atividades mecânicas e repetitivas que, geralmente, contribuem muito pouco para o preparo para a qualificação e o acesso às oportunidades do mercado de trabalho. As rápidas transformações no modelo econômico de produção, decorrentes do avanço tecnológico, devem ser consideradas na definição do modelo de capacitação a ser adotado, priorizando uma formação diversificada pautada em conteúdos que facilitem a inserção no mercado produtivo.

Outro critério de cunho educativo importante é a necessidade de elaboração e acompanhamento do projeto por equipe interdisciplinar formada preferencialmente por

¹⁶⁸ COLUCCI, Viviane. *A erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalho do adolescente*. Caderno 1, Florianópolis: Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC, 1997. p. 15.

¹⁶⁹ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Op. Cit.* p. 203.

pedagogo, assistente social e psicólogo, respeitando e estimulando a participação dos adolescentes em todas as fases de planejamento, execução e avaliação.

A garantia do adequado desenvolvimento educacional nos programas de trabalho educativo deve, primeiramente, ser das entidades governamentais e não governamentais sem fins lucrativos que executam os programas, pois têm a atribuição de executar suas ações fundadas nos princípios da doutrina da proteção integral adotada pelo direito brasileiro.

De qualquer forma, a regulamentação do regime de trabalho educativo definirá novas linhas para o mesmo, dirimindo eventuais dúvidas; ainda que a matéria presente no Estatuto da Criança e do Adolescente deixe evidente que o instituto encontra-se no âmbito da profissionalização e caracteriza-se como espécie de aprendizagem escolar.

Quis o legislador proporcionar, por meio desse instituto, a ampliação das formas e metodologias indispensáveis à devida preparação para a capacitação profissional, que atenda às necessidades pessoais de desenvolvimento do adolescente, sem desconsiderar a importância quanto a sua formação educacional, que teriam mediante o instituto do trabalho educativo uma possibilidade de capacitação muito rica e transformadora, podendo, inclusive, conhecer novas técnicas e procedimentos.

2.3 As Convenções nº 138 e nº 182 da Organização Internacional do Trabalho

O Brasil passa por um momento importante em relação ao combate ao trabalho precoce. A ratificação das Convenções nº 138, sobre idade mínima de admissão ao emprego, editada em 1973 e promulgada no Brasil em 15 de fevereiro de 2002 pelo Decreto nº 4.134, e a Convenção nº 182 sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação, editada em 1999 e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, ambas da Organização Internacional do Trabalho, trouxeram novos instrumentos

político-jurídicos para o fortalecimento das ações de prevenção e erradicação do trabalho precoce.

Na consideração de *SANTOS*,

“...o Estatuto da Criança e do Adolescente adotou como parâmetro a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Após vários estudos e pesquisas sobre o impacto do ingresso prematuro de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, comprovou-se que, além dos evidentes prejuízos escolares, o trabalho precoce compromete seu desenvolvimento físico e a construção de sua identidade social e política.”¹⁷⁰

A magnitude da Convenção nº 138 é tal, que o Fórum Nacional para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, em seu Plano de Ação, elaborado em novembro de 1998, definiu como necessidade articular, em curto prazo, apoio à ratificação da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho¹⁷¹, tendo, no ano de 1999, elaborado parecer conclusivo em favor da ratificação dessa convenção.

No mesmo sentido, em documento elaborado pela Comissão Preparatória do Tribunal Internacional contra o Trabalho Infantil, realizado em São Paulo, no mês de maio de 1999, indicava que no ano de 1995 milhares de assinaturas foram entregues ao governo federal solicitando a imediata ratificação da Convenção 138 da OIT.¹⁷²

Cumpre lembrar que, em abril de 1996, o Relatório Síntese da Assembléia Ampliada sobre Trabalho Infanto-Juvenil do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) elencou entre os indicativos para sua atuação a ratificação da Convenção nº 138 da OIT, por não conflitar com a ordem constitucional brasileira.¹⁷³

¹⁷⁰ SANTOS, Benedicto Rodrigues dos. *Op. Cit.* p. 183.

¹⁷¹ BRASIL. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. *Plano de Ação*. Brasília: mimeo, 1998.

¹⁷² COMISSÃO PREPARATÓRIA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL *Relatório do Trabalho Infantil no Brasil*. s.l.: mimeo, 1999.

¹⁷³ BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Relatório Síntese da Assembléia Ampliada sobre Trabalho Infanto-Juvenil do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)*. Brasília: CONANDA, 1996, item 4, “b”.

Por sua vez, o Ministério do Trabalho e Emprego instituiu Comissão Tripartite, em 1999, para efetuar a análise da Convenção 138 e da Recomendação 146 da OIT, sobre idade mínima de admissão ao emprego, que finalizou os trabalhos apresentando parecer favorável à ratificação.¹⁷⁴

A Convenção nº 138 foi editada com o objetivo de concentrar em um único instrumento limites gerais de idade mínima para o trabalho, que pudessem ser adotados pelos países-membros da Organização. Para que medida de tal abrangência fosse possível foram inseridas duas ordens de normas: as gerais, de aplicabilidade necessária pelos países que viessem a ratificar a convenção, estabelecendo requisitos e compromissos mínimos que os países pudessem vir a assumir; e flexíveis, que se prestassem à adaptabilidade das realidades locais mediante o compromisso de persecução de políticas nacionais que fornecessem condições aos países para que se atingissem os limites propostos pela convenção.

Dentre as normas de aplicabilidade necessária, a Convenção nº 138 determina a todo país-membro o comprometimento em assegurar uma política nacional de erradicação do trabalho infantil e em elevar, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.¹⁷⁵

Este é o núcleo fundamental da Convenção nº 138, a partir do qual todo o mais decorre. É ele que fixa os parâmetros de balizamento na definição da idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho, assentando-se em três pontos fundamentais: a) política nacional de abolição do trabalho infantil; b) elevação (e fixação) progressiva da idade mínima; c) garantia ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.

Em relação à política nacional de eliminação do trabalho infantil, o Brasil tem demonstrado um crescimento nos esforços relativos ao tema, em destaque a elaboração de documento pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

¹⁷⁴ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 341, de 27 de maio de 1999.*

¹⁷⁵ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 138.* Genebra: OIT, 1994. Art. 1º.

denominado “Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”.¹⁷⁶

Quanto ao critério de elevação progressiva da idade mínima do trabalho, o próprio processo histórico-legislativo brasileiro é suficiente para demonstrar que a preocupação com a elevação destes limites esteve sempre presente, culminando com a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

No entanto, a riqueza da Convenção nº 138 não se esgota na elevação progressiva dos limites de idade mínima para o trabalho, vai mais além, ao vincular a elevação a limites às necessidades de pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, e também, a garantia de acesso ao ensino público e gratuito.

Nesse sentido, é imperioso resgatar os elementos do art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, que em essência demonstra como as políticas nacionais, já estão sendo direcionadas para o mandamento do art. 1º da convenção, necessitando, contudo, o aperfeiçoamento das políticas públicas em busca da efetividade dos direitos de crianças e adolescentes, que a partir do compromisso do governo e da sociedade civil poderão ser devidamente implementadas de modo eficaz.

Cabe, ainda, registrar algumas diretrizes propostas na Recomendação nº 146, complementar à Convenção nº 138, tais como:

“a) o firme compromisso nacional com o pleno emprego, a promoção do desenvolvimento voltado para o emprego rural e urbano; b) a extensão progressiva de medidas econômicas e sociais destinadas a atenuar a pobreza; c) a garantia de padrões de vida e renda às famílias para que se torne desnecessário o recurso à atividade econômica das crianças; e) o desenvolvimento e a progressiva extensão, sem qualquer discriminação, de medidas de seguridade social e de bem-estar familiar destinadas a garantir a manutenção da criança, instituindo, inclusive os diversos tipos de abonos de família; f) o

¹⁷⁶ BRASIL. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil*. Brasília: FNPETI, OIT, UNICEF, 2000.

desenvolvimento e a progressiva extensão de meios adequados de ensino, de orientação e formação profissional adequadas, na sua forma e conteúdo, às necessidades das crianças e adolescentes; g) o desenvolvimento e a progressiva extensão de meios apropriados à proteção e ao bem-estar de crianças e adolescentes, inclusive dos adolescentes empregados, e à promoção do seu desenvolvimento. Destaca-se, ~~a~~ ^{ainda,} a importância da garantia e obrigatoriedade da frequência escolar em tempo integral e a participação em programas de orientação profissional ou de formação, ao menos até a idade mínima para o trabalho, estabelecida nas leis.”¹⁷⁷

Cabe salientar que na formulação das políticas públicas, crianças e adolescentes devem ser considerados como portadores de uma universalidade de direitos que promovam o desenvolvimento em condições de igualdade, superando-se, assim, as políticas de caráter meramente assistencialista destinadas a apenas uma parcela estigmatizada/marginalizada da população que, até então, poucos resultados positivos trouxeram. Deve ser dada atenção especial, a uma formação isenta de riscos, pois se a lei proíbe o trabalho em tais atividades - perigosas, insalubres, penosas - igualmente proíbe a realização de formação profissional nessas condições.

Para a efetiva aplicação da Convenção nº 138 devem ser tomadas medidas para: o fortalecimento da fiscalização do trabalho, inclusive com a formação de fiscais para a detecção e correção nos abusos cometidos no emprego de crianças e adolescentes; o fortalecimento de serviços para a melhoria dos treinamentos realizados em empresas e a sua fiscalização; o destaque ao papel que pode ser desempenhado pelos fiscais no fornecimento de informações e no assessoramento para a aplicação das disposições da convenção; a coordenação entre as fiscalizações no trabalho e em treinamento realizados em empresas, devendo o poder público articular as ações e políticas voltadas para a educação, a formação, o bem-estar e orientação de crianças e adolescentes.

¹⁷⁷ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Recomendação nº 146, Cit., Item 2.*

As convenções internacionais voltadas para a promoção social encontram parâmetros de legitimidade exatamente no momento em que procuram estabelecer mecanismos para a melhoria do desenvolvimento humano, mediante a garantia de direitos que promovam a proteção integral de todos os seres humanos.

Portanto, um dos princípios elementares das convenções internacionais, em especial aquelas voltadas aos direitos humanos, encontra sustentação na progressividade e aperfeiçoamento das medidas atinentes à proteção humana. Assim, na interpretação das convenções deve ser considerada, necessariamente, a perspectiva de ampliação no espectro de abrangência da proteção humana, nunca o contrário.

A Convenção nº 182 traz a integração da concepção de piores formas de trabalho infantil que deve ter um significado na ampliação da proteção das crianças e adolescentes e, ainda, servir como suporte para uma maior facilidade quanto à realização de direitos.

A aplicação e a interpretação da Convenção nº 182 devem estar profundamente articuladas com os princípios da Doutrina da Proteção Integral elencados na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, pois são normas de proteção complementares.

A Convenção nº 182, articulada com a Convenção nº 138, veio possibilitar novos instrumentos para a eliminação do trabalho precoce. No entendimento de *OLIVEIRA*,

“...seria muita ingenuidade em pensar que tudo se resolve única e isoladamente com a fiscalização, pois comportamentos e mitos profundamente enraizados na cultura da sociedade não se eliminam apenas com autuações e multas. Para obter sucesso, a fiscalização do trabalho tem que se aliar com outras entidades, especialmente os conselhos tutelares, com o Ministério Público, com os juizados da infância e da adolescência, com os sindicatos dos empregadores e dos empregados e com organizações não-governamentais, sobretudo as que têm atuação destacada em defesa da criança e do adolescente. Experiências bem sucedidas têm demonstrado que tudo isso pode ser feito sem abrir mão da

autoridade e da imparcialidade de que os agentes da inspeção do trabalho estão investidos para fiscalizar.”¹⁷⁸

A Convenção nº 138 exige que, mediante a ratificação, os países deverão especificar em declaração anexa uma idade mínima para admissão a emprego ou trabalho, envolvendo inclusive os meios de transporte registrados no território, de acordo com o art. 2º, item 1, tarefa realizada por meio de declaração do previsão da idade mínima básica para o trabalho.

Uma segunda norma de aplicabilidade necessária consiste no art. 2º, item 3, que exige a fixação da idade mínima num limite superior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos.

Desse modo, a Convenção nº 138 estabelece dois critérios de exigência quanto à idade mínima para o trabalho: que não seja inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou, em qualquer hipótese, inferior a quinze anos. A finalidade desse dispositivo destina-se à fixação de limites mais elevados de idade mínima para o trabalho, estabelecendo-se o patamar mínimo em quinze anos.

Portanto, a norma convencional coaduna-se com a ordem constitucional brasileira, pois em razão do art. 208, I, da Constituição da República Federativa do Brasil, o término da escolaridade obrigatória é o referente ao ensino fundamental, o que em condições normais ocorre aos quatorze anos.

Sendo o limite de idade mínima estabelecido, por força do já citado art. 7º, XXXIII, em dezesseis anos, compreende-se este limite, denominado básico, como o referencial a se fixar como o limite de idade mínima para o trabalho, não existindo contradição entre o dispositivo constitucional e a Convenção, pois as duas previsões se complementam, eis que o limite fixado pela Constituição brasileira é superior ao estabelecido na Convenção.

¹⁷⁸ OLIVEIRA, João Ferreira de. *Op. Cit.* p. 04 .

A Convenção nº 138 situa-se, também, como norma de aplicabilidade necessária e refere-se ao limite de idade mínima superior, estabelecendo que não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias de execução, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem, conforme está disposto no art. 3º, item 1.

O referido artigo, ao estabelecer o limite de idade mínima de 18 (dezoito) anos para qualquer emprego ou trabalho que possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem, encontra perfeita harmonia com o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, quando esta preceitua a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos.

Por sua vez, o artigo 6º da Convenção especifica regras de inaplicabilidade dos limites de idade mínima (básico e superior) para os trabalhos realizados em regime de aprendizagem e orientação vocacional desde que realizados com maiores de quatorze anos, após consulta às organizações de empregadores e trabalhadores, estando, assim, em perfeita consonância com o limite estabelecido no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que permite a aprendizagem a partir dos quatorze anos de idade.

A previsão do artigo 9º e dos seguintes classifica-os como normas de aplicabilidade necessária, pois tratam das medidas que deverão ser tomadas para a garantia da efetiva vigência das disposições da Convenção, da revisão de diversas Convenções anteriores sobre o tema, das obrigações dos países-membros e da entrada em vigor da Convenção, já ocorrida em 19 de junho de 1976.

A Convenção nº 138 incorporou, como já foi dito, uma série de normas de caráter flexível, com vistas à ratificação do tratado por um maior número de países. Tais normas não exigem sua aplicabilidade, mas os países cujas condições de desenvolvimento educacional e econômico não estiverem suficientemente desenvolvidos, poderão utilizá-las por determinado

prazo e mediante condições específicas, devendo haver o compromisso de adaptar-se às regras gerais dentro de determinado período temporal.

Por força das alterações constitucionais ocorridas com a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, atualmente o Brasil não mais precisa, de modo geral, fazer uso dessas prerrogativas, uma vez que os parâmetros de idade mínima para o trabalho estão em condições superiores às exigidas pela convenção.

Nesse contexto, insere-se o art. 2º, 4, que permite ao país-membro, cuja economia e condições do ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, mediante a consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, definir, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos.

No mesmo sentido, estabelece o art. 2º, 5, deverá todo país-membro que definir uma idade mínima de quatorze anos, incluir em seus relatórios a serem apresentados sobre a aplicação da Convenção, que subsistem os motivos da providência ou que renuncia ao direito de se valer da disposição a partir de uma determinada data.

Importa registrar que, após a elevação dos limites de idade mínima para o trabalho, promovida pela Emenda Constitucional nº 20, não se faz mais necessário o uso da prerrogativa prevista nesse artigo e que possibilita a adoção de um limite de idade mínima de quatorze anos.

No mesmo diapasão, apresenta-se o artigo 3º, 3, como norma de caráter flexível ao estabelecer que poderão as leis, os regulamentos nacionais ou as autoridade competentes, mediante consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, autorizar emprego ou trabalho a partir da idade de dezesseis anos, desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a segurança e a moral dos jovens envolvidos e lhes seja proporcionada instrução ou formação adequada e específica no setor da atividade pertinente.

Tal norma reflete essa característica importante da Convenção 138 que é a sua flexibilidade, de modo a permitir que os países-membros se adaptem aos seus comandos. Quando a convenção utiliza-se do verbo “poder” abre ao país-membro uma faculdade que pode ou não ser aproveitada, não se tratando, assim, de uma obrigatoriedade. Dessa forma, estabelece a possibilidade de, progressivamente, e conforme a necessidade de cada país-membro, autorizar o trabalho perigoso ou insalubre a partir de 16 dezesesseis anos em determinadas atividades. Para o Brasil, tal necessidade de redução não mais se faz presente, eis que a própria constituição estabeleceu em dezoito anos a idade mínima para trabalhos insalubres ou perigosos, sendo desnecessário o uso da prerrogativa.

Quando o artigo 4º, 1, fixa que a autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, poderá, na medida do necessário, excluir da aplicação desta Convenção um limitado número de categorias de emprego ou trabalho, a respeito das quais se levantarem reais e especiais problemas de aplicação, apresenta mais um dispositivo de caráter flexível, que faculta sua adoção se realmente existirem problemas especiais de aplicação da Convenção em determinados setores da atividade econômica, não sendo necessário o Brasil valer-se desta disposição, eis que ausentes os reais e especiais problemas de aplicação.

No mesmo sentido, apresentam-se as disposições constantes nos arts. 4º, 2, 3, e 5º que se caracterizando como normas flexíveis representam faculdades que podem ou não serem adotadas pelos países-membros da Organização Internacional do Trabalho conforme suas conveniências e oportunidades. Não se fazendo necessário o uso dessas prerrogativas de limitação de alcance da Convenção previstas nesse artigo em face da determinação constitucional brasileira de limites de idade mínima, que não permitem a diferenciação por setores de atividade econômica e apenas por condições de segurança, saúde e moralidade do trabalho. E apresentam-se mais abrangentes que as exigências mínimas da Convenção.

É oportuno ressaltar a norma prevista no artigo 7º, 1, que permite a leis e regulamentos nacionais a autorização de serviços leves a partir dos treze anos de idade, desde que não prejudiquem a saúde e o desenvolvimento, bem como a frequência escolar. Esta norma insere-se, sem dúvida alguma, dentro do caráter flexível da Convenção nº 138. É de se ver que, existindo norma constitucional que disponha expressamente sobre o tema, com a definição precisa de seus contornos, tal faculdade não se fará necessária, mantendo-se os atuais níveis de idade.

Por sua vez, reveste-se de extrema importância a previsão do art. 7º, 2, ao estabelecer que as leis ou regulamentos nacionais poderão permitir emprego ou trabalho a pessoas que não tenham ainda concluído a escolaridade obrigatória, mas que já superaram o limite de idade mínima básica. Portanto, o disposto neste art. 7º, parágrafo 2º, permite a flexibilização do critério de conclusão de escolaridade obrigatória, quando ultrapassado o limite de idade mínima básico, no caso do Brasil, 16 anos, para que a possibilidade de atraso escolar não seja impedimento para a aquisição da capacidade jurídica para o trabalho, não apresentando, qualquer contradição com o texto constitucional, devendo, no entanto, a autoridade competente definir atividades em que o emprego ou trabalho poderão ser permitidos e ainda o número de horas e as condições que serão desempenhadas.

Em relação à Recomendação nº 146, digno de registro é o preâmbulo sobre Convenções e Recomendações, editados pela Organização Internacional do Trabalho, pois esclarece que “a Recomendação, por sua vez, embora não imponha obrigações, complementa a Convenção e, como expressa o próprio termo, recomenda medidas e oferece diretrizes com vistas à viabilização da implementação, por leis e práticas nacionais, das disposições da Convenção.”¹⁷⁹

¹⁷⁹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 138, Cit., Preâmbulo.*

Por sua vez, a Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho trouxe em seu núcleo a definição de políticas nacionais de abolição do trabalho infantil, a elevação (e fixação) progressiva da idade mínima e a garantia ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.

Estando o Brasil firme nos mesmos propósitos através de sucessivas e constantes atualizações de sua legislação e nas ações promovidas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em conjunto com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, que apoiaram a decisão favorável à necessidade histórica de ratificação da Convenção nº 138, que muito poderá contribuir com a erradicação do trabalho precoce no Brasil.

Esgotados os principais pontos da Convenção nº 138, resta uma análise da Recomendação nº 146, editada conjuntamente com a respectiva Convenção, que embora esta não imponha obrigações, recomenda medidas e oferece diretrizes com vistas a implementação por leis e práticas nacionais das disposições das Convenções.

A análise e o estudo da Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho ganham relevância no exato momento em que o país passa a implementar a Convenção nº 138. A importância da recomendação eleva-se, pois as suas diretrizes fornecem subsídios concretos para a efetividade das políticas indispensáveis à erradicação do trabalho precoce e a conseqüente proteção dos direitos das crianças e adolescentes. /

A Recomendação nº 146 parte do pressuposto de que a efetiva abolição do trabalho infantil e a progressiva elevação da idade mínima para admissão em emprego constituem apenas um aspecto de proteção e do progresso de crianças e adolescentes. Indica, portanto, a necessidade de articulação das diversas políticas públicas, em especial aquelas que visam efetivar os direitos infanto-juvenis.

Destacou-se como um dos pontos fundamentais da Convenção nº 138 a formulação de uma política nacional de combate ao trabalho infantil. Nesse âmbito, a Recomendação nº 146 salienta que deve ser conferida destacada prioridade “à identificação e ao atendimento das necessidades de crianças e adolescentes na política em programas nacionais de desenvolvimento e à progressiva extensão das medidas correlacionadas para criar as melhores condições possíveis para o desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes”

A Recomendação nº 146 indica algumas medidas exigidas para a efetivação desses direitos, tais como: o firme compromisso nacional com o pleno emprego, a promoção do desenvolvimento voltado para o emprego rural e urbano; a extensão progressiva de medidas econômicas e sociais destinadas a atenuar a pobreza; a garantia de padrões de vida e renda às famílias para que se torne desnecessário o recurso à atividade econômica das crianças; o desenvolvimento e a progressiva extensão, sem qualquer discriminação, de medidas de seguridade social e de bem-estar familiar destinadas a garantir a manutenção da criança, instituindo, inclusive, os diversos tipos de abonos de família; o desenvolvimento e a progressiva extensão de meios adequados de ensino, de orientação e formação profissional adequadas, na sua forma e conteúdo, às necessidades das crianças e adolescentes; o desenvolvimento e a progressiva extensão de meios apropriados à proteção e ao bem-estar de crianças e adolescentes, inclusive dos adolescentes empregados, e à promoção do seu desenvolvimento, de acordo com o item 1 da referida Recomendação.

Destaca, em seu item 4, a importância da garantia e obrigatoriedade da frequência escolar em tempo integral e a participação em programas de orientação profissional ou de formação, ao menos até a idade mínima para o trabalho estabelecida nas leis.

A Recomendação nº 146 estabelece no item 3 que

“devem ser objeto de especial atenção as necessidades de crianças e adolescentes sem família ou que não vivam com suas próprias famílias, e de crianças e adolescentes migrantes que

vivem e viajam com suas famílias. As medidas tomadas nesse sentido devem incluir a concessão de bolsas de estudo e formação profissional.”

Ressalta-se que, na aplicabilidade deste dispositivo da recomendação, deve-se considerar especialmente os princípios da Doutrina da Proteção Integral, abstendo-se da realização de políticas sociais discriminatórias.

Em relação às medidas necessárias para a implementação dos limites de idade mínima para o trabalho, a Recomendação nº 146 pouco avança, restringindo-se, apenas, a recomendar medidas aos países que optarem pela adoção das normas de caráter flexível.

No tocante aos trabalhos perigosos, a Recomendação destaca duas medidas relevantes:

- o reexame periódico da lista dos tipos de emprego ou trabalho perigosos, considerando-se em particular os progressos científicos e tecnológicos; segundo o item 10, 2, e também a consideração das normas internacionais do trabalho referentes a substâncias, agentes ou processos perigosos, envolvendo as radiações ionizantes, o levantamento de cargas pesadas e o trabalho subterrâneo, conforme o item 10, 1.

Em relação às condições de emprego, no caso do Brasil, de adolescentes, a Recomendação indica no item 12, (1) que: devem ser tomadas medidas para que sejam asseguradas condições de trabalho satisfatórias, que sejam mantidas estas condições e, ainda, realize-se um rígido controle.

Também recomenda o item 12 que devem ser tomadas medidas para proteger e fiscalizar as condições em que são fornecidos orientação profissional ou treinamento dentro das empresas, instituições de formação e escolas de ensino profissional ou técnico, estabelecendo-se padrões para a sua proteção e desenvolvimento.

Em relação às condições de emprego, destaque especial é destinado pelo item 13, 1:

“a) ao provimento de uma justa remuneração, e sua proteção, tendo em vista o princípio do salário igual para trabalho igual; b) à rigorosa limitação das horas diárias e semanais de trabalho, e à proibição de horas extras, de modo a deixar tempo suficiente para a educação e formação (inclusive o tempo necessário para os deveres de casa), para o repouso durante o dia e para atividades de lazer; c) à concessão, sem possibilidade de exceção, salvo em situação de real emergência, de um período consecutivo mínimo de doze horas de repouso noturno, e de costumeiros dias de repouso semanal; d) à concessão de férias anuais remuneradas de pelo menos quatro semanas e, em qualquer hipótese, não mais curtas do que as concedidas aos adultos; e) à cobertura de planos de seguridade social, inclusive de acidentes de trabalho, assistência médica e planos de auxílio-doença, quaisquer que sejam as condições de emprego ou de trabalho; f) à manutenção de padrões satisfatórios de segurança e saúde e de instrução e controle adequados.”

Para a garantia da aplicação da Convenção nº 138 devem ser tomadas medidas para: o fortalecimento da fiscalização do trabalho, inclusive com a formação de fiscais para a detecção e correção nos abusos cometidos no emprego de crianças e adolescentes (item 14, 1, a); o fortalecimento de serviços para a melhoria dos treinamentos realizados em empresas e a sua fiscalização (item 14, 1, b); o destaque ao papel que pode ser desempenhado pelos fiscais no fornecimento de informações e no assessoramento para a aplicação das disposições da convenção (item 14, 2); a coordenação entre as fiscalizações no trabalho e em treinamento realizados pelas empresas, devendo o poder público articular as ações e políticas voltadas para a educação, a formação, o bem-estar e orientação de crianças e adolescentes (item 14, 3).

A Recomendação nº 146 propõe que especial atenção seja dispensada: à aplicação de disposições referentes a emprego em tipos perigosos; à proibição de emprego e trabalho de crianças e adolescentes durante as horas de aula, enquanto forem obrigatórios o treinamento e a educação. Disposições estas já completamente incorporadas pela legislação pátria, nos artigos 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Recomendação nº 146 destaca, no item 16, a e b, a necessidade de adoção de medidas facilitadoras para a verificação das idades mediante a manutenção de registros públicos de nascimento, que inclua a emissão de certidões; a obrigatoriedade dos empregadores manterem registros e documentos com indicação de nomes e idades à disposição das autoridades competentes, incluindo o registro referente aos adolescentes que desenvolvem atividades de formação profissional.

Por fim, indica, em seu item 16, c, que medidas especiais devem ser tomadas para a verificação de idade de “crianças e adolescentes que trabalham nas ruas, em bancas, em lugares públicos, no comércio ambulante ou em outras circunstâncias que torne impraticável a verificação de registros de empregadores.” Sugerindo a criação de licença especial que ateste a aptidão para o trabalho.

Outro aspecto importante refere-se à Convenção nº 182, da Organização Internacional do Trabalho, sobre piores formas de trabalho infantil e ações para a sua eliminação. O aspecto mais relevante localiza-se na definição das “piores formas de trabalho infantil”. A adoção desta expressão resultou em muita discussão e debate, principalmente, por parte de organizações da sociedade civil, a partir do entendimento de que não existem formas piores de trabalho infantil, pois todas as formas são igualmente prejudiciais ao desenvolvimento das crianças. No entanto, a expressão não pretende dar margem a possíveis indicações de qualquer forma de trabalho infantil que seja melhor, mas estabelecer prioridades de ação para aquelas formas que exigem uma ação enérgica e imediata, pois se estas não forem tomadas poderiam provocar prejuízos irreversíveis ao desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Torna-se importante destacar que as ações e prioridades voltadas para as chamadas piores formas de trabalho infantil não excluem a necessidade, também prioritária, de eliminação de toda e qualquer forma de trabalho infantil que prejudique o desenvolvimento físico, psicológico e biológico de crianças.

Deve-se destacar que a adoção da Convenção 182 não substitui a Convenção nº 138, por se entender esta última como norma fundamental da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe de instrumentos para a efetiva abolição do trabalho infantil.

A abolição das piores formas de trabalho infantil deve levar em conta a importância da educação fundamental e gratuita e a necessidade de promover a reabilitação e integração social das crianças, atendendo-se ao mesmo tempo, às necessidades econômicas e sociais das famílias.

Para tratar da questão, o Ministério do Trabalho e Emprego constituiu Comissão Tripartite, nos seguintes termos: “competete à Comissão definir a lista dos tipos de trabalho considerados como piores formas de trabalho infantil, encaminhando suas conclusões, no prazo de sessenta dias a partir de sua constituição, para apreciação do Ministro do Trabalho e Emprego.”¹⁸⁰

A integração da concepção das piores formas de trabalho infantil pressupõe o estabelecimento dos princípios sob os quais devem estar assentados os novos conceitos, bem como, a sua inter-relação com os demais institutos jurídicos. Não se reinventa o direito na adoção de cada nova normativa internacional, apenas se incorpora ao ordenamento mediante a submissão aos princípios e normativas gerais, fazendo-se a sistematização e correlação com o sistema jurídico existente. O conhecimento e a delimitação dos princípios norteadores de qualquer sistema jurídico torna-se fundamental para a compreensão adequada da nova dimensão proporcionada pelas diretivas internacionais. Portanto, faz-se necessário a análise destes princípios para a compreensão do tema.

A Convenção nº 182 dispõe em seu preâmbulo que se trata de uma convenção complementar à Convenção nº 138. Assim, o princípio previsto na Convenção nº 138 da “elevação progressiva dos limites de idade mínima para o trabalho” deve ser o norte na

¹⁸⁰ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 143, Cit. art. 2º.*

formulação das diretrizes e ações políticas. Em segundo lugar, a política nacional de combate ao trabalho infantil é um compromisso que os governos assumem com a adoção da Convenção nº 138, devendo esta ser direcionada para toda e qualquer forma de trabalho infantil, realizada abaixo dos limites de idade mínima para o trabalho.

Nesse contexto, a Convenção nº 182 vem estabelecer algumas prioridades de ações que deverão estar inseridas nos programas de combate ao trabalho infantil. Jamais as piores formas de trabalho infantil devem ser o único referencial para a formulação dos programas, pois sendo assim, estaria adotando-se apenas a Convenção complementar e excluindo-se a geral. Aplicar o complemento do que não existe é promover a inversão das prioridades. Não mais se pode admitir que o Brasil paute suas em políticas compensatórias e isoladas, que normalmente custam muito caro e poucos resultados apresentam.

A aplicação e a interpretação da Convenção nº 182 devem estar profundamente articuladas com os princípios da Doutrina da Proteção Integral elencados na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho. De outro modo, estar-se-á correndo o risco na concentração de esforços para o ressurgimento da Doutrina da Situação Irregular, já por muitos anos implementada no Brasil, da qual os prejuízos provocados ainda hoje se fazem sentir por toda a sociedade.

Assim como a Convenção nº 138, a Convenção 182 foi editada com o objetivo de estabelecer limites abrangentes que pudessem ser adotados pelo maior número de países-membros da Organização Internacional do Trabalho. Essa flexibilidade ocorre porque, em decorrência do avanço e aperfeiçoamento já alcançado no ordenamento jurídico de alguns países, como é o caso do Brasil, em muitos momentos são encontradas diretrizes nas convenções internacionais que já foram adotadas ou seus patamares mínimos superados anteriormente pelos países signatários. Como uma convenção consiste num instrumento

genérico, deve ser capaz de atender às diversidades encontradas nas mais variadas regiões do planeta, em muitas situações, com a adoção de uma convenção internacional, poderia se ter a impressão de que a convenção estaria significando ou provocando um retrocesso na legislação protetiva, conquistada a duras lutas pela sociedade. Entretanto, realizando-se uma análise profunda sobre a questão, não é isso o que acontece.

Ao adotar uma convenção internacional, o país está aceitando as normas e disposições que ampliem o âmbito de abrangência da proteção, no caso da infância e adolescência, principalmente, em razão da superioridade dos princípios estabelecidos na Doutrina da Proteção Integral. Seria um contra-senso a adoção de uma convenção internacional que significasse um prejuízo ao desenvolvimento, conquista e realização de direitos num determinado país. Daí a importância dos princípios na interpretação e implementação das convenções. São os princípios que estabelecerão o norte para a integração das disposições convencionais no ordenamento jurídico.

A Convenção nº 182 tratou de definir, no seu art. 3º, qual o entendimento a ser dado às piores formas de trabalho infantil, entendidas como:

“a) todas as formas de escravidão ou prática análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida ou servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados b) os trabalhos subterrâneos, debaixo d’água, em altura perigosas ou em espaços confinados; c) os trabalhos com máquinas, equipamentos e instrumentos perigosos ou que envolvam manejo ou transporte manual de cargas pesadas; d) os trabalhos em ambiente insalubre que possam, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processamentos perigosos, ou a temperaturas ou a níveis de barulho ou vibrações prejudiciais a sua saúde; e) os trabalhos em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas horas ou noturno, ou trabalho em que a criança é injustificadamente confinada às dependências do empregador.”

Especialmente nos últimos dois anos houve no Brasil um profundo debate sobre as chamadas formas intoleráveis de trabalho infantil, chegando-se ao consenso de que toda forma de trabalho infantil é intolerável. Por outro lado, ampliou-se o conhecimento relativo às piores formas de trabalho infantil. Nesse processo alguns consensos foram estabelecidos, como o reconhecimento de que todas as formas de escravidão ou práticas análogas são consideradas como piores formas de trabalho infantil.

A Convenção nº 182 fez questão de exemplificar algumas formas características, mas não exaustivas para referenciar que tipo de trabalho se pretende abordar. Embora a Convenção sobre Trabalho Forçado, de 1930, e a Convenção Suplementar das Nações Unidas sobre Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e de Instituições e Práticas Similares à Escravidão, de 1956, já tenham tratado do assunto, a Convenção nº 182 ressaltou sua importância ao apresentar referência a este tipo de trabalho ou exploração.

Todas as formas de exploração sexual podem ser enquadradas como piores formas de trabalho infantil. Mesmo estando a exploração sexual num âmbito que nem sempre pode ser perfeitamente caracterizada como trabalho, mas realmente como exploração, o destaque da Convenção nº 182, conferido para a utilização, procura e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos, tem sua importância especialmente com o aumento desse tipo de exploração, notadamente em redes como a internet. Nada mais são do que trabalhos não apenas prejudiciais ao desenvolvimento, como também, à moralidade.

Considera-se, também, como piores formas de trabalho infantil, todas as atividades consideradas ilícitas pela legislação penal. E, ainda, todos os trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança, podem ser considerados como piores formas de trabalho infantil. Refere-se a Convenção aos trabalhos insalubres, perigosos e, mais uma vez,

prejudiciais à moralidade, ampliando, dessa forma, a abrangência na classificação das piores formas de trabalho infantil, incorporando, assim, os princípios norteadores da Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas.

A Recomendação nº 190, da Organização Internacional do Trabalho, que acompanha a convenção em análise, destaca atenção especial aos trabalhos que expõem as crianças a abusos físico, psicológico ou sexual; os trabalhos subterrâneos, debaixo d'água, em alturas perigosas ou em espaços confinados; os trabalhos com máquinas, equipamentos e instrumentos perigosos ou que envolvam o manejo ou transporte manual de cargas pesadas; os trabalhos em ambiente insalubre que possam, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processamentos perigosos, ou a temperaturas ou a níveis de barulho ou vibrações prejudiciais a sua saúde; e os trabalhos em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas horas ou noturno, ou trabalho em que a criança é injustificadamente confinada às dependências do empregador.

A Comissão Tripartite, que analisou a Convenção nº 182, adotou a posição do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil ao reconhecer que o conceito de piores formas de trabalho infantil aplica-se no Brasil especialmente aos adolescentes com idade entre 16 e 18 anos incompletos. Subverter este referencial pode colocar em risco a legitimidade da própria Comissão Tripartite, uma vez que não encontrará respaldo no conjunto organizado da sociedade civil e, também, dos setores governamentais nos três níveis, que têm atuado perante o tema.

A definição dos tipos de trabalho considerados como piores formas de trabalho infantil foi tarefa de grande responsabilidade, pois havia a preocupação de ser excluída alguma atividade relevante. Por isso, na formulação da lista incluiu-se o maior número de atividades conhecidas atualmente como prejudiciais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes,

fundamentadas nas normas de segurança e medicina do trabalho, em especial a experiência acumulada pelos Auditores Fiscais em suas atividades cotidianas.

As Convenções da Organização Internacional do Trabalho relativas ao trabalho da criança e do adolescente vêm consolidar o arcabouço jurídico sobre o trabalho precoce no Brasil, disponibilizando, desse modo, instrumentos capazes de fortalecer o combate às piores e a todas as demais formas de trabalho precoce.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO PRECOCE

A construção de um conjunto de políticas públicas capazes de prevenir e erradicar do trabalho precoce na realidade brasileira está em construção. Podem ser destacados como protagonistas nesse processo a constituição dos Fóruns Nacional e Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, bem como a constituição de Diretrizes para uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, exigida pelo conjunto da sociedade brasileira e integrada no ordenamento jurídico a partir da ratificação das Convenções nºs 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho.

3.1 Os Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

A constatação das consequências do trabalho precoce, aliada aos novos conceitos vinculados à doutrina da proteção integral, previsto no art. 227, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como, o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos proporcionarão um novo olhar sobre a infância e adolescência brasileira, respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

É importante recordar que

“o trabalho infantil no Brasil, embora proibido, foi tolerado pelos governos e pela sociedade civil até meados da década de 80. As estratégias de atuação na área da infância e da adolescência se resumiam unicamente a treinar esses menores para atuação no mercado de trabalho ou a inserir jovens e crianças nos chamados “programas sociais” estes últimos administrados pelas áreas de assistência social dos estados e municípios. No início dos anos 90, dentro de uma nova conceituação, o objetivo das ações sofreu uma alteração profunda, passando a inserir a eliminação do trabalho infantil e do trabalhador adolescente num contexto mais amplo e passando a tratar o problema como uma questão de defesa dos direitos humanos.”¹⁸¹

A necessidade de uma maior mobilização social capaz de pressionar as diversas instituições em torno da prevenção e erradicação do trabalho precoce veio constituir um importante movimento social em defesa dos direitos da criança e do adolescente, consolidando a constituição do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

“Com o objetivo de reunir todos os níveis do poder público e da sociedade aos interessados neste tema, foi criado em novembro de 1994, com o apoio da OIT e do Unicef, o *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil*, um importante espaço aberto à discussão do problema e instrumento para a união e articulação de entidades não-governamentais e governamentais na busca do mesmo objetivo.”¹⁸²

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação Infantil passou a desenvolver suas atividades visando à concentração de esforços dos três níveis de governo e de organizações representativas da sociedade civil. “A atuação localizada desenvolvida pelo Fórum visa estimular a implementação de Ações Integradas, uma importante experiência de conjugação

¹⁸¹ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: ações e perspectivas*. Brasília: MTE, SSST, 1999. p. 06.

¹⁸² BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Idem*. p. 07.

de esforços de representantes de vários segmentos. As ações integradas têm produzido resultados concretos na retirada de crianças do trabalho.”¹⁸³

O desenvolvimento da metodologia de ações integradas proporcionou a mobilização das organizações locais para realizar um levantamento da situação do trabalho da criança e do adolescente, visando sensibilizar os participantes dos Fóruns e governos para a criação de Comissões e Fóruns Regionais, compostos por representantes da sociedade civil e do poder público.

Como primeira etapa desse trabalho foram constituídos, gradativamente, nos diversos estados da federação, Fóruns Estaduais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho que, de acordo com o Fórum Nacional, foram criados para atuarem como “instância aglutinadora e articuladora dos agentes sociais envolvidos em políticas e programas, que atuam na formulação de medidas que previnam e erradiquem o trabalho infantil no País.”¹⁸⁴

Como a metodologia de constituição dos Fóruns Estaduais resultou em intensa participação dos diversos segmentos do Estado e da sociedade civil, foi constituída uma Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil que passou a aglutinar diversas instituições de abrangência nacional e os respectivos Fóruns Estaduais.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil estabeleceu como metas “elaborar diagnóstico, contemplando dados qualitativos e quantitativos, com vistas a promover estudo de alternativas econômicas para cada região e promover o planejamento estratégico para identificar as propostas de projetos e atividades nos diferentes setores.”¹⁸⁵

A partir daí, passou a identificar a disponibilidade de recursos técnicos e financeiros dos membros do Fórum Nacional, do governo federal, estadual e municipal e de outras

¹⁸³ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *A metodologia das ações integradas*. Brasília: FNPETI, s.d., s.p.

¹⁸⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

entidades locais, para a implementação de projetos e atividades, elaborando documentos, consolidando as propostas identificadas pelas entidades locais.

Outrossim, procurou selecionar e detalhar, por setor, os projetos e atividades necessárias à execução das ações integradas. Para tanto, foram negociadas parcerias entre os participantes do Fórum Nacional com o governo federal, estadual e municipal com o fim de obter recursos para o financiamento dos projetos e definir mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Quando iniciou suas atividades, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, estabeleceu como objetivos:

“elaborar e socializar estratégias de atuação na prevenção e erradicação do trabalho infantil; mobilizar empregadores e empregados e suas respectivas associações para estabelecerem, por negociações coletivas, regras específicas que visem a eliminação do trabalho infantil; integrar esforços das diversas áreas na defesa dos direitos da criança e do adolescente.”¹⁸⁶

No entanto, fazia-se necessária uma política de informação e comunicação que fosse capaz de manter integradas as diversas instituições participantes e um fácil diálogo com a comunidade, por isso ficou estabelecido entre os objetivos:

“...influir nos meios de comunicação de massa como forma de sensibilizar a sociedade e as instâncias decisórias quanto ao problema do trabalho infantil; instalar e manter um banco de dados sobre o tema no Brasil, para divulgar informações a todas as pessoas envolvidas com a questão, com o objetivo de facilitar e orientar a implantação de políticas de erradicação do trabalho infantil em todo o país.”¹⁸⁷

¹⁸⁶ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: ações e perspectivas*. Brasília: MTE, SSST, 1999. p. 08.

¹⁸⁷ *Idem, Ibidem.*

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil é constituído por uma Coordenação Colegiada e as demais entidades participantes da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. A Coordenadoria Colegiada é composta pela Central Única dos Trabalhadores, Confederação Nacional da Agricultura, Ministério do Trabalho e Emprego, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e Ministério Público do Trabalho. O Fórum ainda conta com o apoio da Organização Internacional do Trabalho e o UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Em 1998, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil participou da criação, a partir da Campanha “Criança no Lixo, Nunca Mais”, do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, que tem por meta erradicar o trabalho infantil no lixo em todo o Brasil. A referida campanha

“é um apelo e um convite à sociedade brasileira para que não permita mais o uso da mão-de-obra de meninos e meninas nos lixões e na catação de lixo nas ruas. Um apelo, porque o Brasil precisa se indignar com essa situação desumana a que essas crianças estão sujeitas. Um convite, porque a tarefa de dar fim ao trabalho infantil no lixo é grande. Mas possível. Depende da participação de todos para garantir que essas crianças tenham acesso à educação de qualidade, a programas de nutrição e saúde, que participem de projetos de esporte e recreação. Que sejam, enfim, crianças com todos os seus direitos garantidos.”¹⁸⁸

Além das ações referentes ao Plano de Ações Integradas, formulado pelo Fórum Nacional, destaca-se como de extrema importância a elaboração do documento Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, resultado do trabalho conjunto com vinte e sete Fóruns Estaduais reunidos em Brasília no mês de julho de 2000.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil tem realizado reuniões itinerantes pelas diversas regiões do Brasil, como forma de aglutinar os agentes

¹⁸⁸ FÓRUM NACIONAL LIXO E CIDADANIA. *Criança no Lixo, Nunca Mais*. Brasília: FNLC, 1998.

responsáveis pela formulação e execução das políticas públicas de combate ao trabalho precoce, em torno de ações concretas.

3.2 As Diretrizes para uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil

As diretrizes para uma política nacional de combate ao trabalho infantil estabelecem que uma política pública capaz de erradicar o trabalho precoce, deve fundamentar-se em seis eixos básicos:

“1. integração e sistematização de dados sobre trabalho infantil; 2. análise do arcabouço jurídico relativo ao trabalho infantil; 3. promoção da articulação institucional quadripartite (governo, organizações de trabalhadores e de empregadores e organizações não-governamentais); 4. garantia da escola pública gratuita de qualidade para todas as crianças e adolescentes; 5. implementação dos efetivos de controle e fiscalização do trabalho infantil e; 6. melhoria da renda familiar e promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável.”¹⁸⁹

Como já foi apontado anteriormente, há grandes dificuldades de aferição precisa deste fenômeno multifacetário caracterizado como trabalho precoce. Ainda que um significativo número de pesquisas e estudos vem sendo realizado nos últimos anos, o Brasil carece de uma política de integração e sistematização dos dados sobre o trabalho precoce.

“É notório o fato de que muitas crianças e adolescentes trabalham em ocupações que não costumam aparecer nas estatísticas disponíveis, seja na agricultura, nos serviços domésticos ou no setor informal urbano. Com relação às atividades exercidas no âmbito familiar, identificadas em geral como não-remuneradas, também costumam haver imprecisões.”¹⁹⁰

¹⁸⁹ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional*, Cit. p. 09.

¹⁹⁰ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Idem*, p. 16.

A abrangência de pesquisas importantes como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas áreas rurais da Região Norte, também contribuem para o acirramento das desigualdades regionais, pois a ausência de dados tem provocado a dificuldade de proposição de alternativas ao trabalho precoce naquela região.

“Contudo, algumas tendências e mesmo dados estatísticos disponíveis fazem acreditar que o trabalho infantil no Brasil é um fenômeno que ainda não está se reduzindo. A utilização indevida do trabalho infantil continua sendo detectada pela mídia, pela fiscalização do trabalho e por outras organizações sociais, notadamente em função do crescente desemprego e da informalidade do trabalho, do aumento da precarização das relações de trabalho e das dificuldades de acesso aos bens e serviços sociais públicos por parte das populações mais pobres. Mas apenas números sobre crianças trabalhando por si só têm pouca utilidade prática.”¹⁹¹

Existem, também, poucos dados relativos aos impactos e resultados dos programas, projetos e ações desenvolvidas pelas diversas instituições, especialmente em relação à continuidade de tais experiências. É mister que as pesquisas sobre trabalho precoce procurem uma visão mais global e articulada com os diversos campos do saber.

Análises qualitativas sobre a dimensão do trabalho precoce, seus fatores determinantes e a correlação com o arcabouço jurídico e as políticas públicas desenvolvidas, ainda são muito raros. A inserção de critérios como etnia e gênero podem trazer respostas significativas para o enfrentamento do problema. As diretrizes recomendam que

“para a inserção das questões de gênero em políticas públicas, programas e iniciativas deve-se considerar: análise de gênero para identificar desigualdades entre homens e mulheres; ações específicas de gênero direcionadas a meninas ou mulheres, exclusivamente; ou homens exclusivamente, ou meninos,

¹⁹¹ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional*, Cit. p. 16.

meninas, mulheres e homens conjuntamente para rever e reavaliar as desigualdades e discriminação de gênero; iniciar um processo de mudança institucional – incorporação das questões de gênero ao planejamento, programação, implementação, monitoramento e avaliação de todos os programas, projetos e iniciativas – e em processos institucionais; dar às meninas e mulheres a oportunidade de fazerem-se ouvir por meio de crescente participação em programas, organizações comunitárias e nos processos de decisão para garantir que seus interesses e perspectivas sejam considerados.”¹⁹²

Se um dos principais fatores determinantes do trabalho precoce reside na situação de pobreza familiar, nada mais adequado que as pesquisas identifiquem e analisem as atividades econômicas ou não-econômicas realizadas por crianças e adolescentes e a relação destas atividades com a cultura e a tradição familiar, como subsídio para a superação da reprodução do ciclo intergeracional de pobreza.

A sistematização e a integração de dados sobre o trabalho precoce requerem, portanto, a definição de conceitos e metodologias de pesquisa para a produção e melhoria dos dados e informações; o fortalecimento das instituições existentes, responsáveis pela realização de pesquisas primárias; a classificação dos fatores determinantes ou interferentes na realização do trabalho precoce, o estabelecimento de um sistema de monitoramento e avaliação.

Segundo as diretrizes,

“cabe à sociedade, portanto, cobrar do Estado (em todos os níveis) a função de produzir estatísticas primárias sobre o trabalho infantil, a partir de instituições especializadas existentes, em intervalos regulares, para atender às necessidades das organizações que atuam na prevenção e erradicação do trabalho infantil. A parceria com as universidades é fundamental.”¹⁹³

¹⁹² FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional*, Cit. p. 18.

¹⁹³ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Idem*. p. 20.

Uma política pública efetivamente comprometida com a prevenção e erradicação do trabalho precoce deve estar amparada num conjunto de dados suficientes para identificar a realidade social, econômica e cultural das crianças, adolescentes e famílias.

O segundo eixo, apontado nas Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional Combate ao Trabalho Infantil, consiste na análise do arcabouço jurídico relativo ao trabalho infantil. As recentes transformações no arcabouço jurídico trouxeram um novo patamar à questão que merece análise cuidadosa embasada nos princípios da doutrina da proteção integral.

O sistema de garantia de direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente constitui um poderoso instrumento de inclusão social. O desafio está colocado no reconhecimento social desses novos direitos e das estratégias necessárias a sua operacionalização.

De acordo com as diretrizes,

“o arcabouço jurídico disponível no Brasil, que trata do trabalho infantil, pode ser considerado de um grande pragmatismo, isto é, pode ser implementado sem grandes dificuldades pela forma como é proposto e atribui competências e responsabilidades aos diversos atores sociais e políticos que devem estar envolvidos de forma conjunta e integrada em sua proteção e erradicação.”¹⁹⁴

Nesse sentido, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e os Fóruns Estaduais têm prestado uma contribuição relevante ao promoverem um número crescente de seminários, colóquios, encontros para a discussão e esclarecimento de temas jurídicos voltados à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

No entanto, recomendam as diretrizes

¹⁹⁴ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional* Cit., p. 26-27.

“incrementar ações que criem esta compreensão dos direitos das crianças e dos adolescentes; divulgar a legislação relativa a estes direitos; aperfeiçoar continuamente a legislação existente em conformidade com o princípio constitucional da proteção integral, velar pela efetivação das normas de proteção da criança e do adolescente; identificar e denunciar os abusos que estão sendo cometidos, em atividades econômicas, por quem e em que intensidade, agir pedagogicamente para que normas de proteção sejam compreendidas em todas as suas dimensões.”¹⁹⁵

Chamar os diversos segmentos da sociedade e do Estado para assumirem um conjunto de responsabilidades compartilhadas, estabelecendo espaços de decisão democráticos e participativos, proporcionando o fortalecimento de todo o processo de formulação, execução e gestão das políticas públicas é o processo eficaz quando se pretende a garantia de direitos da criança e do adolescente.

A articulação interinstitucional quadripartite, considerada como terceiro eixo das diretrizes, visa promover esse processo. Tal articulação entre organizações de trabalhadores e de empregadores, do governo e de organizações da sociedade civil representa um instrumento de conscientização social, um espaço de reivindicação, de garantia da eficácia e efetividade das ações, de concentração e legitimação de esforços comuns, de superação de dificuldades e divergências por meio do trabalho coletivo e de sensibilização dos diversos setores sobre o problema.¹⁹⁶

Com base nas diretrizes,

“a articulação quadripartite, de instituições com forte poder de mobilização social e de conferir visibilidade às ações implementadas, constitui uma condição básica para a eliminação do problema do trabalho infantil no país, tendo em conta principalmente os inúmeros pactos já celebrados neste sentido. A articulação das diversas instituições em torno de um único

¹⁹⁵ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional* Cit., p. 28.

¹⁹⁶ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Idem*, p. 32.

pacto nacional é que pode configurar um movimento organizado em função de objetivos e metas comuns.”¹⁹⁷

A ampliação da articulação institucional requer a identificação e sensibilização das diversas instituições interessadas e capazes de contribuir para a efetiva eliminação do trabalho precoce.

(Evidentemente, existe um conjunto de políticas públicas básicas essenciais à realização dos direitos da criança e do adolescente. A garantia de uma escola pública de qualidade é apontada pelas diretrizes como uma ação central na erradicação do trabalho precoce.

A garantia de acesso igualitário entre meninas e meninos na escola, o fornecimento de condições de frequência, permanência e sucesso escolar são desafios colocados à escola pública brasileira. O Brasil permanece com um elevado índice de defasagem série/idade, e alta evasão escolar, especialmente das crianças e adolescentes trabalhadores, como se depreende na análise da dimensão do trabalho precoce.

Nesse sentido, as diretrizes registram que “esse déficit educacional é mais qualitativo do que quantitativo, no sentido de que a escola não consegue atender às reais necessidades das crianças e, muito menos, oferecer alguma perspectiva razoável de futuro.”¹⁹⁸

O fortalecimento de uma educação de qualidade, que tenha condições de contribuir com a erradicação do trabalho precoce, requer a “complementação da renda familiar (por meio de uma bolsa-escola, por exemplo); implantação e desenvolvimento de programas sócio-educativos no período complementar à escola.”¹⁹⁹

As diretrizes consideram ainda imprescindíveis algumas ações básicas, notadamente nas regiões que utilizam o trabalho precoce em larga escala.

¹⁹⁷ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional* Cit., p. 33.

¹⁹⁸ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Idem.* p. 32-3.

¹⁹⁹ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Idem.* p. 38.

“Revisão do modelo de escola multisseriada; garantia de pontualidade e qualidade da merenda escolar; melhoria dos programas de alfabetização de jovens e adultos; desenvolvimento de parcerias entre a escola e outras instituições visando programas educativos complementares à escola; necessidade de resolução dos problemas relativos à falta de creches e pré-escola; ampliação e melhoria da rede escolar instalada.”²⁰⁰

No tocante à melhoria da educação, deve-se dar especial atenção ao fornecimento de condições adequadas de frequência e estímulo à permanência na escola, tais como,

“criação de programas de aceleração da aprendizagem; formação continuada dos agentes educacionais e de melhoria dos seus salários; elaboração e implantação de projetos pedagógicos bem definidos e que melhorem o desempenho das crianças e adolescentes; oferta de material escolar, transporte e vestuário, considerados ‘custos ocultos’ e que representam fatores limitantes à permanência da criança e do adolescente na escola; apoio às famílias por meio de programas de orientação psicossocial, de melhoria da renda, de formação e qualificação profissional, de apoio técnico e com linhas de financiamento para alteração das bases produtivas onde as atividades econômicas perderam a rentabilidade e competitividade no mercado.”²⁰¹

Outro aspecto relevante demarcado pelas diretrizes está concentrado na implementação dos efetivos de controle e fiscalização. A articulação interinstitucional estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministérios Públicos Estaduais, tem representado um significativo impacto no afastamento do trabalho precoce.

Já em 1995, em função da gravidade do problema, o Governo brasileiro instituiu, mediante a participação de vários Ministérios, o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, tendo este grupo o objetivo de combater o trabalho forçado e o trabalho infantil, bem

²⁰⁰ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional* Cit., p. 39.

²⁰¹ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Idem.* p. 40.

como criou o Grupo Móvel de Fiscalização, coordenado pelo Ministério do Trabalho, com a finalidade de repressão ao trabalho infantil e forçado²⁰².

Posteriormente, o Ministério do Trabalho e Emprego criou no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho nos estados da federação, Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – GECTIPAS. Estes grupos, além da atividade de controle e fiscalização, têm realizado diagnósticos claros da situação da criança e do adolescente trabalhador nos diversos setores de atividade econômica, proporcionando uma maior atenção à formulação e execução das políticas públicas.

O Ministério Público do Trabalho, por sua vez, tem atuado junto aos sindicatos de trabalhadores e empregadores e firmado Termos de Ajustamento de Conduta, comprometendo o setor empresarial e suas respectivas cadeias produtivas a não utilizarem o trabalho de crianças e adolescentes em idade proibida, estabelecendo, inclusive, sanções pecuniárias em favor dos Fundos da Infância e da Adolescência em caso de descumprimento do termo.

O Conselho Tutelar como “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente...”, conforme garante o art. 131, da Lei 8.069/90, tem contribuído na fiscalização e erradicação do trabalho precoce. Nesse sentido, as diretrizes recomendam que os Conselhos Tutelares devem “ser criados em todos os municípios; ser capacitados para atuarem em relação às irregularidades no trabalho de crianças e adolescentes; ser instrumentalizados para promover estratégias e procedimentos para a punição, pelos órgãos competentes, dos infratores que utilizam o trabalho infantil.”²⁰³

²⁰² Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)*. Brasília: MTb/SEFIT, 1998, p. 07.

²⁰³ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional*. Cit., p. 45.

Combater o trabalho precoce não implica somente o mero afastamento da criança ou do adolescente do trabalho. Questionar o trabalho precoce, representa uma tentativa de superação do *status quo*. Se a pobreza familiar consiste no principal fator determinante do trabalho precoce, é imprescindível uma política pública comprometida com a melhoria da renda familiar e a promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Diante dessa preocupação, as diretrizes ressaltam que “...não se pode esperar muito mais tempo para oferecer e implementar alternativas de mudança das situações que provocam a pobreza das famílias e que impõem a ocorrência do trabalho infantil. A adoção de medidas imediatas e eficazes no atendimento às necessidades sociais básicas das famílias deve ter caráter de urgência.”²⁰⁴

Nas palavras de *LA ROCCA*, “...o Estatuto precisa se fazer acompanhar da criação, pelo Estado, de políticas ou programas sociais - sobretudo de emprego e salários, inclusive emergenciais - garantir às famílias de baixa renda as condições necessárias para manter as crianças e adolescentes na escola.”²⁰⁵

Deve ser garantida, também, a facilitação do acesso a fontes de financiamento, micro-crédito, crédito popular, fortalecendo a iniciativa e a constituição de novos empreendimentos como formas de geração de renda, que deveriam, alcançar, especialmente, as famílias mais vulnerabilizadas. A qualificação profissional articulada com o resgate do processo educacional fortalece a capacidade de desenvolvimento humano e superação das condições de diversidade atuais.

O acesso a terra e a valorização do trabalho no campo são reivindicações importantes que merecem ser atendidas. “A reforma agrária é um componente fundamental da estratégia

²⁰⁴ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional*. Cit., p. 51.

²⁰⁵ LA ROCCA, Cesare de Florio. Capítulo V - Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral e; MENDEZ, Emílio García. In: *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado - Comentários Jurídicos e Sociais*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996. p. 189.

de desenvolvimento rural e está intimamente ligada à política de redistribuição de terras e valorização do trabalho rural.”²⁰⁶

Recomenda-se, ainda,

“o fomento à criação e desenvolvimento de empreendimentos ou iniciativas de grupos de trabalhadores ou de comunidades, seja do mercado informal urbano, seja do meio rural, constitui um incentivo importante para a geração de empregos e de renda, quando orientados e estimulados ao melhor aproveitamento das novas oportunidades abertas no mercado.”²⁰⁷

Programas de renda mínima e bolsa-escola são iniciativas importantes e, segundo BUARQUE,

“...faz parte de uma idéia óbvia: se as crianças serão adultos pobres porque não estudam no presente, e se não estudam porque são pobres, a solução é quebrar o círculo vicioso da pobreza pagando às famílias pobres para que seus filhos estudem, no lugar de trabalharem. Paga-se um salário mensal a cada família, em troca de que todos os seus filhos estudem, no lugar de trabalharem. Paga-se um salário mensal a cada família, em troca de que todos os seus filhos estejam na escola e nenhum deles falte às aulas no mês. Com estas bolsas de estudos para as crianças pobres, é possível levá-las e mantê-las na escola. De certa maneira, utilizam-se a pobreza e a necessidade de renda para combater a pobreza, tendo as famílias como fiscais da frequência de seus filhos às aulas.”²⁰⁸

Os programas de transferência de renda para as famílias mais fragilizadas têm apresentado resultados positivos, seja através do Programa de Bolsa Escola ou do próprio Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Por fim, resta assinalar:

²⁰⁶ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional*. Cit. p. 54.

²⁰⁷ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Idem* p. 55.

²⁰⁸ BUARQUE, Cristovam. *A segunda abolição*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 59.

“esta nova maneira de olhar o desenvolvimento aponta para novos modelos de gestão e de institucionalização das políticas públicas e, conseqüentemente, de erradicação do trabalho infantil, que prioriza investimentos capazes de incrementar a economia local e melhorar a qualidade de vida das famílias, por meio de uma gestão participativa, reestruturando as bases produtivas, garantindo o direito de uso do solo.”²⁰⁹

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi uma resposta do Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), às necessidades apresentadas pela sociedade com vistas à erradicação do trabalho precoce.

O Programa focaliza a família mais vulnerabilizada pela pobreza e exclusão social e destina-se a crianças e adolescentes com idade entre 07 e 14 anos, submetidas ao trabalho insalubre, degradante, perigoso e ou penoso, ou seja, atende apenas as chamadas piores formas de trabalho infantil.

As crianças e adolescentes participantes do Programa devem freqüentar a escola e, no contraturno, ou seja, no horário oposto ao da escola, devem ser encaminhadas à Jornada Ampliada, que consiste em programa sócio-educativo em meio aberto. A Jornada Ampliada desenvolve atividades em dois núcleos, denominados básico e específico.

O núcleo básico busca o enriquecimento do universo informacional, cultural, lúdico, de crianças e adolescentes por meio de atividades complementares e articuladas entre si, destacando aquelas voltadas ao desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade, de habilidades para a vida, de trocas culturais e atividades lúdicas; apoio à criança e ao adolescente em seu processo de desenvolvimento, fortalecendo a auto-estima, em estreita relação com a família, a escola e a comunidade.

²⁰⁹ FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional*. Cit. p. 57.

O núcleo específico está voltado para o desenvolvimento de uma ou mais atividades artísticas, desportivas e de aprendizagem, tais como: atividades artísticas, em suas diferentes linguagens, que favoreçam a sociabilidade e preencham as necessidades de expressão e trocas culturais; práticas desportivas que favoreçam o autoconhecimento corporal, a convivência grupal e o acesso ao lúdico; atividades de apoio ao processo de aprendizagem por meio de reforço escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras; educação para a cidadania e os direitos humanos, educação ambiental e outros, de acordo com os interesses e as demandas, especificidades locais e capacidade técnico-profissional de cada município; ações de educação para a saúde, priorizando o acesso a informações sobre riscos do trabalho precoce, a sexualidade, gravidez na adolescência, uso de drogas, DST/AIDS, entre outros.

Apesar da riqueza desta experiência que está sendo implantada no Brasil, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ainda encontra como desafios: o atendimento de todo o tipo de trabalho precoce, bem como, a toda criança que esteja submetida a qualquer tipo de trabalho. Isto implica a responsabilidade dos governos em parceria com a sociedade civil, para que o país tenha condições de superar esta enorme chaga social.

Ainda, o referido Programa não deve ser executado como uma nova forma de institucionalização de crianças e adolescentes oriundos das famílias de baixa renda, uma vez que esta perspectiva constitui-se como discriminatória e excludente. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil deve estar orientado como um novo conjunto de oportunidades à criança e ao adolescente, privilegiando o direito à convivência familiar e comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, ainda que venha realizando um esforço significativo com vistas a abolir o trabalho precoce, apresenta um número de crianças e adolescentes trabalhadores muito elevado, especialmente em atividades domésticas e na informalidade. O número de crianças trabalhadoras com idades entre 05 e 09 anos também é expressivo e merece atenção das instituições.

As questões de raça e gênero fornecem elementos de reforço da discriminação que se refletem na dimensão do trabalho precoce, revelando a discriminação. O trabalho de crianças e adolescentes é realizado em todo o Brasil, destacando-se a Região Nordeste com o maior número de trabalhadores infanto-juvenis.

Especialmente em relação ao trabalho rural, a Região Sul apresenta características de acentuados índices de trabalho precoce, fortalecidos por questões culturais. No contexto geral, o trabalho de crianças e adolescentes tem diminuído com significativa intensidade em todo o Brasil.

As atividades realizadas por crianças e adolescente geralmente são muito precárias e mal remuneradas, pela acepção de que este trabalho é complementar ao do adulto, incidindo também na distribuição das ocupações, num processo de substituição da mão-de-obra adulta pela infanto-juvenil, contribuindo para a reprodução do ciclo intergeracional de pobreza.

O trabalho precoce tende a produzir um forte impacto na escolarização, provocando atraso escolar, infreqüência e, conseqüentemente, abandono escolar. Há um componente econômico contraposto à escolaridade, que passa a ter maior importância de acordo com a idade.

O trabalho precoce é determinado por um conjunto de fatores complexos que envolvem questões econômicas, familiares, culturais e educacionais. No entanto, o principal motivo para sua realização é a situação de pobreza e carência das famílias brasileiras. As conseqüências do trabalho precoce afetam diretamente o desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como, todo o tecido social no qual estes estão envolvidos.

No Brasil, os limites de idade mínima para o trabalho e as condições para o seu exercício estão fundamentados na doutrina da proteção integral e visam garantir o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. As Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho têm possibilitado novos instrumentos jurídico-político, que estão fortalecendo o combate ao trabalho precoce.

O país está caminhando num intenso e crescente processo de eliminação do trabalho precoce, no qual os Fóruns Nacional e Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil estão assumindo um papel de protagonista mas que ainda não é suficiente. A realidade brasileira está a exigir um compromisso maior dos governos, em parceria com a sociedade civil em ações viáveis e contínuas; somente assim haverá condições de superar esta enorme chaga social que é o trabalho precoce.

As diretrizes para uma política nacional de combate ao trabalho precoce estabeleceram critérios para ações eficazes diante do problema. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) tem sido um aliado importante neste processo, embora encontre limitações em razão do insuficiente número de crianças e adolescentes atendidos e por não contemplar todas as formas proibidas de trabalho precoce, mas apenas as piores formas de trabalho infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Kátia Magalhães. O trabalho de crianças no Brasil e o direito fundamental à infância. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago (Coord.). *Dos direitos humanos aos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

AZEVEDO, Magnólia Ribeiro de. *O dano moral: uma investigação sobre a violação dos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho*. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

BARROS, Ricardo Paes de, SANTOS, Eleonora Cruz, MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil. In: *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Relatório Síntese da Assembléia Ampliada sobre Trabalho Infanto-Juvenil do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)*. Brasília: CONANDA, 1996.

_____. Consolidação das Leis do Trabalho. *Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943*. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União nº 191 – A, de 5 de outubro de 1988. 21 ed., atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Decreto Legislativo nº 178, de 14 de setembro de 1999.

_____. *Decreto nº 3597, de 12 de setembro de 2000*.

_____. *Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002*.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)*. Brasília: MTb/SEFIT, 1998.

_____. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil*. Brasília: FNPETI, OIT, UNICEF, 2000.

_____. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. *Plano de Ação*. Brasília: mimeo, 1998.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Senado Federal: Brasília, 1996.

_____. *Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000*.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: ações e perspectivas*. Brasília: MTE, SSST, 1999.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 143, de 14 de março de 2000*.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 341, de 27 de maio de 1999*.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção no Trabalho. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador. *Nota Técnica à Portaria MTE/SIT/DSST Nº 06 de 18/02/2000*. Brasília: MTE, 2000.

BUARQUE, Cristovam. *A segunda abolição*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 0

CERVINI, Ruben, BURGER, Freda. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, Ayrton, CERVINI, Ruben (Org.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CRETELLA JR, José. *Comentários à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Forense, v. 1, 1993.

COLUCCI, Viviane. *A erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalho do adolescente*. Caderno 1. Florianópolis: Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho/SC, 1997.

_____. *Considerações sobre o Programa de Trabalho Educativo instituído pelo Município de Blumenau*. Florianópolis: mimeo, 1996.

_____. *Regulamentação ao art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Florianópolis: Ministério Público do Trabalho – 12ª Região/mimeo, 1996.

COMISSÃO PREPARATÓRIA PARA O TRIBUNAL INTERNACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL. *Relatório do Trabalho Infantil no Brasil*. s.l.: mimeo, 1999.

CURY, Munir, AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do, MENDEZ, Emílio Garcia. *Estatuto da Criança e do Adolescente, comentários jurídicos e sociais*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

FAUSTO, Ayrton, CERVINI, Ruben (Org.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. *A metodologia das ações integradas* Brasília: FNPETI, s.d., s. p.

FÓRUM NACIONAL LIXO E CIDADANIA. *Criança no Lixo, Nunca Mais*. Brasília: FNLC, 1998.

GUARESCHI, Pedrinho A. O “Programa do Bom Menino” ou de como preparar mão-de-obra barata para o capital. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 27, out., 1988.

LARENZ, KARL. *Derecho Civil - Parte General*. Trad. Miguel Izquierd y Macias-Picavea. Madri: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978.

LIMA, Consuelo Generoso Coelho. Trabalho precoce saúde e desenvolvimento mental. In: Ministério do Trabalho e Emprego. *Proteção integral para crianças e adolescentes, fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem*. Florianópolis: DRT/SC, 2000.

MENDELIEVICH, Elias. *El trabajo de los niños*. Genebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1980.

MORAES, Antônio Carlos Flores de. O direito à profissionalização e a proteção no trabalho. In: PEREIRA, Tânia da Silva. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado - Lei 8.069/90 - “Estudos sócio-jurídicos”*. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

OLIVEIRA, Joélho Ferreira de. *O trabalho da criança e do adolescente em condições de risco*. Curitiba: mimeo, 1996.

OLIVEIRA, Oris. *O trabalho infantil – O trabalho infanto-juvenil no Direito Brasileiro*. Brasília: OIT, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Ratificado pelo Brasil pelo Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 138*. Genebra: OIT, 1994.

_____. *Recomendação 146, sobre idade mínima para admissão a emprego*. Brasília: OIT, 1996.

_____. *Convenção 182, sobre piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação*. Brasília: OIT, 2000.

_____. *Recomendação 190, sobre piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação*. Brasília: OIT, 2000.

PASTORE, José. A convenção da OIT sobre o trabalho infantil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 de jun., 1999.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Coimbra, 3 ed., 1992.

PINTO, Fábio Machado. *A universidade e o trabalho infantil: a produção docente sobre o trabalho infantil na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Técnica de Lisboa*. Lisboa, 1997. Dissertação (Mestrado). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

RÁO, Vicente. *O Direito e a Vida dos Direitos - 3ª edição, anotada e atualizada por Ovídeo Rocha Barros Sandoval*. São Paulo: RT, v. 1 e 2, 1991.

RIBEIRO FILHO, Antônio Carlos. Impacto das condições de vida na saúde de crianças e adolescentes. In: Ministério do Trabalho e Emprego. *Proteção integral para crianças e adolescentes, fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem*. Florianópolis: DRT/SC, 2000.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. "Menores" institucionalizados e meninos de rua. In: *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Benedicto Rodrigues dos. A regulamentação do trabalho educativo. In: *Cadernos ABONG – Subsídios à II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*, São Paulo, nº 18, 1997.

SANTOS, Glauber Maciel dos. Trabalho Infantil no Brasil. In: Ministério do Trabalho e Emprego. *Proteção integral para crianças e adolescentes, fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem*. Florianópolis: DRT/SC, 2000.

SCHAWARTZMAN, Simon. *Trabalho infantil no Brasil*. Brasília: OIT, 2001.

SEDA, Edson. *Trabalho Educativo do Adolescente no Brasil: sugestão de Edson Seda para sua correta aplicação*. Campinas: mimeo, 1996.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Temas de Direito da Criança e do Adolescente*. São Paulo: LTr, 1997.

ANEXOS

ANEXO I
CONVENÇÃO Nº 138
A IDADE MÍNIMA PARA ADMISSÃO EM EMPREGO

Aprovada na 58ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra - 1973), entrou em vigor no plano internacional em 19.6.76

“A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho e reunida em 6 de junho de 1973, em sua quinquagésima oitava reunião;

Tendo decidido adotar diversas proposições relativas à idade mínima para admissão a emprego, tema que constitui a quarta questão da ordem do dia da reunião;

Considerando as disposições das seguintes convenções:

Convenção sobre a idade mínima (indústria), de 1919;

Convenção sobre a idade mínima (trabalho marítimo), de 1920;

Convenção sobre a idade mínima (agricultura), de 1921;

Convenção sobre a idade mínima (estivadores e foguistas), de 1921;

Convenção sobre a idade mínima (emprego não-industrial), de 1932;

Convenção (revista) sobre a idade mínima (trabalho marítimo), de 1936;

Convenção (revista) sobre a idade mínima (indústria), de 1937;

Convenção (revista) sobre a idade mínima (emprego não-industrial), de 1937;

Convenção sobre a idade mínima (pescadores), de 1959, e a

Convenção sobre a idade mínima (trabalho subterrâneo), de 1965;

Considerando ter chegado o momento de adotar um instrumento geral sobre a matéria, que substitua gradualmente os atuais instrumentos, aplicáveis a limitados setores econômicos, com vista à total abolição do trabalho infantil;

Tendo determinado que essas proposições se revistam da forma de uma convenção internacional, adota, no dia vinte e seis de junho de mil novecentos e setenta e três, a seguinte Convenção que pode ser citada como a Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973:

Artigo 1º - Todo País-membro, no qual vigore esta Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.

Artigo 2º - 1. Todo País-membro que ratificar esta Convenção especificará, em declaração anexa à ratificação, uma idade mínima para admissão a emprego ou trabalho em seu território e nos meios de transporte registrados em seu território; ressalvado o disposto nos Artigos 4º e 8º desta Convenção, nenhuma pessoa com idade inferior a essa idade será admitida a emprego ou trabalho em qualquer ocupação.

2. Todo País-membro que ratificar esta Convenção poderá notificar ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, por declarações subsequentes, que estabelece uma idade mínima superior à anteriormente definida.

3. A idade mínima fixada nos termos do Parágrafo 1º deste Artigo não será inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos.

4. Não obstante o disposto no Parágrafo 3º deste Artigo, o País-membro, cuja economia e condições do ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, definir, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos.

5. Todo País-membro que definir uma idade mínima de quatorze anos, de conformidade com a disposição do parágrafo anterior, incluirá em seus relatórios a serem apresentados sobre a aplicação desta Convenção, nos termos do Artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, declaração:

- a) de que subsistem os motivos dessa providência ou
- b) de que renuncia ao direito de se valer da disposição em questão a partir de uma determinada data.

Artigo 3º - 1. Não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem.

2. Serão definidos por lei ou regulamentos nacionais ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, as categorias de emprego ou trabalho às quais se aplica o Parágrafo 1º deste Artigo.

3. Não obstante o disposto no Parágrafo 1º deste Artigo, a lei ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente poderá, após consultar as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, autorizar emprego ou trabalho a partir da idade de dezesseis anos, desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a

segurança e a moral dos jovens envolvidos e lhes seja proporcionada instrução ou formação adequada a específica no setor da atividade pertinente.

Artigo 4º - 1. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, na medida do necessário, excluir da aplicação desta Convenção um limitado número de categorias de emprego ou trabalho a respeito das quais se levantarem reais e especiais problemas de aplicação.

2. Todo País-membro que ratificar esta Convenção alistarão em seu primeiro relatório sobre sua aplicação, a ser submetido nos termos do Artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as categorias que possam ter sido excluídas de conformidade com o Parágrafo 1º deste Artigo, dando as razões dessa exclusão, e indicará, nos relatórios subsequentes, a situação de sua lei e prática com referência às categorias excluídas e a medida em que foi dado ou se pretende dar efeito à Convenção com relação a essas categorias.

3. Não será excluído do alcance da Convenção, de conformidade com este Artigo, emprego ou trabalho protegido pelo Artigo 3º desta Convenção.

Artigo 5º - 1. O País-membro, cuja economia e condições administrativas não estiverem suficientemente desenvolvidas, poderá, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores, se as houver, limitar inicialmente o alcance de aplicação desta Convenção.

2. Todo País-Membro que se servir do disposto no Parágrafo 1º deste Artigo especificará, em declaração anexa à sua ratificação, os setores de atividade econômica ou tipos de empreendimentos aos quais aplicará as disposições da Convenção.

3. As disposições desta Convenção serão aplicáveis, no mínimo, a: mineração e pedreira; indústria manufatureira; construção; eletricidade, água e gás; serviços sanitários; transporte, armazenamento e comunicações; plantações e outros empreendimentos agrícolas de fins comerciais, excluindo, porém, propriedades familiares e de pequeno porte que produzam para o consumo local e não empreguem regularmente mão-de-obra remunerada.

4. Todo País-membro que tiver limitado o alcance de aplicação desta Convenção, nos termos deste Artigo:

a) indicará em seus relatórios, nos termos do Artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, a situação geral com relação ao emprego ou trabalho de jovens e crianças nos setores de atividade excluídos do alcance de aplicação desta Convenção e todo progresso que tenha sido feito no sentido de uma aplicação mais ampla de suas disposições; poderá, em qualquer tempo, estender formalmente o alcance de aplicação

com uma declaração encaminhada ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 6º - 1. Esta Convenção não se aplicará o trabalho feito por crianças e jovens em escolas de educação vocacional ou técnica ou em outras instituições de treinamento em geral ou a trabalho feito por pessoas de no mínimo quatorze anos de idade em empresas em que esse trabalho for executado dentro das condições prescritas pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, onde as houver, e constituir parte integrante de:

- a) curso de educação ou treinamento pelo qual é principal responsável uma escola ou instituição de treinamento;
- b) programa de treinamento principalmente ou inteiramente numa empresa, que tenha sido aprovado pela autoridade competente, ou
- c) programa de orientação vocacional para facilitar a escolha de uma profissão ou de especialidade de treinamento.

Artigo 7º - 1. As leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves que:

- a) não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento, e
- b) não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida.

2. As leis ou regulamentos nacionais poderão também permitir o emprego ou trabalho a pessoas com, no mínimo, quinze anos de idade e que não tenham ainda concluído a escolarização compulsória em trabalho que preencher os requisitos estabelecidos nas alíneas a) e b) no Parágrafo 1º deste Artigo.

3. A autoridade competente definirá as atividades em que o emprego ou trabalho poderá ser permitido nos termos dos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo e estabelecerá o número de horas e as condições em que esse emprego ou trabalho pode ser desempenhado.

4. Não obstante o disposto nos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo, o País-membro que se tiver servido das disposições do Parágrafo 4º do Artigo 2º poderá, enquanto continuar assim procedendo, substituir as idades de treze e quinze anos pelas idades de doze e quatorze anos e a idade de quinze anos pela idade de quatorze anos dos respectivos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo.

Artigo 8º - 1. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, poderá, mediante licenças

concedidas em casos individuais, permitir exceções para a proibição de emprego ou trabalho provido no Artigo 2 o desta Convenção, para finalidades como a participação em representações artísticas.

2. Licenças dessa natureza limitarão o número de horas de duração do emprego ou trabalho e estabelecerão as condições em que é permitido.

Artigo 9º - 1. A autoridade competente tomará todas as medidas necessárias, inclusive a instituição de sanções apropriadas, para garantir a efetiva vigência das disposições desta Convenção.

2. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente designarão as pessoas responsáveis pelo cumprimento das disposições que dão efeito à Convenção.

3. As leis ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente prescreverão os registros ou outros documentos que devem ser mantidos e postos à disposição pelo empregador; esses registros ou documentos conterão nome, idade ou data de nascimento, devidamente autenticados sempre que possível, das pessoas que emprega ou que trabalham para ele e tenham menos de dezoito anos de idade.

Artigo 10 - 1. Esta Convenção revê, nos termos estabelecidos neste Artigo, a Convenção sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1919; a Convenção sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1920; a Convenção sobre a Idade Mínima (Agricultura), de 1921; a Convenção sobre a Idade Mínima (Estivadores e Foguistas), de 1921; a Convenção sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1932; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1936; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1937; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1937; a Convenção sobre a Idade Mínima (Pescadores), de 1959 e a Convenção sobre a Idade Mínima (Trabalho Subterrâneo), de 1965.

2. A entrada em vigor desta Convenção não priva de ratificações ulteriores as seguintes convenções: Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1936; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1937; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1937; a Convenção sobre a Idade Mínima (Pescadores), de 1959 e a Convenção sobre a Idade Mínima (Trabalho Subterrâneo), de 1965.

3. A Convenção sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1919; a Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1920; a Convenção sobre a Idade Mínima (Agricultura), de 1921 e a Convenção sobre a Idade Mínima (Estivadores e Foguistas), de 1921, não estarão mais sujeitas a ratificações ulteriores quando todos os seus participantes

assim estiverem de acordo pela ratificação desta Convenção ou por declaração enviada ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

4. Quando as obrigações desta Convenção são aceitas:

a) por um País-membro que faça parte da Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1937, e é fixada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2 o desta Convenção, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

b) com referência ao emprego não-industrial, conforme definido na Convenção sobre Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1932, por um País-membro que faça parte dessa Convenção, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

c) com referência ao emprego não-industrial, conforme definido na Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Emprego não-Industrial), de 1937, por um País-membro que faça parte dessa Convenção, e é fixada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2 o desta Convenção, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

d) com referência ao emprego marítimo, por um País-membro que faça parte da Convenção (revista) sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1936 e é fixada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2 o desta Convenção, ou o País-membro define que o Artigo 3 o desta Convenção aplica-se ao emprego marítimo, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

e) com referência ao emprego em pesca marítima, por um País-membro que faça parte da Convenção sobre a Idade Mínima (Pescadores), de 1959, e é especificada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2 o desta Convenção ou o País-membro especifica que o Artigo 3 o desta Convenção aplica-se a emprego em pesca marítima, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção;

f) por um País-membro que é parte da Convenção sobre a Idade Mínima (Trabalho Subterrâneo), de 1965, e é especificada uma idade mínima de não menos de quinze anos, nos termos do Artigo 2 o desta Convenção, ou o País-membro, ou o País-membro estabelece que essa idade aplica-se a emprego subterrâneo em minas, por força do Artigo 3 o desta Convenção, isso implicará ipso jure a denúncia imediata da dita Convenção, a partir do momento que esta Convenção entrar em vigor.

5. A aceitação das obrigações desta Convenção:

a) implicará a denúncia da Convenção sobre a Idade Mínima (Indústria), de 1919, de conformidade com seu Artigo 12;

b) com referência à agricultura, implicará a denúncia da Convenção sobre a Idade Mínima (Agricultura), de 1921, de conformidade com seu Artigo 9 o ;

c) com referência ao emprego marítimo, implicará a denúncia da Convenção sobre a Idade Mínima (Marítimos), de 1920, de conformidade com seu Artigo 10 o , e da Convenção sobre a Idade Mínima (Estivadores e Foguistas), de 1921, de conformidade com seu Artigo 12, a partir do momento em que esta Convenção entrar em vigor.

Artigo 11 - As ratificações formais desta Convenção serão comunicadas, para registro, ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 12 - 1. Esta Convenção obrigará unicamente os Países-membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

2. Esta Convenção entrará em vigor doze meses após a data de registro, pelo Diretor Geral, das ratificações de dois Países-membros.

3. A partir de então, esta Convenção entrará em vigor, para todo País-membro, doze meses depois do registro de sua ratificação.

Artigo 13 - 1. O País-membro que ratificar esta Convenção poderá denunciá-la ao final de um período de dez anos, a contar da data de sua entrada em vigor, mediante comunicação ao Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho para registro. A denúncia não terá efeito antes de se completar um ano a contar da data de seu registro.

2. Todo País-membro que ratificar esta Convenção e que, no prazo de um ano após expirado o período de dez anos referido no parágrafo anterior, não tiver exercido o direito de denúncia provido neste Artigo, ficará obrigado a um novo período de dez anos e, daí por diante, poderá denunciar esta Convenção ao final de cada período de dez anos, nos termos deste Artigo.

Artigo 14 - 1. O Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho dará ciência a todos os Países-membros da Organização do registro de todas as ratificações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Países-membros da Organização.

2. Ao notificar os Países-membros da Organização sobre o registro da segunda ratificação que lhe tiver sido comunicada, o Diretor Geral lhes chamará a atenção para a data em que a Convenção entrará em vigor.

Artigo 15 - O Diretor Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para registro, nos termos do Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações circunstanciadas sobre todas as ratificações e atos de denúncia por ele registrados, conforme o disposto nos artigos anteriores.

Artigo 16 - O Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral, quando considerar necessário, relatório sobre o desempenho desta Convenção e examinará a conveniência de incluir na pauta da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 17 - 1. No caso de adotar a Conferência uma nova convenção que reveja total ou parcialmente esta Convenção, a menos que a nova convenção disponha do outro modo, a ratificação, por um País-membro, da nova convenção revista implicará, ipso jure, a partir do momento em que entrar em vigor a convenção revista, a denúncia imediata desta Convenção, não obstante as disposições do Artigo 3;

a) esta Convenção deixará de estar sujeita a ratificação pelos Países-membros a partir da data de entrada em vigor da convenção revista;

b) esta Convenção continuará a vigorar, na sua forma e conteúdo, nos Países-membros que a ratificaram, mas não ratificarem a convenção revista.

Artigo 18 - As versões em inglês e francês do texto desta Convenção são igualmente oficiais.

ANEXO II

RECOMENDAÇÃO Nº 146

SOBRE A IDADE MÍNIMA PARA ADMISSÃO A EMPREGO

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho e reunida a 6 de junho de 1973, em sua quinquagésima oitava reunião;

Ciente de que a efetiva abolição do trabalho infantil e a progressiva elevação da idade mínima para admissão a emprego constituem apenas um aspecto da proteção e do progresso de crianças e adolescentes;

Considerando o interesse de todo o sistema das Nações Unidas por essa proteção e esse progresso;

Tendo adotado a Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973;

Desejosa de melhor definir alguns elementos de política do interesse da Organização Internacional do Trabalho;

Tendo decidido adotar algumas proposições relativas à idade mínima para admissão a emprego, tema que constitui a quarta questão da ordem do dia da reunião;

Tendo decidido que essas proposições se revistam da forma de uma recomendação suplementar à Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973, adota, no vigésimo sexto dia de junho de mil novecentos e setenta e três, a seguinte Recomendação que pode ser citada como a Recomendação sobre a Idade Mínima, de 1973:

I. Política Nacional .

Para assegurar o sucesso da política nacional definida no Artigo 1º da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973, destacada prioridade deve ser conferida à identificação e ao atendimento das necessidades de crianças e adolescentes na política e em programas nacionais de desenvolvimento e à progressiva extensão das medidas correlacionadas necessárias para criar as melhores condições possíveis para o desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes.

Nesse contexto, especial atenção deve ser dispensada às seguintes áreas de planejamento e de política:

o firme compromisso nacional com o pleno emprego, nos termos da Convenção e da Recomendação sobre a Política de Emprego, de 1964, e a tomada de medidas destinadas a

promover o desenvolvimento voltado para o emprego, tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas;

a progressiva extensão de outras medidas econômicas e sociais destinadas a atenuar a pobreza onde quer que exista e a assegurar às famílias padrões de vida e de renda tais que tornem desnecessários o recurso à atividade econômica de crianças;

o desenvolvimento e a progressiva extensão, sem qualquer discriminação, de medidas de seguridade social e de bem-estar familiar destinadas a garantir a manutenção da criança, inclusive de abonos de família;

o desenvolvimento e a progressiva extensão de meios adequados de ensino, de orientação e formação profissional adequadas, na sua forma e conteúdo, às necessidades das crianças e adolescentes concernentes;

o desenvolvimento e a progressiva extensão de meios apropriados à proteção e ao bem-estar de crianças e adolescentes, inclusive de adolescentes empregados, e à promoção de seu desenvolvimento.

Devem ser objeto de especial atenção as necessidades de crianças e adolescentes sem família ou que não vivam com suas próprias famílias, e de crianças e adolescentes migrantes que vivem e viajam com suas famílias. As medidas tomadas nesse sentido devem incluir a concessão de bolsas de estudo e formação profissional.

Deve ser obrigatória e efetivamente garantida a frequência escolar em tempo integral ou a participação em programas aprovados de orientação profissional ou de formação, pelo menos até a idade mínima especificada para admissão a emprego, especificada no Artigo 2º da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973.

(1) Atenção deve ser dispensada a medidas tais como formação preparatória, isenta de riscos, para tipos de emprego ou trabalho nos quais a idade mínima prescrita, nos termos do Artigo 3º da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973, seja superior à idade em que cessa a escolarização obrigatória integral.

Medidas análogas devem ser consideradas quando as exigências profissionais de uma determinada ocupação incluem uma idade mínima para admissão superior à idade em que termina a escolarização obrigatória integral.

II. Idade Mínima.

A idade mínima definida deve ser igual para todos os setores de uma atividade econômica.

(1) Os Países-membros devem ter como objetivo a elevação progressiva, para dezesseis anos, da idade mínima, para admissão a emprego ou trabalho, especificada em cumprimento do Artigo 2º da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973.

(2) Onde a idade mínima para emprego ou trabalho coberto pelo Artigo 2º da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973, estiver abaixo de 15 anos, urgentes providências devem ser tomadas para elevá-las a esse nível.

Onde não for imediatamente viável definir uma idade mínima para todo emprego na agricultura e em atividades correlatas nas áreas rurais, uma idade mínima deve ser definida no mínimo para emprego em plantações e em outros empreendimentos agrícolas referidos no Artigo 5º, parágrafo 3º, da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973.

III. Emprego ou trabalho perigoso.

Onde a idade mínima para admissão a tipos de emprego ou de trabalho que possam comprometer a saúde, a segurança e a moral de adolescentes estiver ainda abaixo de dezoito anos, providências imediatas devem ser tomadas para elevá-la a esse nível.

(1) Na definição dos tipos de emprego ou de trabalho a que se refere o Artigo 3º da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973, devem ser levadas em conta as pertinentes normas internacionais de trabalho, como as que dizem respeito a substâncias, agentes ou processo perigosos (inclusive radiações ionizantes), levantamento de cargas pesadas e trabalho subterrâneo.

(2) Deve ser reexaminada periodicamente, em particular à luz dos progressos científicos e tecnológicos, e revista, se necessário, a lista dos tipos de emprego ou de trabalho em questão.

Onde não foi imediatamente definida, nos termos do Artigo 5º da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973, uma idade mínima para certos setores da atividade econômica ou para certos tipos de empreendimentos, disposições adequadas sobre a idade mínima devem ser aplicáveis, nesse sentido, a tipos de emprego ou trabalho que ofereçam riscos par adolescentes.

IV. Condições de emprego.

(1) Medidas devem ser tomadas para assegurar que as condições em que estão empregados ou trabalham crianças e adolescentes com menos de dezoito anos de idade alcancem padrões satisfatórios e neles sejam mantidas. Essas condições devem estar sob rigoroso controle.

(2) Medidas também devem ser tomadas para proteger e fiscalizar as condições em que crianças e adolescentes recebem orientação profissional ou treinamento dentro de

empresas, instituições de formação e escolas de ensino profissional ou técnico, e para estabelecer padrões para sua proteção e desenvolvimento.

(1) Com relação à aplicação do Parágrafo anterior e em cumprimento do Artigo 7º, Parágrafo 3º, da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973, especial atenção deve ser dispensada:

ao provimento de uma justa remuneração, e sua proteção, tendo em vista o princípio de salário igual para trabalho igual;

à rigorosa limitação das horas diárias e semanais de trabalho, e à proibição de horas extras, de modo a deixar tempo suficiente para a educação e formação (inclusive o tempo necessário para os deveres de casa), para o repouso durante o dia e para atividades de lazer;

à concessão, sem possibilidade de exceção, salvo em situação de real emergência, de um período consecutivo mínimo de doze horas de repouso noturno, e de costumeiros dias de repouso semanal;

à concessão de férias anuais remuneradas de pelo menos quatro semanas e, em qualquer hipótese, não mais curtas do que as concedidas a adultos;

à cobertura de planos de seguridade social, inclusive de acidentes de trabalho, assistência médica e planos de auxílio-doença, quaisquer que sejam as condições de emprego ou de trabalho;

à manutenção de padrões satisfatórios de segurança e de saúde e de instrução e controle adequados.

(2) O inciso (1) deste Parágrafo aplica-se a marinheiros adolescentes na medida em que não estão cobertos a respeito de questões tratadas pelas convenções ou recomendações internacionais do trabalho concernentes especificamente ao emprego marítimo.

V. Aplicação.

(1) As medidas para garantir a efetiva aplicação da Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973, e desta Recomendação devem incluir:

a) o fortalecimento, na medida da necessidade, da fiscalização do trabalho e de serviços correlatos, por exemplo, com o treinamento especial de fiscais para detectar e corrigir abusos no emprego ou trabalho de crianças e adolescentes;

b) o fortalecimento de serviços para a melhoria do treinamento em empresas e sua fiscalização.

(2) Deve ser ressaltado o papel que pode ser desempenhado por fiscais no suprimento de informações e assessoramento sobre os meios eficazes de aplicar disposições pertinentes e de assegurar sua vigência.

(3) A fiscalização do trabalho e a fiscalização de treinamento em empresas devem ser estreitamente coordenadas para prover a maior eficiência econômica e, de um modo geral, os serviços de administração do trabalho devem funcionar em estreita cooperação com os serviços responsáveis pela educação, formação, bem-estar e orientação de crianças e adolescentes.

Atenção especial deve ser dispensada:

à aplicação de disposições referentes a emprego em tipos perigosos de emprego ou trabalho, e

à proibição do emprego ou trabalho de crianças e adolescentes durante as horas de aula, enquanto for obrigatório a educação ou o treinamento.

Devem ser tomadas as seguintes medidas para facilitar a verificação de idades:

as autoridades públicas devem manter um eficiente sistema de registros de nascimento, que inclua a emissão de certidões de nascimento;

os empregadores devem ser obrigados a ter, e pôr à disposição da autoridade competente, registros ou outros documentos indicando os nomes e idades ou datas de nascimento, autenticados se possível, não só de crianças e adolescentes por eles empregados, mas também daqueles que recebem orientação ou formação profissional em suas empresas;

crianças e adolescentes que trabalham nas ruas, em bancas, em lugares públicos, no comércio ambulante ou em outras circunstâncias que tornem impraticável a verificação de registros de empregadores, devem portar licenças ou outros documentos que atestem sua aptidão para esse trabalho.

ANEXO III

**CONVENÇÃO 182 SOBRE A PROIBIÇÃO E AÇÃO IMEDIATA PARA A
ELIMINAÇÃO DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL.**

Sessão da Conferência: 87ª, Genebra Data da Adoção: 17 de junho de 1999.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho e reunida em sua 87ª Sessão, em 1 de junho de 1999,

Considerando a necessidade de adotar novos instrumentos para proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, como principal prioridade da ação nacional e internacional, que inclui cooperação e assistência internacionais, para complementar a Convenção e a Recomendação sobre a Idade Mínima para Admissão no Emprego, de 1973, que continuam sendo instrumentos fundamentais sobre trabalho infantil;

Considerando que a efetiva eliminação das piores formas de trabalho infantil requer ação imediata e global, que leve em conta a importância da educação fundamental e gratuita e a necessidade de retirar a criança de todos esses trabalhos, promover sua reabilitação e integração social e, ao mesmo tempo, atender as necessidades de suas famílias;

Recordando a resolução sobre a eliminação do trabalho infantil adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em sua 83ª Sessão, em 1996;

Reconhecendo que o trabalho infantil é devido, em grande parte, à pobreza e que a solução a longo prazo reside no crescimento econômico sustentado, que conduz ao progresso social, sobretudo ao alívio da pobreza e à educação universal;

Recordando a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989;

Recordando a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu acompanhamento, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 86ª Sessão, em 1998;

Recordando que algumas das piores formas de trabalho infantil são objeto de outros instrumentos internacionais, particularmente a Convenção sobre Trabalho Forçado, de 1930, e a Convenção Suplementar das Nações Unidas sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e de Instituições e Práticas Similares à Escravidão, de 1956;

Tendo-se decidido pela adoção de diversas proposições relativas ao trabalho infantil, questão que constitui o quarto item da ordem do dia da reunião; e após determinar que estas

proposições se revestissem da forma de convenção internacional, adota, neste décimo sétimo dia de junho do ano de mil novecentos e noventa e nove, a seguinte Convenção que poderá ser citada como Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999:

Artigo 1º

Todo país-membro que ratificar a presente Convenção deverá adotar medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência.

Artigo 2º

Para os efeitos desta Convenção, o termo criança aplicar-se-á a toda pessoa menor de 18 anos.

Artigo 3º

Para os efeitos desta Convenção, a expressão as piores formas de trabalho infantil compreende:

- (a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida e servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- (b) utilização, procura e oferta de criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;
- (c) utilização, procura e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- (d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

Artigo 4º

1. Os tipos de trabalho a que se refere o artigo 3º (d) deverão ser determinados pela legislação nacional ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, levando em consideração as normas internacionais pertinentes, particularmente os parágrafos 3º e 4º da Recomendação sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 1999.
2. A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e trabalhadores interessados, deverá identificar onde são praticados esses tipos de trabalho determinados parágrafo 1º deste Artigo.
3. A relação dos tipos de trabalho determinados nos termos do parágrafo 1º deste Artigo deverá ser periodicamente examinada e, se necessário, revista em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas.

Artigo 5º

Todo país-membro, após consulta com organizações de empregadores e de trabalhadores, estabelecerá ou designará mecanismos apropriados para monitorar a aplicação das disposições que dão efeito à presente Convenção.

Artigo 6º

1. Todo país-membro elaborará e desenvolverá programas de ação para eliminar, com prioridade, as piores formas de trabalho infantil.
2. Esses programas de ação deverão ser elaborados e implementados em consulta com as relevantes instituições governamentais e organizações de empregadores e de trabalhadores, levando em consideração, conforme o caso, opiniões de outros grupos interessados.

Artigo 7º

1. Todo país-membro deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a efetiva aplicação e cumprimento das disposições que dão efeito a esta Convenção, inclusive a elaboração e aplicação de sanções penais ou, conforme o caso, outras sanções.
2. Todo país-membro, tendo em vista a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, deverá adotar medidas efetivas e num prazo determinado com o fim de:
 - (a) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil;
 - (b) proporcionar a necessária e apropriada assistência direta para retirar a criança das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e integração social;
 - (c) garantir o acesso de toda criança retirada das piores formas de trabalho infantil à educação fundamental gratuita e, quando possível e conveniente, à formação profissional;
 - (d) identificar crianças particularmente expostas a riscos e entrar em contato direta com elas; e
 - (e) levar em consideração a situação especial das meninas.
3. Todo país-membro designará a autoridade competente responsável pela aplicação das disposições que dão efeito a esta Convenção.

Artigo 8º

Os países-membros tomarão as devidas providências para se ajudarem mutuamente na aplicação das disposições desta Convenção por meio de maior cooperação e/ou assistência internacionais, incluindo o apoio ao desenvolvimento social e econômico, aos programas de erradicação da pobreza e à educação universal.

Artigo 9º

As ratificações formais desta Convenção serão comunicadas, para registro, ao Diretor-Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 10

1. Esta Convenção obrigará unicamente os países-membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tiverem sido registradas pelo Diretor-Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.
2. A presente Convenção entrará em vigor doze meses após a data de registro, pelo Diretor-Geral, das ratificações de dois países-membros.
3. A partir daí, esta Convenção entrará em vigor, para todo país-membro, doze meses após a data do registro de sua ratificação.

Artigo 11

1. O país-membro que tiver ratificado esta Convenção poderá denunciá-la ao fim de um período de dez anos a contar da data em que a Convenção entrou em vigor pela primeira vez, por meio de comunicação, para registro, ao Diretor-Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho. Esta denúncia só terá efeito um ano após a data de seu registro.
2. Todo país-membro que tiver ratificado esta Convenção e que, no prazo de um ano, após expirado o período de dez anos referido no parágrafo anterior, não tiver exercido o direito de denúncia disposto neste Artigo, ficará obrigado a um novo período de dez anos e, daí por diante, poderá denunciar esta Convenção ao final de cada período de dez anos, nos termos deste Artigo.

Artigo 12

1. O Diretor-Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho dará ciência, aos países-membros da Organização Internacional do Trabalho, do registro de todas as ratificações, declarações e atos de denúncia que lhe forem comunicados pelos países-membros da Organização.
2. Ao notificar os países-membros da Organização sobre o registro da segunda ratificação que tenha sido comunicada, o Diretor-Geral lhes chamará a atenção para a data em que a Convenção entrará em vigor.

Artigo 13

O Diretor-Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para registro, nos termos do Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações circunstanciadas sobre todas as ratificações, declarações e atos de denúncia por ele registrados, conforme o disposto nos artigos anteriores.

Artigo 14

O Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, quando julgar necessário, apresentará à Conferência Geral relatório sobre a aplicação desta

Convenção e examinará a conveniência de incluir na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 15

1. Caso a Conferência venha a adotar uma nova Convenção que reveja a presente, total ou parcialmente, a menos que a nova Convenção disponha de outro modo,
 - (a) a ratificação da nova Convenção revista por um país-membro implicará ipso jure a denúncia imediata desta Convenção, não obstante as disposições do Artigo 11 acima, se e quando a nova Convenção revista tiver entrado em vigor;
 - (b) esta Convenção deixará de estar sujeita a ratificação pelos países-membros a partir do momento da entrada em vigor da Convenção revista.
2. Esta Convenção permanecerá, porém, em vigor, na sua forma atual e conteúdo, para os países-membros que a ratificaram mas não tiverem ratificado a Convenção revista.

Artigo 16

As versões em inglês e francês do texto desta Convenção são igualmente oficiais.

ANEXO IV
RECOMENDAÇÃO 190 SOBRE A PROIBIÇÃO E AÇÃO IMEDIATA
PARA A ELIMINAÇÃO DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL

Recomendação referente a proibição e ação imediata para a eliminação das piores formas de trabalho infantil, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 87ª Sessão, Genebra, 17 de junho de 1999.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho e reunida em sua 87ª Sessão, em 1 de junho de 1999,

Tendo adotado a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 1999;

Tendo-se decidido pela adoção de diversas proposições relativas a trabalho infantil, questão que constitui o quarto item da ordem do dia da reunião; e

Após determinar que essas proposições se revestissem na forma de recomendação que complemente a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999, e adota, neste décimo sétimo dia de junho do ano de mil novecentos e noventa e nove, a seguinte recomendação que poderá ser citada como a Recomendação sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999.

1. As disposições desta Recomendação suplementam as disposições da Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, 1999 (doravante simplesmente "a Convenção") e juntamente com elas deveriam ser aplicadas.

I. Programas de Ação

2. Os programas de ação mencionados no Artigo 6º da Convenção deveriam ser elaborados e executados em caráter de urgência, em consulta com as instituições governamentais competentes e as organizações de empregadores e de trabalhadores, tomando em consideração o que pensam as crianças diretamente afetadas pelas piores formas de trabalho infantil, suas famílias e, se for o caso, outros grupos interessados nos objetivos da Convenção e desta Recomendação. Esses programas deveriam visar, entre outras coisas:

- (a) identificar e denunciar as piores formas de trabalho infantil;
- (b) impedir a ocupação de crianças nas piores formas de trabalho infantil ou afastá-las dessas formas de trabalho, protegendo-as contra represálias e assegurando sua reabilitação e integração social por meio de medidas que levem em conta suas necessidades educacionais, físicas e psicológicas;

(c) dispensar especial atenção:

- (i) às crianças menores;
 - (ii) às meninas;
 - (iii) ao problema do trabalho oculto, nos quais as meninas estão particularmente expostas a riscos; e
 - (iv) a outros grupos de crianças com vulnerabilidades ou necessidades especiais;
- (d) identificar comunidades em que haja crianças particularmente expostas a riscos, entrar em contato direto com essas comunidades e trabalhar com elas; e
- (e) informar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública e grupos interessados, inclusive as crianças e suas famílias.

II. Trabalho perigoso

3. Ao determinar os tipos de trabalhos a que se refere o Artigo 3º (d) da Convenção, e ao identificar sua localização, dever-se-ia, entre outras coisas, levar em conta:

- (a) os trabalhos que expõem as crianças a abusos físico, psicológico ou sexual;
- (b) os trabalhos subterrâneos, debaixo d'água, em alturas perigosas ou em espaços confinados;
- (c) os trabalhos com máquinas, equipamentos e instrumentos perigosos ou que envolvam manejo ou transporte manual de cargas pesadas;
- (d) os trabalhos em ambiente insalubre que possam, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processamentos perigosos, ou a temperaturas ou a níveis de barulho ou vibrações prejudiciais a sua saúde; e
- (e) os trabalhos em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas horas ou noturno, ou trabalhos em que a criança é injustificadamente confinada às dependências do empregador.

4. No que concerne aos tipos de trabalho referidos no Artigo 3º (d) da Convenção assim como no Parágrafo 3º supra, leis e regulamentos nacionais ou a autoridade competente, mediante consulta com as organizações de trabalhadores e de empregadores interessadas, poderão autorizar o emprego ou trabalho a partir da idade de 16 anos, contanto que a saúde, a segurança e a moral das crianças estejam plenamente protegidas, e tenham essas crianças recebido adequada instrução específica ou treinamento profissional no pertinente ramo de atividade.

III. Aplicação

5. (1) Informações detalhadas e dados estatísticos sobre a natureza e extensão do trabalho infantil deveriam ser compilados e atualizados para servir de base para o estabelecimento de

prioridades da ação nacional com vista à abolição do trabalho infantil, em particular, à proibição e eliminação de suas piores formas em caráter de urgência.

(2) Estas informações e dados estatísticos deveriam, na medida do possível, incluir dados desagregados por sexo, faixa etária, ocupação, ramo de atividade econômica, condição no emprego, frequência escolar e localização geográfica. Dever-se-ia levar em consideração a importância de um eficiente sistema de registro de nascimentos que incluía a emissão de certidões de nascimento.

(3) Dever-se-iam compilar e atualizar dados pertinentes com relação a violações de disposições nacionais que visem a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

6. A compilação e a análise de informações e dados, a que se refere o Parágrafo 5º supra, deveriam ser feitos com o devido respeito pelo direito à privacidade.

7. As informações compiladas nos termos do Parágrafo 5º acima deveriam ser transmitidas regularmente ao Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

8. Os países-membros, após consulta com organizações de empregadores e de trabalhadores, deveriam estabelecer ou designar mecanismos nacionais apropriados para acompanhar a aplicação de disposições nacionais com vista à proibição e à eliminação das piores formas de trabalho infantil.

9. Os países-membros deveriam velar para que as autoridades competentes, que têm a seu encargo a aplicação de disposições nacionais sobre a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, cooperem umas com as outras e coordenem suas atividades.

10. Leis e regulamentos nacionais ou a autoridade competente deveriam designar as pessoas responsáveis no caso de descumprimento de disposições nacionais com vista à proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil.

11. Os países-membros deveriam, desde que compatível com a legislação nacional, cooperar, em caráter de urgência, com esforços internacionais com vista à proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, mediante:

(a) a compilação e o intercâmbio de informações referentes a infrações penais, inclusive as que envolvem redes internacionais;

(b) a identificação e o enquadramento legal de pessoas implicadas na venda e no tráfico de crianças, ou na utilização, procura ou oferta de crianças para fins de atividades ilícitas, de prostituição, de produção de material pornográfico ou de exposições pornográficas;

(c) o registro dos autores desses delitos.

12. Os países-membros deveriam dispor para que sejam criminalizadas as seguintes piores formas de trabalho infantil:

- (a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida e servidão, o trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- (b) utilização, procura e oferta de crianças para a prostituição, para a produção de material pornográfico ou para espetáculos pornográficos;
- (c) utilização, procura e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes, ou para atividades que envolvem o porte ou uso ilegais de armas de fogo ou outras armas.

13. Os países-membros deveriam velar para que sanções sejam impostas, inclusive de natureza penal, conforme o caso, a violações de disposições nacionais sobre a proibição e eliminação de qualquer dos tipos de trabalho referidos no Artigo 3(d) da Convenção.

14. Quando conviesse, os países-membros deveriam também prover, em caráter de urgência, outros instrumentos penais, civis ou administrativos, para assegurar a efetiva aplicação de disposições nacionais sobre a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, tais como supervisão especial de empresas que tenham utilizado as piores formas de trabalho infantil e, em caso de violação continuada, considerar a revogação temporária ou definitiva do alvará de funcionamento.

15. Outras medidas, com vista à proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, poderiam ser incluídas:

- (a) informar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública, em particular, os líderes políticos nacionais e locais, os parlamentares e as autoridades judiciárias;
- (b) envolver e treinar organizações de empregadores e de trabalhadores e organizações civis;
- (c) promover adequado treinamento de funcionários públicos interessados, especialmente inspetores e funcionários responsáveis pela aplicação da lei e outros profissionais interessados;
- (d) incentivar que todo país-membro processe seus cidadãos que infringirem suas disposições nacionais relativas a proibição e imediata eliminação das piores formas de trabalho infantil, mesmo quando essas infrações forem cometidas em outro país;
- (e) simplificar os procedimentos legais e administrativos e assegurar que sejam apropriados e rápidos;
- (f) incentivar o desenvolvimento de políticas que atendem os objetivos da Convenção;
- (g) acompanhar e divulgar as melhores práticas relativas à eliminação do trabalho infantil e

divulgá-las;

(h) divulgar disposições legais ou outras referentes ao trabalho infantil nas diferentes línguas ou dialetos;

(i) estabelecer processos especiais de queixa e disposições para proteger, contra discriminação e represálias, pessoas que denunciem legitimamente qualquer violação de disposições da Convenção, e criar serviços telefônicos de assistência ou centros de contato ou ouvidores;

(j) adotar medidas apropriadas para melhorar a infra-estrutura educativa, e o treinamento de professores para atender às necessidades de meninos e meninas;

(k) levar em conta, se possível, nos programas nacionais de ação:

(i) a necessidade de criação de emprego e de treinamento profissional de pais e adultos nas famílias de crianças que trabalhem nas condições cobertas pela Convenção;

(ii) a necessidade de sensibilizar os pais para o problema de crianças que trabalhem nessas condições.

16. Os esforços nacionais deveriam ser complementados por estreita cooperação e/ou assistência internacional entre os países-membros com vista à proibição e efetiva eliminação das piores formas de trabalho infantil e, conforme o caso, esta cooperação poderia desenvolver-se e ser exercida em consulta com organizações de empregadores e trabalhadores. Essa cooperação e/ou assistência internacional deveria incluir:

(a) mobilização de recursos para programas nacionais ou internacionais;

(b) assistência jurídica mútua;

(c) assistência técnica, inclusive intercâmbio de informações;

(d) apoio ao desenvolvimento social e econômico, a programas de erradicação da pobreza e à educação universal.

ANEXO V**PORTARIA Nº 341 , DE 27 DE MAIO DE 1999****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 341 , DE 27 DE MAIO DE 1999**

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, tendo em vista a recente alteração da legislação interna quanto à idade mínima para o trabalho do menor; e considerando a Convenção nº 144 da OIT, que dispõe sobre o "Estabelecimento de Mecanismos Tripartites para Promover a Aplicação das Normas Internacionais do Trabalho" de 1976, segundo a qual deve ser realizada uma consulta tripartite em relação à submissão de Convenções e Recomendações, de conformidade com a Constituição da OIT, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, Comissão Tripartite integrada por representantes do Governo, dos Empregadores e dos Trabalhadores, para efetuar análise da Convenção nº 138 e da Recomendação nº 146 da OIT, sobre idade mínima de admissão ao emprego - 1973, adotadas pela 58ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em 26 de junho de 1973.

Art. 2º Compete à Comissão realizar o estudo e análise da Convenção e da Recomendação, encaminhando Parecer, no prazo de (120) cento e vinte dias a partir da sua constituição, submetendo-o à apreciação do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Art. 3º A Comissão será integrada por:

I- seis representantes do Governo, e respectivos suplentes, indicados pelos seguintes Ministérios:

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS;

Ministério da Saúde - MS ;

Ministério da Educação - MEC;

Ministério da Justiça - MJ;

Ministério das Relações Exteriores - MRE.

II - cinco representantes de empregadores, e respectivos suplentes, indicados pelas seguintes entidades:

Confederação Nacional da Agricultura - CNA;

Confederação Nacional do Comércio - CNC;

Confederação Nacional da Indústria - CNI;

Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF;

Confederação Nacional do Transporte - CNT.

III - cinco representantes de trabalhadores, e respectivos suplentes, indicados pelas seguintes entidades:

Central Única dos Trabalhadores - CUT;

Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT;

Força Sindical - FS;

Social Democracia Sindical - SDS;

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

§ 1º Os membros da Comissão serão designados por Portaria deste Ministério.

§ 2º A Comissão elegerá, entre seus membros, o presidente e o relator.

§ 3º A Comissão poderá solicitar o assessoramento de especialistas, cuja colaboração seja imprescindível para o cumprimento de sua atribuição.

§ 4º A função dos membros da Comissão não será remunerada e seu exercício será considerado relevante.

Art. 4º A Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego assegurará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Tripartite.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DORNELLES

ANEXO VI**PORTARIA Nº 749 - 19 DE AGOSTO DE 1999****MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO****Gabinete do Ministro**

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, e

Considerando que a Constituição da OIT, em seu art. 19, nº 5, letra "b" e nº 6, letra "b", estabelece que o Estado-membro deverá no prazo de um ano, ou em caráter excepcional, de dezoito meses, partir da data de encerramento da Conferência Internacional do Trabalho, submeter à autoridade competente as Convenções e Recomendações por ela aprovadas; e

Considerando a Convenção nº 144 da OIT, que dispõe sobre o "Estabelecimento de mecanismos tripartites para promover a aplicação das normas internacionais do trabalho" de 1976, segundo a qual deve ser realizada uma consulta tripartite em relação à submissão de Convenções e Recomendações, de conformidade com a Constituição da OIT, resolve:

Art. 1º - Instituir, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, Comissão Tripartite integrada por representantes do Governo, dos Empregadores e dos Trabalhadores, para efetuar a análise da Convenção nº 182 e da Recomendação nº 190 da OIT, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação, 1999, adotadas pela 87ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em 17 de junho de 1999.

Art. 2º - Compete à Comissão realizar o estudo e análise da Convenção e da Recomendação, encaminhando Parecer, no prazo de (120) cento e vinte dias a partir da sua constituição, para apreciação do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;

Art. 3º - A Comissão tripartite será integrada por:

I – doze representantes do Governo, seis titulares e seis suplentes, dos seguintes Ministérios:

- Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS;
- Ministério da Saúde – MS;
- Ministério da Educação – MEC;
- Ministério da Justiça – MJ;

- Ministério das Relações Exteriores – MRE.

II – dez representantes de empregadores, cinco titulares e cinco suplentes, das seguintes entidades:

- Confederação Nacional da Agricultura – CNA;
- Confederação Nacional do Comércio – CNC;
- Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF;
- Confederação Nacional do Transporte – CNT.

III – dez representantes de trabalhadores, cinco titulares e cinco suplentes, das seguintes entidades:

- Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT;
- Força Sindical – FS;
- Social Democracia Sindical – SDS;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

§ 1º - Os representantes governamentais serão indicados pelos respectivos Ministérios e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, juntamente com os representantes deste Ministério.

§ 2º - Os representantes dos empregadores e trabalhadores serão indicados pelas respectivas entidades representativas de âmbito nacional e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

§ 3º - A Comissão elegerá, entre seus membros, o presidente e o relator.

§ 4º - A Comissão poderá convidar, como observadores, representantes de outros órgãos e entidades, cuja elaboração seja imprescindível para o cumprimento de sua atribuição.

§ 5º - A função dos membros da Comissão não será remunerada e seu exercício será considerado serviço relevante.

Art. 4º - O Ministério do Trabalho e Emprego assegurará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Tripartite.

Art. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DORNELLES

ANEXO VII

PORTARIA Nº 143, DE 14 DE MARÇO DE 2000

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**Gabinete do Ministro**

O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e considerando a recente ratificação, pelo Brasil, da Convenção nº 182, da OIT, de 1999, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação; e considerando o disposto no parágrafo 1 do artigo 4 da referida Convenção, resolve:

Art. 1º - Instituir, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, Comissão Tripartite integrada por representantes do Governo, dos Empregadores e dos Trabalhadores, para determinar os tipos de trabalho a serem chamados de "piores formas de trabalho infantil", a que se refere o artigo 3 da Convenção nº 182 da OIT.

Art. 2º - Compete à Comissão definir a lista dos tipos de trabalho considerados como as piores formas de trabalho infantil, encaminhando suas conclusões, no prazo de sessenta dias a partir de sua constituição, para apreciação do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 3º - A Comissão tripartite será integrada por:

I - doze representantes do Governo, sendo seis titulares e seis suplentes, dos seguintes

Ministérios:

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS;

Ministério da Saúde - MS;

Ministério da Educação - MEC;

Ministério da Justiça - MJ;

Ministério das Relações Exteriores - MRE.

II - dez representantes de empregadores, sendo cinco titulares e cinco suplentes, das seguintes entidades:

Confederação Nacional da Agricultura - CNA;

Confederação Nacional do Comércio - CNC;

Confederação Nacional da Indústria - CNI;

Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF;

Confederação Nacional do Transporte - CNT.

III - dez representantes de trabalhadores, sendo cinco titulares e cinco suplentes, das seguintes entidades:

Central Única dos Trabalhadores - CUT;

Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT;

Força Sindical - FS;

Social Democracia Sindical - SDS;

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

§ 1º - Os representantes governamentais serão indicados pelos respectivos Ministérios e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, juntamente com os representantes deste Ministério.

§ 2º - Os representantes dos empregadores e trabalhadores serão indicados pelas respectivas entidades de âmbito nacional e designados pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

§ 3º - O prazo para o recebimento das indicações é de quinze dias, a contar da publicação desta Portaria.

§ 4º - A Comissão elegerá, entre seus membros, o presidente e o relator.

§ 5º - A Comissão poderá convidar, como observadores, representantes de outros órgãos e entidades, cuja colaboração seja imprescindível para o cumprimento de sua atribuição.

§ 6º - A função dos membros da Comissão não será remunerada e seu exercício será considerado serviço relevante.

Art. 4º - O Ministério do Trabalho e Emprego assegurará o apoio técnico e administrativo necessário do funcionamento da Comissão Tripartite.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DORNELLES

DOU-15/03/2000

Seção I - pág.05/06

ANEXO VIII
DECRETO Nº 3.597, DE 12 DE SETEMBRO DE 2000
(DOU 13.09.2000)

Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição,

Considerando que a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação foram concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou os atos multilaterais em epígrafe por meio do Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o Instrumento de Ratificação da referida Convenção em 02 de fevereiro de 2000, passando a mesma a vigorar, para o Brasil, em 02 de fevereiro de 2001, nos termos do § 3º de seu art. 10;

DECRETA:

Art. 1º A Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999, apensas por cópia a este Decreto, deverão ser executadas e cumpridas tão inteiramente como nelas se contém.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de setembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Gilberto Coutinho Paranhos Velloso

ANEXO IX
FÓRUMS E COMISSÕES DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

BRASIL

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Setor Bancário Norte
Q. 01 Bloco "F" - 2º andar
Ed. Palácio da Agricultura
CEP 70040-000
Brasília - DF
Fone: (0xx61) 326-5779
Fax: (0xx61) 326-6855
E-mail: infantil@senar-rural.com.br

ACRE

Rede Moara - SOS Amazônia
Rua Pará, 51 - Cadeia Velha
CEP 69900-440
Rio Branco - AC
Fone/Fax: (0xx68) 224-5739

ALAGOAS

Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil
Procuradoria Regional do Trabalho
Rua Professor Lourenço Peixoto, 90 - Q. 36
Loteamento Estela Mares - Jatiúca
CEP 57035-130
Maceió - AL
Fone: (0xx82) 325-6666
Fax: (0xx82) 325-2268

AMAPÁ

Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil
Delegacia Regional do Trabalho e Emprego
Av. Salgado Filho, 61
Bairro Santa Rita
CEP 68900-000
Macapá - AP
Fone: (0xx96) 223-5670
Fax: (0xx96) 223-8454

AMAZONAS

Rede Moara - Centro Social Nossa Senhora das Graças
Rua Libertador, 55
Bairro Nossa Senhora das Graças
CEP 69.053-090
Manaus - AM
Fone/Fax: (0xx92) 633-2239

BAHIA

Comissão Interinstitucional de Erradicação do Trabalho Infantil
Secretaria do Trabalho e Ação Social
2ª Avenida, 200 - s. 317 - SETRAS Centro Administrativo da Bahia
CEP 41750-300
Salvador - BA
Fone: (0xx71) 370-1749
Fax: (0xx71) 370-3243

GOIÁS

Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Conselho Estadual do Menor
Av. Anhangüera, 3463
Setor Universitário
CEP 74610-010
Goiania/GO
Fone: (0xx62) 202-2399
Fax: (0xx62) 202-2465

MATO GROSSO

Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil
Rua Presidente Castelo Branco, 1268 - 3º andar
Goiabeiras
CEP 78045-610
Cuiabá - MT
Fone: (0xx65) 613-9100
Fax: (0xx65) 321-1316

MATO GROSSO DO SUL

Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho
Delegacia Regional do Trabalho e Emprego
Rua 13 de maio, 3214
Centro
CEP 79002-356
Campo Grande/MS
Fone: (0xx67) 383-5511
Fax: (0xx67) 721-1667

MINAS GERAIS

Câmara Interinstitucional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente
Delegacia Regional do Trabalho e Emprego
Rua Tamoios, 596 - 3º andar - s. 304 Centro
CEP 30120-050
Belo Horizonte - MG
Fone: (0xx31) 270-6171
Fax: (0xx31) 270-6142

PARÁ

Fórum Paraense pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente
 Universidade da Amazônia
 Superintendência de Pesquisa
 Bl. "E" - 5º andar, s. 09
 Av. Alcindo Cacela, 287
 Bairro Umarizal
 CEP 66060-000
 Belém - PA
 Fone: (0xx91) 210-3015
 Fax: (0xx91) 210-3012

PARAÍBA

Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Infantil
 Praça Venâncio Neiva, 11
 Centro
 CEP 58.020-820
 João Pessoa - PB
 Fone: (0xx83) 241-4410
 Fax: (0xx83) 221-3086

PARANÁ

Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Infantil
 Secretaria do Estado da Criança e Assuntos da Família
 Rua Marechal Hermes, 751 - 2º andar Centro Cívico
 CEP 80530-230
 Curitiba - PR
 Fone/Fax: (0xx41) 352-2553

PERNAMBUCO

Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente
 Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social
 Rua Gervásio Pires, 804 Boa Vista
 CEP 50050-070
 Recife - PE
 Fone: (0xx81) 231-3654
 Fax: (0xx81) 222-6177

PIAUÍ

Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente
 Pastoral do Menor
 Av. Frei Serafim, 3200
 CEP 64000-500
 Teresina - PI
 Fone: (0xx86) 222-2051
 Fax: (0xx86) 221-9660

RIO DE JANEIRO

Comissão Estadual do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Rio de Janeiro

Secretaria do Estado da Criança e do Adolescente

Rua da Ajuda. 5, 3º andar

Centro

CEP 20040-000

Rio de Janeiro - RJ

Fone: (0xx21) 299-4261

Fax: (0xx21) 299-4251

RIO GRANDE DO NORTE

Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil

Delegacia Regional do Trabalho e Emprego

Av. Duque de Caxias, 80

Ribeira

CEP 59010-200

Natal - RN

Fone: (0xx84) 211-5280 r. 204

Fax: (0xx84) 221-0141

RIO GRANDE DO SUL

Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente

Delegacia Regional do Trabalho e Emprego

Av. Mauá, 1013 - s. 609

Centro

CEP 90010-110

Porto Alegre - RS

Fone: (0xx51) 228-6546

Fax: (0xx51) 226-9360

RONDÔNIA

Rede Moara

Fórum DCA/RO - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

Rua Afonso Pena, 386 - Sala 07 - 1º andar

Centro

CEP 78908-250

Porto Velho - RO

Fone/Fax: (0xx69) 224-1085

RORAIMA

Rede Moara

Diocese de Roraima

Rua Floriano Peixoto, 149

CEP 69.301-320

Boa Vista - RR

Fone/Fax: (0xx95) 224-3740

SANTA CATARINA

Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho
Rua Álvaro de Carvalho, 220

Centro

CEP 88010-040

Florianópolis - SC

Fone: (0xx48) 222-1060 - r. 1036

Fax: (0xx48) 223-1324

SÃO PAULO - RIBEIRÃO PRETO

Fórum Regional de Combate ao Trabalho Infantil de Ribeirão Preto

Av. Santa Luzia, 820

CEP 14025-090

Ribeirão Preto - SP

SERGIPE

Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Infantil

Rua Itabaianinha, 164

Centro

CEP 49000-000

Aracajú - SE

Fone: (0xx79) 211-7390

Fax: (0xx79) 211-1845

TOCANTINS

Rede Moara

Instituto Tocantinense da Juventude

208 Sul - al. 17 Lote 17

(ARSE 23 QI E Al. 17 Lote 18)

CEP 77.000-000

Palmas - TO

Fone/Fax: (0xx63) 214-5742